

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO

**PAPÉIS DE GÊNERO EM MULHERES DE
ESCOLARIDADE SUPERIOR ENGAJADAS
PROFISSIONALMENTE**

JOANA SUELI DE LAZARI

PORTO ALEGRE

ABRIL DE 1993



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UFRGS - FAGED - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER CONCLUSIVO DE TESE INTITULADA
"A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO EM MULHERES DE
ESCOLARIDADE SUPERIOR E ENGAJADAS PROFIS-
SIONALMENTE" DE AUTORIA DA ALUNA DE DOU-
TORADO JOANA SUELI DE LAZARI.

A Comissão Examinadora, após a apresentação e defe-
sa da tese, reuniu-se e exarou o seguinte parecer:

"A tese é aprovada, tendo em vista a contribuição
do trabalho para a área, devendo, entretanto, a doutoranda
fazer necessariamente as revisões e reformulações conforme
consignadas nos pareceres dos Examinadores. O conceito fi-
nal atribuído é "B".

Porto Alegre, 14 de abril de 1993.

Jorge La Rosa
Dr. Jorge La Rosa,
Orientador.

Nara Bernardes
Dra. Nara Guazzelli Bernardes,
Examinadora convidada.

Carmen Anselmi D. da Silva
Dra. Carmen Anselmi D. da Silva,
Examinadora convidada.

Guacira Lopes Louro
Dra. Guacira Lopes Louro,
Examinadora do Programa.

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

Lazari, Joana Sueli de.
Papeis de genero em mulheres de escolaridade superior engajadas profissionalmente. 1993.
205f.

Orientador: Dr. Jorge La Rosa.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1993.
Inclui bibliografia.

1. Educação feminina. 2. Mulheres - Aspectos sociais. 3. Mulheres - Aspectos morais e éticos.
I. La Rosa, Jorge. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. III. Título.

CDU: 37.04-055.2

ÍNDICE PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO (CDU)

- | | |
|--|-------------|
| 1. Educação feminina | 37.04-055.2 |
| 2. Mulheres - Aspectos sociais | 37.04-055.2 |
| 3. Mulheres - Aspectos morais e éticos | 37.04-055.2 |

**PAPÉIS DE GÊNERO EM MULHERES DE
ESCOLARIDADE SUPERIOR E ENGAJADAS
PROFISSIONALMENTE**

Tese apresentada como exigência
parcial para a obtenção do título
de Doutor em Ciências Humanas -
Educação sob a orientação do

PROF. DR. JORGE LA ROSA

Comissão Examinadora

Dr. Jorge La Rosa (Presidente)

Dr^a Carmen A. Duarte da Silva

Dr^a Guacira Lopes Louro

Dr^a Nara Guazeli Bernardes

Porto Alegre
Abril de 1993

RECONHECIMENTO

Aprendemos a entender que um trabalho se faz com a participação de muitas mentes e mãos.

Às nossas coube a responsabilidade de organizar-lhe as etapas necessárias com vistas a alcançar um conhecimento engendrado a partir de diferentes saberes e em vias de elaboração.

Somos grata, portanto, a muitas pessoas

De modo especial ao Dr. Jorge La Rosa orientador, por suas críticas, desafios, presença e confiança.

Lembramos também o apoio recebido da Universidade Federal de Santa Catarina, nossa instituição de origem agradecendo principalmente, aos integrantes de seu Centro de Ciências da Educação.

Agradecemos aos professores e funcionários da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela acolhida nesse curso.

Reconhecemos a importância da presença de Josiane, Maria, Sílvia, Eliane, Crenilde, Helena, Rita, Maria de Lourdes, Elizabeth, Celina, Júlia, Edinice, Celicina, cuja participação em diferentes momentos permitiu-nos alcançar a concretização deste estudo. A todas nossos sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

RESUMO -----	vi
ABSTRACT -----	x
APRESENTAÇÃO -----	1
1ª PARTE: CONTEXTO DE REFLEXÃO TEÓRICA -----	4
1 - O CONCEITO DE GÊNERO: evolução -----	4
A questão do patriarcado e sua presença em estudos feministas -----	8
Um denominador comum para os movimentos feministas	12
2 - GÊNERO E POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER NA LÓGICA DO INDI- VIDUALISMO -----	22
3 - PERSPECTIVAS POLÍTICAS, SOCIAIS E MORAIS NAS ANÁLI- SES CONTEMPORÂNEAS SOBRE GÊNERO -----	36
Perspectiva de gênero e poder -----	37
Perspectiva de papéis sociais na modernidade -----	42
Perspectiva moral e relações de gênero -----	47
A acomodação e resistência: perspectiva -----	54
2ª PARTE: CONTEXTO DE REFLEXÃO EMPÍRICO-TEÓRICA -----	63
1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS -----	63
1.1. A busca de informações -----	63
1.2. O esquema de análise -----	65

1.3. Uma breve caracterização da amostra -----	66
2 - O PROCESSO DE ANÁLISE -----	70
2.1. Busca de escolaridade superior -----	70
2.1.1. A influência da condição econômica no processo de busca de escolaridade universitária -----	70
2.1.2. Escolaridade superior e feminilidade -----	73
2.1.3. Escolaridade universitária e mobilidade social -----	84
2.1.4. Escolaridade universitária: influências de contexto e de figuras significativas -----	89
2.2. Vivências no mundo profissional -----	98
2.2.1. Razões para trabalhar -----	98
2.2.2. Trabalho e discriminação da mulher -----	107
2.2.3. Auto-avaliação: profissões masculinas vs. profissões femininas -----	113
2.2.4. Relações hierárquicas no trabalho -----	117
2.2.5. Exercício do trabalho e satisfação profissional -----	124
2.3. Vivências no mundo doméstico -----	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	175
ANEXOS -----	186
ANEXO 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA -----	187
ANEXO 2 - ENTREVISTA: UM EXEMPLAR -----	190

RESUMO

Através deste estudo buscamos conhecer/explicitar a presença de papéis de gênero na constituição da identidade de gênero de mulheres com escolaridade superior engajadas profissionalmente, bem como o significado dessa influência no processo de tornar-se mulher para essas mulheres.

A partir da análise de material coletado com oito mulheres possuidoras desses atributos, a investigação se desenvolveu orientada por uma abordagem qualitativa.

Verificamos que os principais temas emergentes dos discursos dessas mulheres explicitavam-se em torno de três dimensões: busca de escolaridade universitária, vivências no mundo profissional e vivências no mundo doméstico.

Consideramos que tais dimensões apontadas por essas mulheres caracterizavam-se como principais espaços de vivências onde se articulavam situações/experiências relacionadas com o processo de construção da identidade de gênero.

Entendemos que essas e outras dimensões abrigam valores perpassados por referências culturais hierarquizadas conforme o sexo, que orientam os padrões de gênero e influenciam o processo de construção da identidade social dos indivíduos. Esses valores podem ser vistos, então, como códigos sinalizadores atuando nos modos de filiação das pessoas à organização social onde se inserem.

Dentre outros aspectos, verificamos que a identidade de gênero dos sujeitos do estudo envolve-se com um processo de acomodação/resistência à predeterminações culturais normativas

Verificamos, ainda, que a representação de gênero dos sujeitos do estudo envolve-se com diversas relações sociais e expressa seus diferentes posicionamentos

Assim, com relação à formação superior observamos que tanto a procura de qualificação como de engajamento profissional são indicadores de uma busca de inserção em um lugar social diferente daquele apontado pelas predeterminações normativas, isto é, o mundo doméstico. A formação superior é vista pelos sujeitos do estudo como um meio que possibilita o alcance de independência econômica e, com isto, o gerenciamento da própria vida. Verificamos, ainda, que a motivação para o estudo mostra-se associada à mobilidade social que, para as mulheres significa, também, busca de reconhecimento/aprovação social. Isto permite-lhes inscrever-se no espaço público como representantes de si mesmas.

Quanto ao engajamento profissional verificamos que representa para os sujeitos do estudo uma possibilidade de intermediação entre o mundo da casa e o mundo da rua, independentemente da figura masculina. Percebem, também, a existência de uma associação entre status social e auto-apreciação, assim como de formas diversas de discriminação contra a mulher no campo profissional.

Com relação ao mundo doméstico verificamos que nenhuma das mulheres deste estudo gosta de ver-se como dona-de-casa, ainda que precisem se envolver com algum tipo de responsabilidade doméstica. Mas, não vêem o mundo doméstico como opressivo; ao con-

trário, é visto como um espaço de fraternidade, de reciprocidade e, principalmente, como complemento ao mundo profissional.

De modo abrangente, esses e outros achados indicam que para as mulheres, construir-se como mulheres continua sendo uma tarefa desafiadora. Vivências contraditórias mostram que nem aceitam nem recusam, totalmente, a influência de diversos referenciais de gênero. Diferentes posicionamentos expressam, portanto, as maneiras encontradas por essas mulheres para alcançar reconhecimento formal e concreto da própria individualidade. Revelam, assim, vivências que articulam duas éticas enquanto fundamento de suas relações, especificamente, nessas esferas analisadas. E o original é como essas éticas se relacionam e convivem na subjetividade feminina, através de uma síntese existencial.

Procurando ilustrar/expandir conceitos já desenvolvidos e relacionados com o assunto tratado neste estudo, buscamos relacionar os dados empíricos com determinadas perspectivas feministas de investigação que apontam para uma compreensão articulada da questão do gênero com outros fenômenos sociais. Através dos estudos de Scott (1988) procuramos evidenciar a relação entre gênero e poder; através dos estudos de Fraser (1987) a relação entre gênero e papéis sociais na contemporaneidade; a partir dos estudos de Gilligan (1982) e de Benhabib (1987) a relação entre gênero e moral; dos estudos de Anyon (1990), a presença da acomodação/resistência no processo de construção da identidade de gênero.

As análises realizadas permitiram-nos entender, ainda, que a identidade de gênero que se inscreve na subjetividade dessas mu-

lheres possui, dentre outras, as seguintes características:

constrói-se a partir de uma articulação entre acomodação/resistência aos códigos morais universalistas e aos códigos morais interacionistas estabelecidos nos diferentes discursos de gênero culturalmente produzidos/veiculados e normatizados em papéis de gênero;

significa uma articulação constitutiva da individualidade, expressando uma convivência de duas orientações éticas, isto é, perspectiva do outro generalizado e perspectiva do outro concreto, que traduzem a fundamentação moral das relações de gênero.

Portanto, no projeto de tornar-se mulher, para os sujeitos do estudo inscreve-se uma busca de reconhecimento formal e concreto da individualidade.

Como uma investigação em processo, as considerações finais embora não exaustivas, estabeleceram-se a partir de uma busca de articulação entre o empírico e o teórico, tendo em vista explicitar o conhecimento elaborado através desse processo

ABSTRACT

In this study it is our aim to discover and to make explicit the present of gender roles in the gender identity constitution of women who have attained a university education and are engaged in professional careers. At the same time we have attempted to assess the significance of this influence in the process of becoming a woman, for these women themselves.

Through an analysis of the data collected from eight women who were interviewed, all of whom have the characteristics described above, the investigation proceeded, following a qualitative approach.

It has been shown that the main emerging themes that are part of the discourse of the subjects of this study are explicitly manifested in three dimensions: seeking to attain a university level, experiencing the professional world and experiencing the domestic world. We have assumed that these dimensions are characterized as the main fields of experience in which situations/experience are articulated with the process of building gender identity. We have considered the dimensions pointed out by these women, as characterizing the main areas of living experience related to a process of building a gender identity.

We understand that these and other dimensions involve values that are usually passed over by hierarchical cultural references regarding sex, and that they influence the process of building a social identity for the individual. These values may be seen,

then, as signalling codes, serving to integrate the individual into the social organization to which he belongs.

Among other aspects we have found that gender identity for the subjects of this study is involved in an accommodation/resistance process towards normative cultural predeterminations. We have also noted that gender representation for these eight women is involved in many different kinds of social relations and expresses positionings for each one.

Thus, in relation to a university education, we have observed that both the effort to achieve qualifications and the professional commitment indicate a desire to obtain a very different kind of social placement from that of the domestic world, the one normally indicated for women according to predetermined norms. A higher education is seen by subjects of this study as a means of achieving economic independence, and, in this way, of managing their own lives. We have further verified that motivation for study has become associated with social mobility, which for women also means social recognition/approval. This allows them to hold public positions as representatives of their own identities.

As for professional commitment, it has been found that for the subjects of this study it represents a possibility of linking the domestic world and the outside world, without depending on the male figure. They also perceive an association between social status and self-appreciation, as well as the various forms of discrimination against women in the professional field.

Regarding the domestic world, we have found that no woman in this study wants to be considered as a housewife, even though she may necessarily be involved in some type of domestic responsibility. However, they do not see domestic world as oppressive, but rather as a place for fellowship, reciprocity and mainly as a complement to the professional world.

In a broad sense, these and other findings indicate that for women, gender-building continues to be a challenging task. Contradictory living experiences show that they neither totally accept nor totally reject the various referentials for gender. Therefore the different positions taken reflect the different ways women have found for gaining formal and concrete recognition of their own individuality. Thus they reveal living experiences that bring together two codes of ethics as a basis for relations, especially in the spheres analyzed. Each woman has her own unique way of relating and integrating these two codes of ethics in her own female subjectivity, making an existential synthesis.

In order to illustrate/refine/expand the concepts already elaborated and related in this study, we have associated the empirical data with certain feminist perspectives of investigation, that focus on an articulated comprehension regarding the question of gender in relation to other social phenomena. Based on Scott's studies (1988), we have tried to show the relation between gender and power. Oriented by Fraser's studies (1987), we have showed the relation between gender and contemporary social roles. Based on Gilligan's (1982) and Benhabib's (1987) works, we have emphasized the relationship

between gender and morality. Through Anyon's studies (1990) we have focused on the presence of accommodation/resistance in the gender building process.

These analyses have enabled us to understand that the representation of gender included in the subjectivity of these women has the following characteristics:

- . it is built on the basis of an articulation between accommodation/resistance to the universalist moral code and to interactionist moral code in different discourses of culturally produced/articulated/transmitted gender.
- . it means a constitutive articulation of individuality, expressing the coexistence of two different ethical orientations: the perspective of the generalized other and the perspective of the concrete other, that transmit the moral foundations of gender relations.

It is concluded that, in the project of becoming a woman, from the subjects' viewpoint, there is a search for a formal and concrete confirmation of individuality.

As an investigation still in process, the final considerations, although not conclusive, are the result of a search for articulation between the empirical and the theoretical, attempting to make more explicit the knowledge obtained through this process.

APRESENTAÇÃO

A configuração do objeto deste estudo expressa, de certa forma, alguma semelhança com a evolução dos estudos sobre mulheres no ocidente contemporâneo.

Preocupações iniciais relacionadas com a compreensão da submissão feminina somadas à nossa própria identidade profissional, levaram-nos a eleger o campo do magistério como espaço ideal para investigações sobre essa questão.

Como o interesse se voltava para uma busca de desvendamento das condições de existência que configuravam as escolhas de determinadas mulheres concretamente situadas, o referencial sartreano mostrava-se adequado por permitir que esse desvendamento fosse alcançado através do método progressivo-regressivo proposto por esse prisma teórico. A partir desse referencial tínhamos interesse em compreender as raízes históricas do projeto de vida que definiria a mulher professora como sujeito singular participante de uma história coletiva.

Ao encontrarmos fortes restrições por parte de várias mulheres professoras para oferecer-nos depoimentos sobre sua trajetória

ria, entendemos que essa forma de abordagem não poderia se realizar.

Após muitos percalços vivenciados escolhemos imprimir um novo direcionamento ao estudo. Decidimos, então, focalizar a questão da identidade de gênero associada a mulheres que possuíssem escolaridade universitária e em exercício profissional condizente com essa formação. A partir desse enfoque o estudo passou a se orientar pela seguinte questão:

Quais as predeterminações culturais normativas mais influentes na construção da identidade de gênero de mulheres com escolaridade superior engajadas profissionalmente, e qual o significado dessa influência no processo de tornar-se mulher para essas mulheres?

A análise desse processo focalizou três dimensões de vivências: a busca de escolarização superior, o engajamento profissional e o mundo doméstico.

Entendemos que uma compreensão do significado dessa questão pode contribuir para explicitar outras conceituações já desenvolvidas em torno dessa temática.

O presente trabalho desenvolveu-se, então, através da estrutura que indicamos a seguir.

Na primeira parte apresentamos algumas considerações teóricas relacionadas com a evolução do conceito de gênero e com papéis de gênero, no interior da literatura especializada.

Buscando explicitar uma reflexão relacionada com a condição social das mulheres nas sociedades contemporâneas, e, a partir do discurso das informantes deste estudo trazemos algumas considerações sobre o individualismo enquanto sistema de representações

dominante nas sociedades modernas que orienta a construção da individualidade enquanto papel social.

Pela mesma razão incluímos, também, determinadas perspectivas feministas de investigação que, procurando relacionar a questão de gênero com outros fenômenos sociais, atuaram como prismas teóricos na interpretação do conteúdo empírico do estudo. Através dos estudos de Scott (1988) procuramos evidenciar uma perspectiva que articula gênero e poder; através dos estudos de Fraser (1987) a relação entre gênero e papéis sociais na modernidade; a partir dos estudos de Gilligan (1982) e de Benhabib (1987) a questão do entrelaçamento entre gênero e moral. Considerando, sempre, os três espaços de vivência dos sujeitos do estudo: a formação superior, o mundo profissional e o doméstico.

Na segunda parte apresentamos informações sobre os procedimentos metodológicos e as análises do conteúdo empírico constituído pelos discursos das informantes.

As considerações finais, embora não exaustivas estabeleceram-se a partir de uma busca de articulação entre o empírico e o teórico, tendo em vista explicitar o conhecimento elaborado através desse processo.

1ª PARTE: CONTEXTO DE REFLEXÃO TEÓRICA

1 - O CONCEITO DE GÊNERO: evolu- ção

Até a década de 70 os estudos sobre mulheres tinham como meta a construção da categoria teórica - mulher -, cuja intenção era desnaturalizar o fundamento existente para essa categoria.

Mas que fundamento era esse?

A questão relacionada com essa meta e intenção - o que é ser mulher? - aparece como crucial, à qual todo um esforço da literatura especializada se volta na tentativa de responder adequadamente. A antropologia, em virtude na natureza de seu objeto, possibilitando o estudo de diferentes formas de organização social, constituiu-se num dos campos promissores para a elaboração de respostas a esse questionamento.

Mas, é importante lembrar que, numa primeira fase do pensamento antropológico, o evolucionismo enquanto método e teoria, constituindo-se no fulcro predominante de análise, representou o modelo teórico-prático de se lidar com a diversidade das culturas em sociedades humanas, aplicando porém, um procedimento reducionista para explicar diferenças entre elas:

"Ao tomar como unidade de análise o Homem, as diferentes sociedades são vistas como apenas momentos distintos da evolução desse Homem, no trilhar de uma história de sentido único - o do Progresso" (Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, 1981, p.17).

Com o desenvolvimento da pesquisa etnográfica detalhada, trazendo a possibilidade de reconstrução de critérios internos a cada cultura, começa-se a perceber a diferença cultural como um fenômeno não passível de redução. A partir dessa perspectiva a cultura passa a ser considerada como o que realmente torna o homem humano: um sistema, um conjunto de redes de significado capaz de dar sentido ao mesmo tempo, ao mundo social e natural (Geertz, 1978).

Essa percepção de que toda a realidade é socialmente construída passa, então, a exercer influência marcante em estudos feministas, interessados na construção de uma fundamentação teórica para desmontar a crença generalizada sobre a condição da mulher como inscrita em uma natureza imutável.

No exame de diferentes sociedades diversos estudos (Rosaldo & Lamphère, 1979) mostram que uma das evidências emergentes é a da regra constante da condição da mulher como um ser de segundo

sexo, ou seja:

"... em toda cultura conhecida a mulher seria, de algum modo inferior ao homem, quer em termos de avaliações simbólicas, quer em termos de poder efetivo" (Franchetto et al. 1981, p.18).

Estabeleceu-se com isto uma problematização, isto é, a questão da universalidade da subordinação feminina e, conseqüentemente, de suas origens.

É sempre conveniente lembrar que qualquer pessoa que de alguma maneira tenha que transitar pelas diferentes formulações sobre a condição feminina, há que se referir, ainda que implicitamente, a "O segundo sexo", de Simone de Beauvoir, apresentado em 1949.

Para a representante do existencialismo sartreano, a singularidade da condição da mulher em toda a história da humanidade, ou seja, aquilo que permite falar da mulher como categoria universal, é o fato de sua subordinação. E essa subordinação seria ela mesma singular - aparentemente absoluta. Mostra que em todas as sociedades, em todas as camadas sociais sempre existiram mulheres, mas

"Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é conseqüência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu" (Beauvoir, 1980, v.I, p.13).

Contudo, sua mais célebre frase "*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*" (Beauvoir, 1980, v.II, p.9), afirma o fato de se perceber a mulher como uma construção social e, por conseguinte,

a secular submissão de sua identidade social se expressa como um fenômeno arbitrário, acidental, histórico e portanto, passível de transformação.

Mas, essa subordinação mesmo não sendo absoluta mostra-se universal, e está posta a necessidade de explicação sobre suas origens. A racionalidade subjacente parece ser a seguinte: tem-se como fundamento para a universalidade da categoria mulher o fenômeno da subordinação de um lado; de outro, o foco de identidade de todas as mulheres localiza-se em sua própria fisiologia.

Concordamos com Franchetto, Cavalcanti & Heilborn (1981) quando apontam para a existência de uma identificação entre as categorias desse discurso e os princípios básicos do evolucionismo. Para esta vertente teórica o que permite pensar as diferentes culturas e sociedades existentes, através de uma forma linear e progressiva, é a crença num pressuposto - a unidade básica do gênero humano, o Homem.

De modo semelhante, o que permite elaborar a noção de subordinação universal da mulher é a crença também num pressuposto, numa identidade básica que se expressa pela natureza fisiológica de todas as mulheres:

"Assim, na busca de respostas à questão da opressão é recorrente tanto a utilização do método e teoria evolucionistas, quanto o recurso, como uma das causas em jogo, à instância biológica que define a mulher como tal.

O organismo feminino subjugando a mulher à função reprodutora seria uma das bases sobre a qual se teria construído a subordinação da mulher. Esse dado aparentemente irrecusável da biologia aparece na maior parte das vezes, complexificado, reinterpretado a partir de outros quadros teóricos" (Franchetto et al. 1981, p.20).

Podemos dizer de modo bastante amplo que até a década de 70, a produção teórica feminista internacional desenvolve-se em relação a esse eixo comum, ou seja, a condição da mulher se identificando com a condição de subordinação.

Não pretendemos detalhar aqui as marcas de diferentes abordagens formuladas, por entendermos tratar-se de um tema já bastante elaborado. Indicamos, contudo, algumas referências específicas que compõem o acervo da literatura feminista, tais como: Beauvoir, 1949 [1980]; Firestone, 1970 [1976]; Reed, 1973; Sargent, 1981; Benhabib & Cornell, 1987; Offen, 1988; Hawkesworth, 1989; Fergusson, 1991, dentre outras.

Mas é interessante observarmos que, movidos pelo interesse sempre presente, em desvendar/desmontar as origens/causas da opressão da mulher, muitos estudos se envolveram com a questão do patriarcado, no decorrer das décadas de 60 e 70.

Pela complexidade que caracteriza esse tema julgamos conveniente trazer aqui algumas considerações sobre a matéria. É certo, porém, que não pretendemos formular nenhuma reinterpretção sobre o assunto, mas, tão somente recuperar certas contribuições teóricas.

A questão do patriarcado e sua presença em estudos feministas

Na década de 70 as duas principais tendências de síntese sobre questões relativas a uma teorização do patriarcado, correspondem, de modo amplo, à perspectiva do feminismo radical e a do

feminismo marxista. Na perspectiva do feminismo radical a síntese teórica do patriarcado é construída a partir de bases específicas que explicitam a atuação do poder masculino. Nesse referencial o poder social exercido pelos homens sobre as mulheres é considerado como uma estrutura autônoma e fundamental para as relações sociais. Autônoma, no sentido de não ser derivada de qualquer outra estrutura; fundamental, no sentido de expressar um princípio organizador e regente de grande parte da vida social.

Em algumas análises, como a de Firestone (1976), por exemplo, o poder masculino condensa o princípio organizador mais decisivo da vida social, cujas raízes se encontram na própria diferenciação biológica. Desta maneira, pela regência deste princípio ficariam estabelecidas as condições para a existência de uma divisão sexual do trabalho, com a conseqüente e tradicional inferiorização da mulher. Por conseguinte, e contraditoriamente, essa noção de poder masculino proposto como uma estrutura autônoma, expressa-se então como derivada de uma base específica, isto é, contingências biológicas.

A segunda síntese teórica desse período, representando mais especificamente um feminismo de raízes marxistas, considera o patriarcado como o locus para a existência de efeitos específicos exigidos por uma formação social. O raciocínio empregado baseia-se geralmente, em argumentos do referencial estrutural/funcionalista. Aí, o conceito de reprodução pode ser entendido, por exemplo, como tarefa de preparar crianças para ocupar postos na produção, de realizar serviços domésticos relativos à manutenção do trabalhador. Pode ainda ser visto como um fator cultural que tem

por finalidade moldar os indivíduos conforme as exigências do sistema de produção, assegurando, assim, o princípio da hierarquia e da subordinação social

Estamos de acordo com Connell (1990), quando faz certas objeções a esta forma de teorizar sobre a questão do poder masculino. Para este autor esse referencial trata o patriarcado como uma estrutura truncada, isto é, ou não fazendo parte da esfera de produção ou como limitada a tipos específicos de produção. Lembra, ainda que as exigências da reprodução são materiais, porém não implicam na existência obrigatória de uma hierarquia sexual e opressão. Pensa também que a teoria da reprodução influencia a produção de uma teorização sobre o patriarcado que é a-histórica e funcionalista, porque suprime a possibilidade de se investigar o patriarcado se originando a partir de uma nova periodização da história da própria produção. Considera esse autor que a principal dificuldade existente nas maneiras de se teorizar sobre a complexa questão do patriarcado pode ser representada por um excesso de centralismo teórico. Isto significa que grande parte das formulações já elaboradas consiste na tentativa de organizar um campo inteiro de reflexão/explicação em torno de um único princípio regente.

Concordando, então, com essa linha de raciocínio, adotamos o pensamento do autor que assim se expressa:

"Uma teoria do patriarcado não exige uma relação "chave", "central" que organize todo o resto. Podemos conceber sua unidade como uma unidade composta, o produto flutuante da história de muitos processos que sempre mostram alguma incoerência, algumas contradições (...) mas não é uma unidade lógica, de definição. É uma unidade historicamente produzida" (Connell, 1990, p.89). [grifos do autor.]

Como podemos depreender, a conceituação do patriarcado tem apresentado muitas dificuldades ao longo das diferentes tentativas de formulação. Pensamos que sua utilização deve-se revestir de certa cautela a fim de não se enredar nos ardis que uma rede tão complexa sempre pode oferecer. Concordamos com Louro (1990) quando, ao tecer reflexões sobre essa problemática, chama a atenção para a necessidade de uma teoria das relações de gênero como elemento clarificador a respeito da compreensão de um processo de subordinação feminina. Pois, a referência a uma ordem patriarcal pode provocar o aparecimento de uma complexa noção abstrata de poder social masculino unificado, centralizado, que para ser entendida precisou muitas vezes ser associada a determinantes econômicos, ou a práticas de socialização para ilustrar a existência de uma relação social desigual entre homens e mulheres que não se reduz nem ao econômico e nem às práticas socializadoras, como determinações últimas. Uma vez que o que caracteriza a natureza dessa relação é a existência de muitos processos interconectados, cuja articulação não se assenta em um único elemento; daí ser uma relação extremamente dinâmica e não monolítica. Isto evidencia, então, a necessidade de uma teorização de gênero em lugar de reconceituações, reconstruções sobre o patriarcado para entender/superar essa condição de desigualdade social entre homens e mulheres; e que, historicamente, tem mostrado o pólo masculino como superior, cuja autoridade daí advinda legitima o poder que exerce sobre o pólo feminino.

Seguindo a mesma linha de raciocínio podemos dizer que, falar em universalidade da subordinação feminina como termo definidor da condição da mulher, pode trazer algumas consequências. Primeiramente, a necessidade de se procurar explicações para as origens desse fenômeno, cujo procedimento tem-se caracterizado por um reviver de histórias conjecturais ou de mitos. E, por outro lado, implica um não reconhecimento da força política transformadora contida no discurso que afirma a mulher como uma categoria socialmente construída. A partir daí fica portanto, descartada a existência de qualquer caracterização de mulher fora da moldura cultural:

"Não existindo uma determinação natural ou ontológica dos papéis, não existe igualmente uma Mulher enquanto gênero universal, mas uma pluralidade de mulheres" (Franchetto et alii, 1981, p.33).

Um denominador comum para os movimentos feministas

Como a história tem registrado, ao final da década de 60 no mundo ocidental eclodia o feminismo enquanto movimento social. É certo que, sob essa rubrica abrigam-se, na verdade, diversos feminismos e grupos de mulheres atuando politicamente (Michel, 1982; Gutiérrez, 1985; Moraes, 1985; Alambert, 1986; Soliz, 1988; Offen, 1988).

Não pretendemos examinar aqui as diversas trajetórias percorridas por esse movimento. Recuperamos sua presença apenas para ilustrar a força de atuação prática operando entrelaçada com o

esforço teórico, tendo em vista o alcance de uma meta.

Em uma acepção abrangente podemos dizer que o feminismo reivindica para as mulheres um espaço específico de atuação política, opondo-se, portanto, à aceitação da categorização da mulher como um ser restrito ao reino da natureza, da biologia.

Postula igualmente que, na história da humanidade, as mulheres sempre estiveram submetidas a uma ordem predominantemente masculina e que, no mundo contemporâneo, além da consciência dessa secular subordinação, podem empenhar-se na realização de seus próprios interesses. Esses interesses expressam-se na luta contra a discriminação da mulher na sociedade, o que pode ser entendido como partindo de um questionamento sobre a tradicional divisão de papéis sociais conforme o sexo.

Por todos os países onde cresce o feminismo, as primeiras palavras de ordem propõem uma autonomia da sexualidade feminina equivalente à autonomia atribuída ao sexo masculino. É a reivindicação de direitos iguais que emerge como eixo central de raciocínio.

Desde os seus primórdios formalmente atribuídos ao sufragismo norteamericano e inglês da segunda metade do século XIX e início do século XX, o movimento feminista tem-se caracterizado pela reivindicação da extensão às mulheres dos direitos socialmente reservados aos homens. Portanto, desde a campanha pelo voto feminino (cuja base de argumentação era a Declaração dos Direitos do Homem) até as lutas contemporâneas (salários iguais, acessibilidade das mulheres a postos e cargos de decisão, contra todo tipo de discriminação), a lógica que perpassa as atividades dos movimentos feministas é a reivindicação de um entendimento quanto à

igualdade de cidadania para homens e mulheres, e que se expressa na conhecida luta por direitos iguais.

Assim, a luta política das mulheres exprime-se através da categoria "direitos", como o indicador através do qual se pode avaliar a igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, é a partir do interior desse mesmo movimento que emergem forças contraditórias questionando o próprio fundamento que lhe serve de sustentação:

"... ao apoiar-se nessa lógica reivindicativa e igualitária o feminismo ao mesmo tempo denuncia a precariedade do igualitarismo. Ou seja, afirmando a mulher como indivíduo e portanto, o indivíduo como valor, o feminismo torna-se capaz de revelar a presença e operância de uma série de relações hierarquizadas na sociedade moderna, e ganha nesse movimento uma força e poder de transformação efetivos" (Franchetto et al. 1981, p.40).

Convém notarmos que a categoria "direitos" possibilita que se desdobre uma série de argumentações afins: igualdade no trabalho, igualdade jurídica, igualdade de participação na sociedade. No interior do movimento feminista existem também lutas específicas relativas à individualidade da mulher que dizem respeito a tudo o que se liga ao corpo feminino, portanto, lutas relacionadas à contracepção, à legalização do aborto, voltadas contra o sexismo, etc.

Podemos dizer, então, de forma bastante abrangente, que a questão feminista, quaisquer que sejam suas expressões, tem como ponto de apoio a noção de ser a identidade feminina produzida socialmente. Por conseguinte, o denominador comum existente entre as diferentes formas de lutas feministas é o questionamento da

tradicional divisão de papéis sociais conforme o sexo que, historicamente, tem produzido diferentes desdobramentos de relações sociais hierarquizadas entre homens e mulheres, muitas vezes disfarçando a forma de *os homens no comando e as mulheres sob seu mando*. Fica assim afirmado um esforço teórico-prático de repensar e desigualdade social entre homens e mulheres relativa aos direitos de participação na sociedade, na política, no poder. Inaugura-se, com isto um campo de reflexão bastante polêmico no interior das ciências sociais, cujo ponto de partida é o reconhecimento da identidade de gênero como categoria básica para analisar questões relativas a essa desigualdade socialmente produzida.

As preocupações teóricas relacionadas ao conceito de gênero como categoria de análise emergiram, na verdade, nas décadas finais deste século. Em épocas anteriores esse conceito era geralmente abordado a partir de analogias com a dualidade masculino-feminino, ou do reconhecimento da existência de uma possível questão feminina, ou ainda, a partir do interesse na questão da identidade sexual.

O uso do termo gênero representa um esforço de feministas contemporâneas em insistir sobre a inadequação das teorias existentes para explicar persistentes desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Esse conceito parece ter aparecido primeiramente entre as feministas de fala inglesa, buscando assinalar o caráter eminentemente social das diferenças sociais com base no sexo. Expressava então, uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". Indicava, igualmente, a importância do aspecto relacional existente nas definições

normativas de feminilidade.

Entretanto, como observa Scott (1988), na maioria dos casos, muitos(as) estudiosos(as) do campo da História empregavam o termo gênero apenas em uma forma descritiva, procurando talvez, delimitar um novo campo de estudos. Assim, por exemplo, em uma utilização mais simples, "gênero" aparece como sinônimo de "mulheres". Na mesma linha encontram-se muitos livros, artigos que, tratando de história das mulheres, substituíam em seus títulos, o termo "mulheres" por "gênero". Essa utilização do termo, conforme o entendimento da historiadora, procura indicar uma certa erudição, uma seriedade, uma vez que "gênero" e não "mulheres", parece integrar-se melhor em uma terminologia mais científica nas ciências sociais. Esse uso expressa, então, uma certa busca de legitimidade institucional para estudos feministas. Não implica, portanto, necessariamente, um posicionamento sobre a questão das desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Indica também a autora que uma outra forma de utilização do termo revela que "gênero" tanto substitui "mulheres" como é igualmente empregado para indicar que as informações sobre o assunto "mulheres" são informações sobre os "homens". Esse uso rejeita, portanto, a validade interpretativa da idéia de esferas separadas, indicando que a focalização dos estudos exclusivamente sobre mulheres ajudaria a perpetuar o mito de que a experiência de um sexo tenha pouco a ver com o outro sexo.

Mostra ainda que o termo gênero é também empregado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso traduz, portanto, uma rejeição explícita às explicações biológicas como determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres. Nesse

prisma o termo gênero parece expressar a idéia de "construções sociais" a respeito de papéis sexuais, a respeito de origens sociais das identidades de mulheres e homens; trata-se, portanto, de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Como podemos perceber, existiria um uso multivariado do conceito de gênero, revelando várias acepções.

Outra postura, mais comumente encontrada entre as feministas francesas, parece à primeira vista, recusar a utilização desse conceito. Ferrand (1989), através de um extenso levantamento da literatura feminista francesa, constatou um amplo uso do conceito de "relações sociais de sexo". É importante notarmos que, para muitas feministas francesas o sexo não é considerado como se inscrevendo unicamente na esfera biológica, mas recebendo uma elaboração social. E que, ao negligenciarmos esse aspecto, imprimimos uma naturalização em processos históricos como, por exemplo, as tramas da dominação masculina milenarmente exercida sobre mulheres, em diferentes sociedades como indica Saffiotti (1990).

É praticamente consensual a aceitação da determinação social do gênero; o mesmo não acontece, porém, em relação à maneira de se considerar a adjetivação "social".

Embora seja comum encontrar conceituações que enfatizam uma determinação social, parece interessante observarmos algumas maneiras de mostrar o direcionamento dessa determinação com referência a uma especificação do conceito de gênero.

Rubin (1975) elabora, através do conceito de sistema sexo/gênero, a questão da opressão da mulher como sendo socialmente construída.

"(...) um sistema de sexo/gênero é o conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (Rubin, 1975, p.159).

O uso de termo "sexo" junto com o termo "gênero" indica seu interesse em apontar um exercício de sexualidade como um padrão, não só diferente mas oposto à sexualidade existente por ocasião do nascimento. Como observa Saffioti (1990), esta oposição permite-lhe caracterizar sua conceituação de gênero que se complementa de outra oposição, isto é, a de dois tipos humanos sexualmente diferentes - o homem e a mulher. Ao se juntar essas polaridades opostas, pode-se perceber que nessa conceituação, tanto o homem como a mulher seriam portadores de uma sexualidade "natural". Pela ação da "cultura" inscrevem-se nessa "natureza", as marcas do social e suas conseqüentes diferenciações e atribuições. Assim, a partir de uma dicotomização entre natureza e cultura, dos sexos feminino e masculino, estabelece-se uma fundamentação do conceito do sistema de sexo/gênero. Desta maneira para Rubin (1975), o processo de uma construção de gênero teria seu ponto de partida nas diferenças sexuais dos indivíduos, estabelecidas por ocasião do nascimento, movendo-se em direção ao social como indica Saffioti (1990)

A semelhante forma binária - sistema de sexo/gênero - empregada por Benhabib (1987), expressa, contudo, um modo diferente de conceber o fenômeno, mostrando que esse sistema representa uma maneira decisiva, através da qual a realidade pode ser organizada, interpretada e vivida na experiência de cada um:

"O sistema de sexo/gênero constitui a grelha na qual o "self" desenvolve uma identidade incorporada, uma certa forma de ser no seu corpo e de viver o corpo. O "self" torna-se um eu na medida em que realiza a apropriação, a partir do que lhe oferece a comunidade humana, de um modo de física, social e simbolicamente vivenciar sua identidade corporal. O sistema de sexo/gênero é a grelha através da qual as sociedades e culturas reproduzem indivíduos corporificados" (Benhabib, 1987, p.80).

Essa autora propõe um importante avanço na teorização sobre gênero. Nesta concepção está claramente presente a idéia de influência social dirigindo-se ao indivíduo e modelando o sexo. Mas aparece, nitidamente, a importância da possibilidade de escolha e apropriação, que o "self" precisa empreender para construir sua identidade.

Esta posição é semelhante à de Butler (1987) que, relendo formulações de Beauvoir em "O Segundo Sexo", apresenta uma proposição de gênero como projeto cultural.

Discutindo as relações entre a mulher, a natureza e a sociedade, observava Pitanguy (1982) que, no processo de construção da identidade de gênero demarcam-se socialmente espaços - público e privado - como referências para a construção do gênero:

"... ao homem o espaço externo, à mulher o espaço doméstico. (...) Tais espaços, demarcados a nível concreto, são sobretudo marcos de referência na representação simbólica do feminino e do masculino" (Pitanguy, 1982, p.65)

Nesta forma de concepção fica também explícita a importância decisiva das instituições sociais atuando como referenciais externos na formação da identidade de gênero.

Poderíamos, talvez, acrescentar que um referencial demarcado a nível concreto, para poder exercer uma influência mais decisiva e duradoura nesse processo de construção da identidade de gênero, precisa ser assimilado e elaborado, a ponto de constituir-se em uma representação a nível simbólico. Ficaria, então, evidenciado um processo de organização, interpretação e apropriação da realidade externa por um indivíduo, num contínuo inter-relacionamento com seu ambiente contextual, apoiando assim, a proposição de Benhabib (1987).

Nessa mesma linha de raciocínio podemos incluir a conceituação de Delphy (1981) que aponta também a atividade de um indivíduo nesse processo de construção da identidade de gênero:

"... pensamos que o gênero - as posições sociais respectivas de mulheres e homens - não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo torna-se um fator pertinente e portanto, uma categoria da percepção, a partir da elaboração da categoria de gênero" (Delphy, 1985, p.65).

De uma perspectiva psicológica, Lamas (1986) indica que gênero implica uma categoria analítica, no interior da qual se articulariam três instâncias básicas:

a) a rotulação (ou atribuição) do gênero que se realiza no momento em que se sabe o sexo da criança, ou seja, a partir da aparência externa dos genitais;

b) a identidade de gênero que se estabelece juntamente com a aquisição da linguagem. É anterior a um conhecimento de diferença anatômica entre os sexos. Desde essa idade a criança estruturaria a sua experiência vital com o gênero a que pertence identificado

em todas as suas manifestações;

c) o papel do gênero que se forma no conjunto de normas e prescrições que a sociedade e a cultura estabelecem sobre o comportamento feminino ou masculino. A dicotomia masculino-feminino estabelece estereótipos geralmente rígidos que condicionariam os papéis, limitando as possibilidades das pessoas, ao dar condições ou reprimir os comportamentos segundo sejam ou não adequados ao gênero. A estruturação do gênero chega a converter-se num fato social de tanta força que, muitas vezes é pensado como natural.

Dessa maneira, para essa lógica dicotômica, com a qual não concordamos, na categoria gênero estariam embutidas as diferentes interpretações sociais do biológico. Então, mesmo havendo variações de acordo com a cultura, a classe social, a etnia, através dessa categoria poderia se expressar a presença de uma divisão básica, primeva, ou seja: as mulheres geram e têm os filhos; seu espaço é o doméstico, sua tarefa é cuidar. Enquanto que os homens, sendo associados com o espaço público teriam por tarefa empreender (Pozatti, 1989).

2 - GÊNERO E POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER NA LÓGICA DO INDIVIDUALISMO

O conceito de gênero encontra-se, portanto, nos dias atuais, profundamente vinculado a uma ampla reflexão sobre as construções sociais do masculino e do feminino nas sociedades contemporâneas.

Essa reflexão, como um questionamento a respeito de diferentes posições sociais dos indivíduos, vem assinalando de modo original, um empenho por parte de muitas investigadoras feministas, inclusive no sentido de repensar criticamente, premissas e critérios do trabalho científico existente.

Na base dos principais reexames a respeito de especificidades da condição feminina, localiza-se o questionamento sobre as relações entre natureza e cultura (Rosaldo e Lamphère, 1979; Rubin, 1975; Franchetto et alii, 1981; Heilborn, 1991).

Concordamos com Heilborn (1991) ao considerar a oposição desses dois termos como só sendo apreendida a partir de uma determinada moldura simbólica, isto é, o referencial que a própria

sociedade concebe sobre o que vem a ser natural e o que vem a ser cultural.

Ainda que abstratamente o domínio da natureza possa ser equacionado ao que é universal, comum a toda espécie, a própria condição humana revela-se indissociável de um aprendizado cultural. A diferença dos sexos como marca da diferença parece ligar-se a esse aspecto da universalidade, do comum a toda a espécie, portanto, mais próxima ao pólo da natureza. Entretanto, como indica essa autora, o conteúdo dessa diferença revela o reino da variação e, portanto, encontra-se mais próximo ao pólo da cultura.

Mas, se é a cultura que oferece modelos para significação do que venham a ser masculino e feminino, o que motivaria esses exames críticos sobre diferentes posições sociais das mulheres e conseqüentemente, os questionamentos a respeito desses próprios padrões culturais que expressam uma polarização antagônica entre os padrões masculino e feminino?

Entendemos esse fenômeno como sendo uma produção das modernas sociedades burguesas,

“... a matriz simbólica que faz emergir esse questionamento enraíza-se no que se convencionou chamar, dentro da teoria antropológica, de individualismo” (Heilborn, 1991, p.24)

O individualismo em questão refere-se ao sistema de representações dominante nas sociedades modernas, conforme desenvolvido teoricamente por Dumont (1972).

Para esse autor, uma das principais características desse sistema é considerar a gênese do social como proveniente da exis-

tência primeira dos indivíduos

A noção de indivíduo abrange duas modalidades conceituais distintas: uma como realidade empírica presente em qualquer sociedade e, portanto, representante da espécie humana. A outra como categoria, ou seja, como aceção valorativa de entidade moral que constitui o eixo de construção do social.

Através da oposição individualismo-holismo, núcleo do pensamento de Dumont (1972), cada um desses termos representa o eixo em torno do qual se articula a relação parte e todo, condição da própria organização social. Tendo em vista uma concepção simbólica da sociedade, para esse autor a marca singular dessas formas ideológicas expressa-se através de dois modos distintos: as sociedades de tipo tradicional e as de tipo moderno. As sociedades do primeiro tipo organizam-se a partir de um princípio hierárquico que se sustenta por uma atribuição diferenciada de valor às entidades sociais, onde os indivíduos são considerados como diferentes, complementares e hierarquizados. As sociedades de tipo moderno, ao contrário, são organizadas a partir de um princípio de igualdade ou individualista que se fundamenta na indiferenciação, onde a igualdade como condição de detenção de um mesmo valor esmerilha as diferenças.

O individualismo carrega, então, uma contínua fragmentação do todo social em esferas que tendem progressivamente para uma autonomização. Por conseguinte, para Dumont (1972), falar em esferas política, econômica, psicológica, etc, só é possível quando em referência às sociedades que encaminharam a autonomização dessas respectivas instâncias, isto é, as sociedades modernas.

Em seus estudos para evidenciar a afirmação do individualismo como ideologia predominante, esse autor indica como principais acontecimentos que influenciaram na consolidação desse sistema, o luteranismo, a Declaração dos Direitos do Homem, a revolução industrial e a constituição do Estado burguês. Procura mostrar que, através de cada evento, configura-se uma maneira de indicar a prevalência do individual sobre o social, ressaltando-se com isto a importância do princípio de representação política e a segmentação dos poderes.

Na análise desse autor a história das sociedades modernas consiste na história de processos sucessivos de autonomizações: do político em relação ao religioso, do econômico em relação ao político, e assim por diante.

Convém lembrar que o sentido de autonomização considerado refere-se a um processo de contínua transformação/dissolução das relações sociais que determinadas instituições imprimem no decorrer de seu desenvolvimento histórico.

Assim, tomando como um exemplo específico, o feminismo enquanto forma de representação de mulher na sociedade, pode expressar uma configuração do individualismo. Uma de suas principais características, como já argumentamos, é referir-se a um processo que reivindica autonomização da sexualidade frente à família enquanto instituição. Da mesma forma, essa busca de autonomização também pode ser encontrada nos chamados movimentos homossexuais.

A título de ilustração podemos indicar também que esse processo de autonomização da sexualidade foi amplamente tratado por Foucault (1977) em "História da sexualidade: a vontade de saber",

onde esse autor mostra como essa autonomização corresponde a um progressivo processo de elaboração discursiva.

Um outro exemplo desse processo de autonomização é o da nuclearização da família, igualmente analisado por Ariés (1978) em "História social da criança e da família".

É através dessa dinâmica de autonomização que o feminismo, enquanto prática e ideologia de base individualista, ao focalizar a experiência individual de mulheres, afirma-a no interior de processos sociais. Por isto, a questão feminista tem por fundamento a afirmação de ser a identidade feminina socialmente produzida. Porém, convém salientamos que a mulher enquanto agente social que, através de suas lutas se afirma, não se define por uma essência monolítica, mas trata-se de um ser que existe e se constitui no interior de processos culturais que concretamente a produzem.

Observando mais especificamente alguns aspectos que mais de perto dizem respeito a nossa realidade, poderíamos trazer certas implicações relativas ao que se denomina cultura mediterrânea. Como indica Heilborn (1991), refere-se a determinados traços de organização do parentesco e da moral comuns a certas regiões da Europa e do norte da África. Áreas essas consideradas fundamentais para a formação de uma identidade da América Latina, bem como da Espanha e Portugal. Essa configuração cultural apresenta como característica a existência de um traço valorativo organizador da sociedade, representado pelo conjunto simbólico honra-vergonha.

Mostra essa autora que o processo civilizatório empreendido nessas regiões permitiu que o próprio senso comum registrasse uma

certa noção de prestígio e grande poder masculinos. O exercício de tais atributos, por sua vez, seria assegurado pela ênfase na moral e no controle femininos.

Estudos etnológicos (Hertz, 1980; Aragão, 1983) têm indicado a existência de certa associação do feminino com aspectos mágicos, com descontrolo, com o profano, enfim, com a negatividade, nessas culturas mediterrâneas.

Na tradição mediterrânea, herdeira que é da romana, vigora uma oposição entre público-privado, entre polis-lar, profundamente acentuada. O lar representaria espaço de refúgio e de culto aos espíritos dos ancestrais, assegurando a expulsão de espíritos maléficos. Mas vale lembrar também que, para essa tradição, o feminino representaria as forças disruptivas e incontroláveis da natureza. Conseqüentemente, o próprio sistema social produziria uma necessidade de controle da "natureza feminina", que se expressaria prioritariamente sobre as manifestações da sexualidade. O controle da sexualidade feminina por parte dos homens far-se-ia presente, uma vez que a ameaça de ruptura incorporada pela mulher, poderia manifestar-se no interior desse espaço considerado sagrado, onde o chefe da casa seria o principal representante dos espíritos dos ancestrais.

Entretanto, a associação do feminino com um dos pólos valorizados do sistema simbólico - a casa -, e a importância atribuída ao pátrio poder, produz uma espécie de incongruência. A mulher é percebida, ao mesmo tempo, como possuidora de uma natureza negativa e vinculada à sacralidade do espaço doméstico. A resolução dessa incongruência elaborada pela tradição mediterrânea impõe que se exorcize o feminino através de um procedimento de "santi-

ficação". Daí a ênfase na categoria "mãe", pelas relações e valores que ela articula (Aragão, 1983).

Lembrando-se, ainda, a existência do fenômeno, aparentemente na sociedade brasileira como um todo, de que a mulher só conseguiria definir-se socialmente através da família, isto é, como, filha, esposa ou mãe (Salem, 1980; Rodrigues, 1978). Dessa maneira, do ponto de vista do código do gênero, o conjunto simbólico honra-vergonha exemplifica a afirmação da existência de uma moldura cultural, no interior da qual os termos masculino e feminino seriam elaborados.

É interessante assinalarmos, contudo, que essas considerações dizem respeito a um modelo tradicional de sociedade que, em nossa realidade parece ser o predominante, apesar de se contrapor a um padrão emergente mais próximo ao individualismo. E que, em sociedades latinoamericanas representa um paradigma fundamental que, aglutinando os valores relacionados com respeito e vergonha (principalmente nos setores populares), atua como critério para avaliação das pessoas (Taylor, 1983; Aragão, 1983).

Retomando a discussão sobre o individualismo podemos perceber que a nível de produção teórica é a categoria de indivíduo que permite identificar, criticamente, os processos implicados na produção de uma identidade feminina.

Por outro lado, o individualismo enquanto sistema de representação, orientando-se por um princípio de igualdade formal, fundamenta-se na indiferenciação. Por conseguinte, ficaria secundarizada ou mesmo ignorada, a diferença sexual dos indivíduos e suas implicações no processo de construção da identidade social.

No âmago dessa contradição pode estar localizado um elemento impulsionador da produção feminista contemporânea, ao focalizar atualmente, de modo enfático, a questão da condição social das mulheres como uma questão da identidade de gênero.

Além disso, entendemos que no mundo ocidental contemporâneo, a oposição binária masculino-feminino expressa-se através de uma condensação de discursos/práticas histórica e culturalmente produzidos/recompostos que veiculam saberes, "verdades" e atuam como um referencial simbólico na construção da identidade de gênero, um dos aspectos da identidade social dos indivíduos. E em nossa sociedade esse conjunto simbólico que atua como referencial na construção da identidade social das mulheres expressa-se através de um discurso generalizado conhecido como discurso/ideário da feminilidade, já profundamente examinado por Buitoni (1981), no campo da imprensa feminista brasileira.

Ao empregarmos a conceituação de identidade de gênero concordamos com Lavinias (1989, p.15):

"(...) a identidade é um projeto em devir, o que implica a construção de novas representações positivas, implica transformação dos conteúdos sociais (quebra dos estigmas) e produção de novos significados".

Mas, é necessário esclarecermos alguns pressupostos a respeito do que estamos considerando como identidade, bem como da atuação de papéis sociais na sua constituição. Nosso entendimento mostra-se apoiado nas leituras que Ciampa (1985; 1987) faz dessa questão.

Ao nos interessarmos em conhecer a identidade de alguém, nossa tarefa parece traduzir-se apenas em uma questão prática, ou seja, buscar obter as informações necessárias. Esse procedimento supõe que as informações revelam a realidade. Mas, como são fornecidas essas informações?

A forma mais habitual é fornecer um nome, um substantivo. Assim, como indica Ciampa (1987), nós nos identificamos com nosso nome que nos singulariza num conjunto de outros seres: nós nos tornamos nosso nome. Deixando de lado a excepcionalidade, quem nos dá nosso nome é a família; o primeiro grupo social do qual fazemos parte e que se refere à mediação entre indivíduo e sociedade. Dessa maneira, o prenome (o primeiro nome) nos diferencia de nossos familiares e o sobrenome nos iguala a eles. Identificar significa, então, distinguir, diferenciar, mas também, confundir, unir, assimilar, ou seja:

"Com isto se revela um dos segredos da identidade: ela é a articulação da diferença e da igualdade"
(Ciampa, 1987, p.138).

Dessa maneira, sucessivamente as pessoas vão-se diferenciando e se igualando conforme os vários grupos sociais onde se inserem (brasileiros, brancos, negros, pobres, ricos, religiosos, ateus, flamenguistas, presidencialistas, parlamentaristas, homens, mulheres, etc.).

Com isto podemos depreender que o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de determinados grupos sociais que existem objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.

Depreendemos, igualmente, que a identidade é, também, constituída pelos grupos dos quais as pessoas fazem parte. Mas, considerando que os grupos existem concretamente através das relações que seus membros estabelecem entre si e com o meio onde se inserem, entendemos que a identidade das pessoas se constitui pelas suas ações no mundo onde vivem e que se associam a diferentes papéis sociais. Isto indica que a identidade é um fenômeno social. Contudo, não podemos esquecer que as informações que descrevem quem é alguém mostram, apenas, o aspecto representacional da noção de identidade (enquanto produto), deixando de lado os aspectos constitutivos de sua produção, assim como as implicações recíprocas desses mesmos aspectos. Precisamos considerar que a expressão da identidade de um sujeito apresenta-se como um fenômeno onde se inclui um conjunto de elementos que podem caracterizar, identificar um indivíduo (biológicos, psicológicos, sociais, etc.) e, de outro lado, a representação desse indivíduo como uma duplicação simbólica. Entretanto, como indica Ciampa (1987) existe como que um entrelaçamento desses dois aspectos, de tal modo que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação, uma certa expectativa de apropriação de determinados papéis sociais, que faz parte da constituição do indivíduo representado.

Empregando a mesma exemplificação desse autor podemos entender que, mesmo antes de nascer, a criança já é representada como filha de alguém, ou seja, essa representação se expressa através de determinados papéis, ainda que na forma de expectativa. E essa representação prévia expressa através de papéis constitui, efetivamente, essa criança como "filha/filho", membro de uma determinada família. Posteriormente, ao apropriar-se dessa representação

esse indivíduo poderá expressá-la na sua vivência enquanto filho/filha daquela família.

Entendemos, então, que constituir-se como filho/filha implica uma vivência de determinadas relações sociais que concretamente confirmem uma representação prévia, através de comportamentos que reforcem a conduta esperada para os respectivos papéis sociais (de filho/filha). Por conseguinte, a identidade de filho/filha, aglutinando os papéis correspondentes, é, ao mesmo tempo, consequência das relações que se vivenciam, e condição dessas relações, ou como diz Ciampa (1985, p.66):

"... é pressuposta uma identidade que é reposta a cada momento, sob pena de esses objetos sociais 'filho', 'pais', 'família', etc. deixarem de existir objetivamente"

Entretanto, ao ser reposta a identidade pressuposta é vista pelo senso comum como dada e não como se dando em um processo contínuo de identificação. Seria como se, uma vez identificada a pessoa esse produto esgotasse a produção de sua identidade como expressão de um único papel social.

Dessa maneira, adquirem força as expectativas generalizadas de que as pessoas devem agir conforme aquilo que são, bem como ser tratadas como tal, revelando que:

"De certa forma, re-atualizamos através de rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é reposta como algo já dado, retirando em consequência o seu caráter de historicidade, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social" (Ciampa, 1985, p.66).

Por conseguinte, a reposição da identidade deixa de ser considerada como uma sucessão temporal, passando a ser vista como simples manifestação de um ser idêntico a si mesmo em sua estabilidade e permanência. De acordo com Ciampa (1987) isso ocorre porque cada pessoa comparece diante de outros como representante de si mesma a partir de uma pressuposição de identidade. Entretanto, essa identidade pressuposta não é uma simples imagem mental de si mesmo, uma vez que se configurou nas relações estabelecidas com outros que, por sua vez, identificam essa pessoa como idêntica a si mesma. Entende esse autor que essa dificuldade acontece porque cada comparecimento perante outrem envolve representação em um tríplice sentido:

- 1 - eu represento enquanto estou sendo o representante de mim;
- 2 - eu represento, em consequência, enquanto desempenho papéis;
- 3 - eu represento, finalmente, enquanto reponho no presente o que tenho sido, enquanto reitero a apresentação de mim.

Dessa maneira, é essa "alterização" da identidade que, ao imprimir uma identidade pressuposta e desenvolver uma identidade posta como metamorfose, no dizer de Ciampa (1987), que permite a possibilidade de concretização de toda a humanidade contida em cada pessoa. Por conseguinte, cada pessoa nunca comparece diante de outros apenas como portadora de um único papel, mas como representante de si mesma com todas as determinações que a tornam um sujeito concreto.

Estabelece-se assim, uma complexa rede de representações, no sentido abrangente de desempenho de papéis, perpassando todas as relações onde cada identidade reflete outra identidade. Como as identidades são produzidas a partir das ações do sujeito frente a determinações sociais, tais atividades tendem a se normatizar culturalmente engendrando-se, então, diferentes papéis sociais, tendo em vista a manutenção da estrutura de uma dada formação social.

Considerando portanto, que em uma acepção abrangente essas atividades se associam com o desempenho de papéis sociais, entendemos que são perpassadas por referenciais simbólicos de gênero que se fundamentam, por sua vez, nas diferenças biológicas masculinas e femininas (Fraser, 1987; Bourdieu, 1990; Heilborn, 1991). Por conseguinte, as predeterminações culturais que normatizam o que é um comportamento adequado para alguém, conforme o sexo, bem como os meios para alcançar reconhecimento público de sua identidade têm como pressuposto para diferentes posições sociais de homens e mulheres historicamente construídas, características biológicas e, portanto, componentes da natureza orgânico-funcional dos indivíduos.

Como o objeto deste estudo se relaciona com a questão da presença de papéis de gênero na constituição da identidade social de mulheres, entendemos que certas perspectivas de análise podem ajudar a clarificar articulações fundamentais atuantes no processo de apropriação de determinados papéis sociais e, portanto, no processo de constituição da identidade de gênero. Por isso faremos algumas considerações às análises de Gilligan (1982), de Fraser (1987), de Benhabib (1987), de Scott (1988), e de Anyon

(1990). Não exatamente com vistas a indicar uma integração dessas perspectivas (se é que isso é possível), mas, tão somente recuperar-lhes a força heurística na interpretação do conteúdo empírico deste estudo.

3 - PERSPECTIVAS POLÍTICAS, SOCIAIS E MORAIS NAS ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS SOBRE GÊNERO

É evidente que muitos avanços nas investigações sobre a questão do gênero são, em grande parte, decorrentes da enorme contribuição prestada por estudos feministas, em que pese suas orientações teórico-metodológicas.

Sem a pretensão de abranger exaustivamente esse amplo contexto de debates, entendemos ser produtivo focalizar, através de determinadas perspectivas feministas contemporâneas, algumas direções de investigação que procuram elucidar diferentes maneiras pelas quais pode operar a oposição binária masculino-feminino na construção da identidade de gênero.

Nossa intenção é mostrar que essas perspectivas de análise, enfatizando relações entre posição social das mulheres e a questão de sua autonomia, além de referenciar as análises dos discursos das mulheres deste estudo abrem espaço para novos questionamentos/investigações sobre gênero na contemporaneidade.

Perspectiva de gênero e poder

O discurso sobre gênero, como qualquer outro discurso ideológico tem suas raízes entrelaçadas com a subjetividade dos agentes sociais e o contexto de existência onde se inserem esses agentes. Por isso, o discurso sobre o gênero é modelado pelas diferentes relações que os indivíduos estabelecem no interior de suas vivências cotidianas, a partir de referenciais simbólicos oferecidos pelo ambiente cultural. Por conseguinte, as relações de gênero refletindo concepções de gênero assimiladas/elaboradas por homens e mulheres, não derivam de características inerentes aos indivíduos enquanto machos ou fêmeas. Sendo as concepções de gênero organicamente construídas inter-relacionam-se dialeticamente, exigindo, então, como forma de superação de suas contradições internas, uma prática política.

Em não se considerando o gênero como uma relação social, mas como resultado de oposições de características naturais entre homem e mulher, corre-se o risco de não se perceber diferentes formas de poderes vivenciados/praticados por esses seres, em suas experiências enquanto agentes sociais.

Portanto, para se analisar relações de gênero torna-se necessário procurar as articulações que podem-se estabelecer entre gênero e poder.

Scott (1988) propõe uma definição de gênero que busca essa articulação:

"O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é um modo primeiro de dar significado às relações de poder" (p.141).

Sendo elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas, a proposição de Scott de quatro elementos inter-relacionados e envolvidos com o gênero pode auxiliar o alcance de uma melhor compreensão deste fenômeno. São eles:

- 1) Símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas como extremos contraditórios: Eva/Maria; Luz/Escuridão; Pureza/Poluição; Inocência/Corrupção, etc. E, em geral, quando se referem à mulher consistem em representações contrárias mas não excludentes e são raramente percebidas, por se expressarem através de uma forma binária.
- 2) Conceitos normativos que antecipam as interpretações dos significados dos símbolos, e que ajudam a limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Tais conceitos se expressam, geralmente, nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, e tomam a forma de uma oposição binária que afirma de maneira categórica e sem equívoco, o sentido do que é masculino e do que é feminino. Um exemplo que ilustraria este procedimento pode ser encontrado nos grupos religiosos fundamentalistas contemporâneos ao procurarem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel "tradicional" da mulher, tido como supostamente mais autêntico; portanto, na realidade existem poucos antecedentes históricos que testemunhariam a realização desse suposto papel.

- 3) Aspecto político e organização social como noções importantes para a desconstrução de conceituações fixas, imutáveis e assentadas no modelo binário de gênero. Muitas vezes essa desconstrução tem sido dificultada pela redução do uso da categoria de gênero apenas aos sistemas de parentescos, considerando-se, assim, o universo doméstico e a família como os fundamentos da organização social. É necessário ter-se uma visão mais abrangente que inclua, além do parentesco, noções de mercado de trabalho, onde, por exemplo, a segregação sexual faz parte do processo de construção do gênero; pela mesma razão devem-se incluir noções ligadas à educação (seja no aspecto prático/teórico ou no institucional), e ao sistema político (onde, por exemplo, o sufrágio universal faz parte desse mesmo processo). O gênero é construído através do sistema de parentesco, mas não de modo exclusivo; constrói-se, igualmente, na economia e na organização política.
- 4) Identidade subjetiva; considera-se atualmente que a psicanálise fornece uma teorização importante para uma explicação do processo de reprodução do gênero, mostrando a transformação da sexualidade biológica dos indivíduos como proporcional à sua aculturação. Alerta, entretanto, Scott (1988) para a possibilidade de aparecimento de algum grau de ceticismo resultante de uma certa pretensão universal da psicanálise. É preciso, portanto, examinar as maneiras pelas quais a identidade de gênero é realmen-

te construída, tentando relacionar os achados com toda uma série de atividades, organizações e representações sociais, historicamente situadas.

Para essa autora esses quatro elementos que compõem a primeira parte de sua definição de gênero não são considerados simplesmente como reflexos uns dos outros, mas processos interligados, cujas relações entre si ainda não foram suficientemente desvendadas.

A teorização do gênero está expressa na segunda parte da definição:

"o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder" (Scott, 1988, p.142).

Que seria até mais claro dizer-se: o gênero é um primeiro campo, no interior do qual, ou através do qual, o poder é articulado.

Os conceitos de gênero estabelecidos como uma espécie de conjunto objetivo de referências atuam na estruturação da percepção e organização concreta e simbólica de toda a vida social (Bourdieu, 1990). Por outro lado, na medida em que esses referenciais estabelecem distribuições diferenciadas de poder (em virtude de um controle ou acesso às diferentes fontes materiais, simbólicas), o gênero revela-se envolvido e em conexão com o conceito e construção do poder em si mesmo. A autora ilustra esse seu pensamento mostrando a articulação do conceito de classe no século XIX, como sendo apoiado sobre o gênero isto é: na França, os reformadores burgueses descreviam os trabalhadores em termos co-

dificados como femininos ou seja: subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas. Já os dirigentes trabalhadores e socialistas insistiam em mostrar a posição masculina da classe trabalhadora como sendo composta por indivíduos produtores, fortes, protetores das mulheres e das crianças. Na realidade, os termos de tais discursos não se referiam explicitamente ao gênero, mas em suas referências pode-se captar a presença de certos "códigos" generificados para indicar sua significação.

Um exemplo que pode ser encontrado em nossos meios acadêmicos atuais é aquele em que, para expressar um empobrecimento ou uma desvirtuação de alguma teoria, empregam-se no discurso, expressões como "emascular uma teoria".

Tratam-se, na verdade, de exemplos de laços explícitos entre gênero e poder, revelando que, muitas vezes, as estruturas hierárquicas podem repousar sobre percepções generalizadas da relação supostamente natural entre masculino e feminino.

Desta maneira, podemos entender, então, com Scott (1988) que as significações de gênero e de poder constróem-se reciprocamente nos diferentes contextos sociais historicamente situados. E o gênero pode ser considerado, então, como um meio de decodificar o sentido e de compreender as complexas ligações entre diferentes formas de relações humanas.

Isto sugere uma nova postura, uma nova maneira de olhar quando se trata de investigar, de entender processos relacionados com diferentes manifestações de uma relação social desigual entre homens e mulheres. Para compreender como atua o gênero, bem como as possíveis mudanças no interior dos processos sociais é necessário ter sempre, em primeiro plano, que o que existe são proces-

so, geralmente complexos e não aglomerados de fenômenos. Assim, em lugar de investigar, por exemplo, supostas origens únicas, é preciso considerar os processos de tal forma interligados, à espécie de redes, cuja compreensão resultaria prejudicada quando funcionalmente separados. Por isso, concordamos com Scott (1988) quando indica que para fazer emergir o sentido é preciso considerar tanto o indivíduo como a organização social, bem como procurar articular a natureza da inter-relação que se estabelece entre esses processos. Significa, também, a necessidade de se procurar substituir a noção de um poder social unificado, coerente, centralizado, por alguma coisa mais próxima à conceituação de poder proposta por Foucault (1989), representado por constelações dispersas de relações desiguais que são constituídas pelos discursos/práticas, no bojo dos relacionamentos sociais.

Perspectiva de papéis sociais na modernidade

A partir de uma perspectiva feminista, Fraser (1987), examinando a teoria crítica de Habermas (1984), analisa alguns papéis sociais significativos e procura mostrar a presença, muitas vezes subterrânea, de uma espécie de um subtexto de gênero perpassando as concepções habermasianas de sociedade.

Indica essa autora que categorias importantes para uma teoria social crítica, como identidade social dos indivíduos modernos enquanto trabalhadores, cidadãos, consumidores, por exemplo, são identidades elaboradas a partir do crivo do gênero. Mostra também que a dinâmica do mundo vivido com sua assimétrica hierar-

quia de gênero, está presente tanto na economia como na esfera do espaço público. Chama também a atenção para a importância de se perceber que a moderna família nuclear é um lugar de esquemas e estratégias egocêntricas, muitas vezes de exploração, para não dizer de coerção e violência.

Indica Fraser (1987) que ignorar essas considerações pode representar um não questionamento a respeito do subtexto de gênero mediando todos os arranjos e relações exercitados nas sociedades contemporâneas. Assim, por exemplo, as relações entre a economia oficial e a família privada, seriam mediadas pelos papéis genericados de trabalhador e consumidor. Mostra essa autora que nas sociedades capitalistas clássicas, de dominação masculina (e não tão diferente nas de capitalismo tardio), o papel de trabalhador é masculino e não apenas em um sentido estatístico. Nessas sociedades existe uma forte tendência de se associar identidade masculina com o papel de provedor. Masculinidade é, em amplo sentido, uma questão relacionada com sair de casa diariamente, ir a um trabalho remunerado e retornar com um salário (ou algo equivalente) para sustentar seus dependentes. É essa relação entre ser homem e provedor que explica por que, nas sociedades capitalistas, o desemprego pode ser tanto psicológica como economicamente, tão devastador para os homens.

Observa Fraser (1987) que esse subtexto masculino do papel de trabalhador é confirmado pelo caráter constrangedor, muitas vezes existente na relação das mulheres com um trabalho remunerado, na sociedade de dominação masculina. Isto, porém, não significa que as mulheres estejam ausentes desses trabalhos remunerados; elas estão muito presentes, mas em outras formas, como indi-

ca Pateman (1985), isto é, como trabalhadoras em atividades sexualizadas: secretárias, empregadas domésticas, prostitutas, como membros de "profissões de ajuda", utilizando habilidades maternas, como enfermeiras, assistentes sociais, professoras primárias, babás, etc; como trabalhadoras de tempo parcial, ou em ocupações não qualificadas e, portanto, com menores salários; ou ainda, como "esposas trabalhadoras", "mães trabalhadoras", o que significa trabalhar para "ajudar" em casa; em suma trabalhadoras em um trabalho visto socialmente como de menor importância.

Essas diferenças na qualidade da presença das mulheres em trabalhos remunerados servem para testemunhar a dissonância conceitual entre feminilidade e o papel de trabalhador, o que por sua vez, confirma a existência de um subtexto masculino para esse papel e que faz a ligação entre a economia oficial e a família privada:

"E essa ligação é elaborada muito mais através de uma identidade masculina de gênero, do que através do dinheiro como gênero neutro" (Fraser, 1987, p.43).

Inversamente, o outro papel, o de consumidor, também fazendo a ligação entre a economia oficial e a família, tem um subtexto feminino. Pela divisão sexual do trabalho doméstico cabe à mulher o trabalho (geralmente não reconhecido) de comprar/preparar alimentos e serviços para o consumo doméstico. Isso pode ser confirmado tanto por uma visita a supermercados, como nos apelos da propaganda, cujas fantasias de desejo têm projetado a imagem de consumidor como feminina.

Outro papel significativo analisado por Fraser (1987) como fazendo ligação entre sistema público e mundo vivido é o papel de cidadão. Como entende Habermas (1984), o cidadão é fundamentalmente um participante dos debates políticos e de formação de opinião. Significa, então, que cidadania depende de capacidades e habilidades em participar de diálogos e debates com outras pessoas. Indica Fraser (1987) que não se pode esquecer, contudo, que essas são atribuições relacionadas com masculinidades, muitas vezes negadas às mulheres, e indicadas até mesmo como ameaça à feminilidade, como também confirma Cóser (1990). Essa maneira de entender os diferentes relacionamentos sociais pode também ficar comprometida quando se observa um outro aspecto relacionado com cidadania, ou seja, o papel do homem protetor e o da mulher que deve ser protegida, como indica Stiehm (1983).

Portanto, para Fraser (1987), e concordamos com ela, se cidadania depende de certas atribuições que se expressam como habilidades reconhecidamente masculinas, então o papel de cidadão pode ser considerado como um papel masculino. Realmente, faz a ligação entre a esfera estatal e a esfera política; liga também a economia oficial e a família. Mas essas ligações são geralmente forjadas, muito mais através de uma identidade de gênero que é masculina e tradicionalmente se associa com maiores chances de um exercício de poder, do que através de um poder resultante do próprio papel de cidadão:

"... se o meio de intercâmbio aqui é o poder, então poder em questão é poder masculino. É poder como expressão de masculinidade (...) a identidade de gênero é vivida em todas as arenas da vida. É

um (se não "o") meio de troca entre todas elas (...) um elemento básico do cimento social que liga umas às outras" (Fraser, 1987, p.45).

A explicitação dessa proposição pode ser complementada pela interpretação que Da Matta (1987) apresenta para a questão da cidadania.

Pensa esse autor que a categoria indivíduo/cidadão representa uma identidade social informada pela dimensão política que ao lhe imprimir um papel universalizante atribui-lhe um caráter nivelador e igualitário.

Indica ainda que na sociedade brasileira cidadão é o sujeito das leis impessoais. Mas, a existência de relações informais (laços de amizade, parentesco) imprimindo um caráter de humanidade às pessoas permite que o cidadão seja resgatado de sua condição de universalidade. É essa articulação entre "mundo da rua" e "mundo da casa" enquanto universos complementares que faz da vivência social uma dinâmica marcada por tensões e compensações. Entretanto, essa convivência perpassada por duas éticas, que até poderíamos associar respectivamente, com "ética da justiça/direitos" e "ética do cuidado/responsabilidade" (Gilligan, 1982), continua sendo entrecortada pelo prisma do gênero. Tanto a categoria como o papel correspondente de indivíduo/cidadão constituem-se e se realizam no espaço eminentemente público - o "mundo da rua", culturalmente preestabelecido como um espaço masculino.

Portanto, concordamos com Fraser (1987), para quem o papel de cidadão é considerado um papel masculino.

Observando-se, então, a presença de um subtexto de gênero perpassando e ligando todas as esferas de vida, pode-se perceber

que as identidades de gênero feminino e masculino, como se fossem tendências rosa e azul, estão presentes nas áreas do trabalho remunerado, na administração estatal, na cidadania, bem como no campo das relações privadas na família e na sexualidade.

Por conseguinte, nem mesmo os mais sofisticados esquadrinhamentos da estrutura das modernas sociedades são suficientes por si sós, para configurar uma teoria social crítica. É imprescindível entender-se que, tanto as estruturas como as dinâmicas correspondentes são constituídas por complexas redes de relacionamentos; e que uma das redes fundamentais são as relações de gênero, atravessando e ligando diferentes contextos de ações humanas socialmente engendrados. Portanto, sendo as relações de gênero constituintes e constutivas de relações sociais, entender a constituição de uma identidade de gênero através de uma lógica dicotômica orientando tanto a apropriação como o desempenho de papéis sociais, implica arrancar do termo "relações", seu caráter específico, isto é, ser portador de uma dinâmica que se expressa na forma de mão dupla.

Perspectiva moral e relações de gênero

Procurando articular uma crítica às teorias morais universalistas com uma perspectiva feminista, Benhabib (1987) mostra que a discussão sobre a complexa questão da autonomia do self orienta-se através de duas concepções incompatíveis sobre a relação self-outro existente nas teorias morais contemporâneas. Denominadas de "ponto de vista do outro generalizado" e "ponto de vista do outro concreto".

Essas duas concepções que delineiam as perspectivas morais e as estratégias interacionais refletem dicotomias entre autonomia/cuidado, independência/dependência, público/privado

O ponto de vista do outro generalizado pressupõe que consideremos cada um e todos os indivíduos, como seres racionais possuidores dos mesmos direitos e deveres que atribuímos a nós próprios. Adotar esse ponto de vista implica a necessidade de fazermos uma abstração da individualidade e da identidade concreta do outro. Afirmamos, então, que o outro, como nós, é um ser que tem necessidades concretas, desejos, sentimentos, mas o que constitui sua dignidade moral não é aquilo que nos diferencia mutuamente mas, aquilo que nós, como agentes racionais, temos em comum. Dessa maneira, nossa relação com o outro é governada por normas de igualdade e reciprocidade formal que, por sua vez, são marcadamente públicas e institucionais. As categorias morais que acompanham tais relações são as do direito, da obrigação, e os sentimentos morais correspondentes referem-se ao respeito, dever, merecimento e dignidade. O ponto de vista do outro concreto, em contraste, pressupõe que consideremos cada um e todos os seres racionais como um indivíduo com uma história, uma identidade e uma constituição afetivo-emocionais concretas. Adotar esse ponto de vista implica em fazer uma abstração daquilo que temos em comum. Buscamos, então, compreender as necessidades do outro, suas motivações, seus desejos. Nossa relação com o outro fica, assim, governada por normas de igualdade e reciprocidade complementar. Cada indivíduo espera do outro e assume perante esse outro, formas de comportamento através das quais se transmite o sentimento de ser reconhecido e confirmado como um indivíduo concreto, um

ser com necessidades específicas, talentos e capacidades. Nesse caso, nossas próprias diferenças atuam mais no sentido de complementar uma relação do que no sentido de excluir os indivíduos entre si. As normas que perpassam essas relações são, geralmente, privadas, não institucionais, e se referem à amizade, fraternidade e cuidado/proteção. Tais normas exigem, portanto, mais do que uma simples afirmação de direitos e deveres. Ao tratar o outro de acordo com normas de amizade, de fraternidade, afirma-se não apenas sua humanidade, mas sua individualidade. As categorias morais que acompanham essas relações referem-se principalmente à responsabilidade, compromisso e co-participação. Os sentimentos morais correspondentes seriam relativos ao amor, simpatia, proteção, solidariedade.

Mostra Benhabib (1987) que nas teorias morais universalistas o self é visto como um ser descorporificado, um puro agente racional cujos julgamentos poderiam ser aceitos por todos e em todos os lugares. Entende que essas teorias são substitucionalistas, no sentido de que o universalismo que defendem é parcial, uma vez que identificam as experiências de um grupo específico de sujeitos como um caso paradigmático da espécie humana. Tais sujeitos são invariavelmente homens adultos brancos possuidores de uma condição econômica favorável e integrantes de respeitável posição social.

Essas concepções refletem, portanto, aspectos de uma experiência generalizada que privilegia os homens. Assim, o chamado "outro relevante" nunca se refere, por exemplo, à irmã, mas sempre ao irmão. Essas reflexões apóiam-se nas controvérsias produzidas a partir dos estudos de Gilligan (1982) relacionados com a

psicologia do desenvolvimento moral no prisma cognitivo. Segundo Benhabib (1987), podem traduzir uma espécie de recapitulação da idéia de Kuhn (1978).

Buscando revisar o paradigma para o estudo do desenvolvimento do julgamento moral proposto por Kohlberg (1963; 1964), Gilligan (1982) procura mostrar que esse modelo é válido para avaliar apenas o desenvolvimento de um aspecto da orientação moral que se refere à ética da justiça e direitos.

Constatando que, através desse modelo as mulheres apresentavam, persistentemente, escores mais baixos que seus pares masculinos, verificou que o julgamento moral das mulheres expressavam outras características não abrangidas por esse modelo. Tratava-se de um julgamento mais contextual e mais relacional. Observou, também, que as mulheres apresentavam forte propensão para assumir o ponto de vista do outro e se mostravam, portanto, mais aptas para revelar sentimentos de empatia e simpatia requeridos por esse procedimento.

Entende Gilligan (1982) que se essas características cognitivas não forem consideradas como deficiências, mas como componentes essenciais do raciocínio moral adulto ao nível posconvencional, então a discrepância associada à interpretação do julgamento moral das mulheres torna-se um sinal de sua força. Isto porque considera que contextualidade, narratividade e especificidade existentes no julgamento moral das mulheres revelam-se como manifestações de uma maturidade moral que vê o self como um ser imerso em uma rede de relações com outros.

A partir dessas constatações Gilligan (1982) propõe uma distinção entre "formalismo posconvencional" e "contextualismo pos-

convencional", enquanto características de altos estágios de desenvolvimento moral, cujas orientações nos julgamentos morais se caracterizam respectivamente, pela "ética da justiça/direitos" e "ética do cuidado/responsabilidade".

Essa proposta não significa simplesmente alterar a descrição dos estágios mais altos do desenvolvimento moral propostos no modelo de Kohlberg (1963; 1964). Mas implica uma mudança na compreensão do desenvolvimento e, por conseguinte, na própria definição de maturidade moral que envolve a complexa questão da autonomia do self.

Para analisar essa questão Benhabib (1987) examina a distinção entre a noção de justiça e a noção de vida correta, bem como sua transposição para a divisão entre esfera pública e esfera doméstica. Indica que uma radical alteração da teoria moral associa-se com a destruição da concepção teológica medieval da natureza pela ciência moderna, bem como com a emergência das relações capitalistas e a subsequente divisão da estrutura social em econômica, política, associações civis e esfera doméstica. A transição para a modernidade leva, então, a uma privatização das relações entre o self e o cosmos. A justiça se torna, assim, o centro da teoria moral quando os indivíduos burgueses se deparam com a tarefa de criar os fundamentos de uma ordem social que os legitimasse. A partir desse ponto de vista o dever é então, definido como aquilo sobre o que todos deveriam concordar a fim de assegurar a paz civil e a prosperidade. Como os fundamentos sociais que nessa ordem definem a cooperação e os direitos exigem que os indivíduos sejam respeitados, o sujeito burguês autônomo encontra-

se em condições de definir "vida correta" de acordo com sua própria consciência.

Na modernidade ocidental a concepção de privacidade é ampliada passando a envolver a esfera doméstica (intimidade familiar). Aí as relações de cuidado, fraternidade, camaradagem, calor humano são vistas, moralmente, como campos de escolhas pessoais. Mas, como argumenta Benhabib (1987), na moderna teoria moral a natureza pessoal desses campos não possibilita um reconhecimento da igualdade nem da autonomia das mulheres; implica, ao contrário, uma exclusão das relações de gênero da esfera da justiça. Assim, enquanto o homem burguês pode se orgulhar de sua transição de uma moralidade convencional para uma posconvencional, para regras de justiça socialmente estabelecidas à luz de princípios de um contrato social, a esfera doméstica juntamente com seus integrantes, permanecem em um nível convencional. Isto significa que a esfera da justiça é vista como um domínio onde homens independentes interagem entre si, enquanto o mundo doméstico é negligenciado pela justiça e restrito às necessidades reprodutivas e afetivas do chefe-de-família burguês.

Por conseguinte, um amplo conjunto de atividades humanas relacionadas com cuidado, reprodução, carinho, zelo, tornando-se o quinhão das mulheres é excluído das considerações morais e políticas e relegado ao mundo da natureza.

Esse universo social não reconhecendo, então, as vivências das mulheres, define-as simplesmente como o que o homem não é; elas não são autônomas, mas dependentes, cuidam, criam vínculos, não são competitivas, mas doadoras, não pertencem ao espaço público, mas ao espaço privado. Sua identidade é definida, portan-

to, através de uma série de lacunas, carências

Dessa maneira, a divisão entre esfera pública da justiça, onde a história é feita, e o mundo doméstico atemporal, onde a vida é reproduzida, é internalizada pelos indivíduos. A consequente representação simbólica dessas esferas se explicita nos antagonismos entre autonomia/cuidado; independência/dependência; soberania do self/relações com outros, que se expressam nas formações discursivas morais e políticas modernas de modo reificado. Mostra-se, então, como essencial para a constituição do self e para o reconhecimento das individualidades através da justiça formal, uma esfera da qual as mulheres são excluídas.

Propõe, então, Benhabib (1987) que a teoria moral universalista contemporânea herdou essas dicotomias representadas pelo binômio autonomia/cuidado, cuja expressão mais nítida evidencia-se na tentativa de restringir o ponto de vista moral à perspectiva do outro generalizado.

Interessada em aprofundar as teorizações feministas contemporâneas a respeito da compreensão da condição das mulheres, essa autora indica também que o sistema de sexo-gênero é uma maneira fundamental, através da qual a realidade social é organizada, dividida simbolicamente e existencialmente vivida, como já citamos em sessão anterior, mas que merece ser repetida aqui:

"Por sistema de sexo-gênero eu entendo a constituição simbólica sócio-histórica e a interpretação das diferenças anatômicas dos sexos. O sistema sexo-gênero é a grelha através da qual o self desenvolve uma identidade corporificada, um certo modo de alguém ser o seu corpo e de viver seu corpo. O self se torna um eu na medida em que se apropria de um modo de física, social e simbolicamente vivenciar sua identidade corporal, a partir do que lhe oferece a comunidade humana. O sistema de se-

xo-gênero é a grelha através da qual as sociedades e culturas reproduzem indivíduos corporificados" (Benhabib, 1987, p.80).

Essas considerações alertam, então, para a questão de que para compreender as especificidades da condição feminina, ou mesmo pensar em combater uma opressão que socialmente se produziu contra as mulheres, não é suficiente exigir que a sociedade se interesse em criar um processo de emancipação econômica e de participação política para as mulheres. É necessário questionar, também, as relações de natureza psico-sexual que se desenvolvem na esfera privada do mundo doméstico, onde se enraíza a vida das mulheres e, através das quais a identidade de gênero pode-se reproduzir (Salem, 1981; Aragão, 1983). Assim como questionar a maneira que as mulheres encontram para se posicionar frente a essas predeterminações historicamente produzidas.

Isto significa dizer, então com Benhabib (1987, p.95):

"Para explicar a opressão da mulher é necessário desvelar o poder de símbolos, mitos e fantasias que envolvem ambos os sexos no mundo inquestionado dos papéis de gênero. Talvez um dos mitos e símbolos mais fundamentais seja o ideal de autonomia concebido na imagem de um ego masculino manifesto e descorporificado".

Acomodação e Resistência: perspectiva

Entendemos que os referenciais simbólicos não consistem em configurações monolíticas e solidamente construídas. Evidencia-se com isto um pressuposto implícito de considerarmos a relevância da atividade do sujeito frente às determinações sociais, no pro-

cesso de apropriação dos papéis de gênero bem como de construção de sua identidade social.

Ao retomarmos as considerações de Benhabib (1987) e de Scott (1988) relativas ao gênero, verificamos que destacam, respectivamente, a necessidade de apropriação dos referenciais de gênero pelo sujeito e a consideração do gênero como elemento crucial que perpassa as relações de poder. Por conseguinte, entendemos que o gênero pode ser visto ao mesmo tempo, como consequência e condição de relações sociais. Assim, tanto o processo de apropriação dos referenciais simbólicos presentes nos papéis sociais, como a própria constituição da identidade de gênero podem ser considerados como um processo em permanente tensão. Com isto queremos dizer que as pessoas não assimilam passivamente todas as determinações sociais normatizadas culturalmente em papéis sociais, como nem sempre expressam atitudes de rebelião contra essas mesmas determinações. E isto aplicado à questão da presença de papéis de gênero atuando na constituição da identidade das mulheres, como é o caso deste estudo, melhor seria dizer com Anyon (1990, p.16):

"Grande número de mulheres nem aceita, nem rejeita totalmente os imperativos da 'feminilidade'. Preferencialmente, a maioria das mulheres opta (consciente tanto quanto inconscientemente) por tentativas cotidianas de resistir à degradação psicológica e à baixa auto-estima que resultaria da aplicação exclusiva e total das ideologias correntes de feminilidade enquanto submissão, dependência, domesticidade e passividade. As tentativas das mulheres de compor estas expectativas com aquelas da auto-estima (isto é, mediar a contradição entre feminilidade e competência tal como é socialmente definida) exibem resistência cotidiana e acomodação cotidiana - não diferente da dialética proposta por Genovese para os negros".

A partir desse ponto de vista entendemos que o desenvolvimento da identidade de gênero não se constitui em um processo unilateral de imposição pela sociedade, de valores, atitudes a serem incorporados pelas mulheres. Caracteriza-se como um processo que envolve tanto recepção passiva como resposta ativa às contradições sociais percebidas.

Além de serem colocadas diante de perspectivas ideológicas que predeterminam o que é um comportamento adequado para elas (por exemplo, cuidado de crianças e de homens no espaço doméstico, etc.), as mulheres são também, colocadas diante de ideologias que apontam quais são os meios apropriados para se alcançar um reconhecimento público formal da individualidade (por exemplo, através de engajamento em uma profissão extra-lar).

Como podemos perceber esses aspectos de perspectivas ideológicas expressam-se através de uma dinâmica contraditória.

É conveniente registrar nossa concordância com Anyon (1990) quando chama a atenção para a existência de similaridade entre esse esquema de acomodação/resistência e outros, igualmente, utilizados para caracterizar respostas das pessoas aos aspectos opressivos que vivenciam. Como indica essa autora, o que favorece tal semelhança é a idéia básica implícita de associar aceitação com acomodação e recusa com resistência.

A fim de ilustrar um pouco mais esse esquema incluímos, também, algumas considerações a partir de Giroux (1986), sobre o assunto. Entendemos que o conceito de resistência não deve ser visto como um clichê que definiria, apenas, comportamentos rebeldes explícitos. Como traduz, também, formas de indignação moral e política pode se referir, igualmente, a formas de resistência dis-

cretamente rebeldes no sentido mais imediato, mas politicamente progressistas, a longo prazo.

Isto significa entender, por exemplo, a dominação como um processo dinâmico e os dominados como sujeitos ativos diante da dominação. Além disso, a partir de Foucault (1989; 1990), podemos, também, entender que o poder nunca é unidimensional; não explicita apenas um modo de dominação, mas expressa, também, formas criativas de comportamento diante das relações de opressão, ou como diz Giroux (1986, p.147):

"Certamente, no comportamento de grupos subordinados há momentos de expressão cultural e criativa que são inspirados por uma lógica diferente, seja ela existencial, religiosa ou outra"

Por conseguinte, nas considerações relacionadas com esse esquema de acomodação/resistência, pensamos que o eixo central que articula esses processos refere-se a uma perspectiva, ou racionalidade que tem como interesse norteador a noção de emancipação

Entendendo acomodação e resistência como categorias articuladas, percebemos que uma compreensão da dinâmica que as atravessa pode ser alcançada através do exame das respostas que as mulheres deste estudo apresentam em relação a um posicionamento frente aos diversos referenciais de gênero integrantes de suas vivências.

Após as considerações apresentadas, certamente não exaustivas, entendemos que gênero não deve ser visto simplesmente como um produto, um rótulo resultante de um processo cultural que te-

ria um suposto ponto de partida nas diferenças sexuais dos indivíduos estabelecidas por ocasião do nascimento.

Por outro lado, como pudemos observar pelas diferentes conceituações apresentadas, o gênero sendo considerado como estando associado a um processo perceptivo relaciona-se, portanto, a um processo de organização mental: um esquema interpretativo que os indivíduos elaboram/utilizam para lidar com os referenciais produzidos culturalmente. Pode ser visto, então, como um instrumento para interpretação/apropriação dos referenciais simbólicos que a cultura oferece a fim de orientar o processo de construção da identidade dos indivíduos. E, como sabemos, nossa cultura ocidental, através de variadas maneiras, e há muito tempo, vem produzindo/oferecendo esses referenciais fundamentados na diferença orgânico/funcional/anatômica. Esse critério é empregado para pre-determinar socialmente o que é permitido/sugerido/incentivado ser/ter/estar/fazer/falar/consumir/produzir etc, conforme o sexo. Por conseguinte, o gênero se expressa, também, como um processo constitutivo das relações sociais elaboradas a partir da percepção de diferenças culturalmente atribuídas conforme o sexo e traduzidas através de referenciais simbólicos. Porém, esse critério expressa um caráter polêmico ao imprimir no elemento masculino a marca da positividade, da superioridade. Está posta, então, uma valorização diferenciada nos próprios atributos biológicos.

Dessa maneira, o gênero se refere a uma dimensão da identidade do indivíduo, dimensão essa continuamente elaborada pelas pessoas, principalmente, a partir de experiências simbólicas culturalmente diferenciadas, hierarquizadas e oferecidas conforme o sexo, inscritas nos diferentes papéis sociais.

Considerando o contexto cultural que nos serve de referência podemos perceber que é perpassado pela presença atuante de costumes, modos de ler o mundo, tradições, valores, muito próximos de uma tendência patriarcal que atua na dinâmica da organização social capitalista/funcionalista. Assim, por exemplo, se os papéis sociais e seus desempenhos correlatos funcionam como suportes dessa organização, não é difícil entender porque a produção da identidade das pessoas torna-se uma questão de sobrevivência do próprio sistema social. Seja através de aparelhos ideológicos, seja através de quaisquer outros equipamentos e denominações, o certo é que existe um esforço contínuo por parte de diferentes instituições sociais, no sentido de procurar imprimir um processo padronizado de individuação. Em nossa sociedade o padrão para a construção da identidade feminina se define, primordialmente, a partir do espaço doméstico com seus papéis sociais correspondentes. As estruturas interacionais que em seu interior se estabelecem caracterizam-no como um contexto marcado para experiências de amizade, fraternidade, proteção, cuidado: um espaço para relações de privacidade, de informalidade, cujas formas de comportamento representam para as pessoas as possibilidades de serem confirmadas e reconhecidas como indivíduos concretos, com histórias e necessidades singulares. O mundo da casa, do particular, em nítido contraste com o mundo da rua, do público. Este último, guardando as peculiaridades de cada formação social e marcado pelo entrelaçamento de várias relações onde circulam informações, acontecimentos, imprevistos, caracteriza-se por ser um espaço que sustenta e abriga processos e papéis relativos à produção e transformação da sociedade como um todo. Por isso é culturalmente visto co-

mo o mundo do trabalho, como o espaço produtivo onde o ser humano, pela sua presença e atuação teria oportunidade de transformar a si mesmo ao agir sobre esse mundo. Local por excelência para a pessoa entrar em contato com diferentes informações que aí se produzem, circulam, transformam-se processando-se a elaboração de uma cultura. Porém, historicamente, tem sido um espaço reservado primordialmente à presença e atuação masculina. É nesse espaço que tem-se construído a chamada moral universalista, onde a perspectiva do outro generalizado indica que as relações sociais sejam governadas por normas de igualdade e reciprocidade formal marcadamente públicas e institucionalizadas, onde as categorias formais do direito, da justiça, do dever, asseguram o reconhecimento social do papel do indivíduo. É nesse espaço, portanto, que em nossa sociedade se estabelecem as coordenadas para a constituição formal do indivíduo, isto é, para o reconhecimento, para a confirmação social de sua condição de cidadão: um indivíduo que existe social e legalmente.

Distanciando-se desse espaço público as mulheres têm limitados seus acessos a esses diferentes contatos, oportunidades e procedimentos de decisões que aí se processam. Para a ordem social interessa geralmente, que permaneçam no ambiente doméstico, num contexto de privação de relações. Daí a força apelativa existente em tantos referenciais que integram, por exemplo, uma perspectiva da feminilidade. Mas, distante do espaço público, da produção de informações, dos diferentes contatos, interações e reconhecimento público, as mulheres encontram-se prejudicadas quanto ao seu preparo para participar do desenvolvimento da própria cultura onde se inserem e onde se articulam as referências para o

estabelecimento das próprias normatizações culturais que definem os indivíduos. Por isso, em nossa sociedade profundamente marcada por desigualdades sociais, o processo de construção da identidade de gênero dos indivíduos pode ser caracterizado como um processo em permanente tensão. Mas, para as mulheres o esforço de se construir como indivíduo tem sido gigantesco.

Historicamente, uma racionalidade patriarcal tem produzido os mais apelativos argumentos que, procurando convencer a todos sobre a importância da presença feminina no mundo doméstico como sustentação de uma *funcionalidade harmônica* da sociedade, escondem uma ancestral irracionalidade: as mulheres são inferiores aos homens em função de suas atribuições orgânico-fisiológicas vistas como elemento definidor da identidade feminina. A concretização dessas argumentações pode ser encontrada nos referenciais simbólicos que veiculam diferentes *verdades* associadas a determinados papéis sociais. Essas podem servir para mostrar, por exemplo, que tipos de trabalho, formas de oportunidades, remuneração, prestígio de diferentes ocupações, acesso à educação, etc, devem ser diferenciados conforme o sexo das pessoas. Essas e outras tantas ~~verdades~~ elaboradas no interior de informações ideológicas mais amplas atuam, também, como referenciais no processo de construção da identidade social. Da maneira pela qual as pessoas se relacionam com esses referenciais resultará o significado que elas lhe atribuem. Tais significados podem, por sua vez, constituir-se em perspectivas, a partir das quais os indivíduos se posicionam socialmente. Incorporação/aproximação/recusa/negação: procedimentos que, representando ações articuladas de acomodação/resistência por parte das pessoas frente aos referenciais da cultura, expres-

sam elementos integrantes do processo de construção da identidade de gênero.

Portanto, o processo de tornar-se mulher envolve-se com o processo de construir-se enquanto gênero que implica primeiramente, em querer aprender a ler nos referenciais simbólicos o subtexto de gênero que uma cultura produz para esse mesmo processo. Mas, implica, também, em descobrir/construir estratégias para o alcance de reconhecimento social da própria individualidade: uma conquista e não uma concessão.

2ª PARTE :

CONTEXTO DE REFLEXÃO EMPÍRICO- TEÓRICA

1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve por objetivo buscar conhecer/explicitar a presença de papéis de gênero na constituição da identidade de gênero de mulheres com escolaridade superior, engajadas profissionalmente, bem como o significado dessa influência no processo de tornar-se mulher para essas mulheres. O estudo orientou-se pelas etapas que indicamos a seguir.

1.1 - A BUSCA DE INFORMAÇÕES

A opção pela entrevista semi-estruturada de relativa profundidade foi determinada por algumas limitações relacionadas com o

processo de investigação.

Primeiramente, o caráter de intencionalidade da amostra ou seja, os informantes deveriam ser mulheres que possuíssem escolaridade superior e estivessem no exercício de profissões condizentes com essa formação. Consideramos, também, que das várias mulheres contatadas nem todas se dispunham a se tornar informantes. Dentre as que aceitaram deparamo-nos com certas condições veladas e/ou explícitas que apresentavam para participar do estudo. Percebemos, por exemplo, que questões relacionadas com vivências afetivas e remuneração profissional não deveriam ser abordadas.

Como os contatos com as possíveis informantes eram geralmente ancorados em indicações/referências de outras pessoas, procuramos orientar-nos, também, pelo critério combinado de interesse/disponibilidade dessas mulheres para participar do estudo.

Assim, essas estratégias de seleção/aproximação das informantes, guiando-se por procedimentos apropriados à natureza do estudo (Taylor e Bogdan, 1986), permitiram-nos entrevistar oito sujeitos cujas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Tratando-se de entrevista semi-estruturada apresentamos um roteiro (Anexo 1) cuja utilização foi facultada às informantes. Duas escolheram falar seguindo um roteiro próprio que não se afastou, porém, daquele que lhes fora apresentado.

Em sua maioria, as entrevistas foram realizadas no local de trabalho dessas informantes conforme escolha delas próprias; e o tempo médio de cada entrevista foi cerca de duas horas e meia.

1.2 - O ESQUEMA DE ANÁLISE

Os dados descritivos, isto é, recortes dos discursos dessas informantes foram utilizados para ilustrar/expandir conceitos já desenvolvidos relacionados com o assunto tratado neste estudo. Para analisar/interpretar esses dados procuramos, primeiramente, identificar os temas emergentes dos discursos dessas informantes. Verificamos que esses temas se explicitavam em torno de três dimensões principais: busca de formação superior, vivências no mundo profissional e vivências no mundo doméstico. Esse descobrimento progressivo conduziu-nos a buscar um refinamento da compreensão relacionada com esses temas tendo em vista alcançar respostas para a questão norteadora do estudo, bem como compreender os dados contextualmente. Dessa maneira, cada uma dessas dimensões possibilitou-nos elaborar a configuração do seguinte esquema de indagação, que norteou o exame e análise do material coletado.

Busca de formação superior

- por que a opção pelos estudos universitários?
- houve influência de outras pessoas? Qual o contexto em que se deu tal influência? Como reagiram?
- qual o significado da formação superior para os sujeitos do estudo?

Vivências no mundo profissional

- por que a opção pelo exercício de uma profissão?
- vivenciaram o problema da discriminação da mulher no campo profissional?
- qual a auto-avaliação que fazem como profissionais?
- qual o significado do engajamento profissional para as mulheres pesquisadas?

Vivências no mundo doméstico

- Qual o significado de mundo doméstico e trabalho doméstico para os sujeitos do estudo?

A grande questão que procurávamos explicitar, a partir das perguntas, era "os papéis de gênero de mulheres profissionais universitárias relacionados à instrução superior, mundo profissional e mundo doméstico/trabalho doméstico".

1.3 - UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA*a) Quanto à idade*

- uma com 35 anos;
- quatro entre 36 e 45 anos;
- três entre 46 e 52 anos.

b) Quanto à naturalidade e mobilidade geográfica

Com exceção de uma procedente da região norte, as demais são procedentes da região sul do país, nascidas no estado de Santa Catarina, sendo duas na capital e as demais em outras cidades do interior.

Examinando informações relacionadas com o processo de socialização, observamos que todas registram processos de vivência urbana; todas realizaram seus estudos a nível fundamental e médio ou na capital (a maioria) ou em centros regionais do próprio estado, ou de outro estado. Apenas uma cursou o terceiro grau em outro centro (Porto Alegre); todas as outras obtiveram formação universitária em Florianópolis.

Entendemos que uma vivência urbana pode enriquecer um processo de socialização das mulheres através da expansão/diversificação da rede de relações sociais, cujos resultados podem-se fazer presentes em um processo de construção de gênero.

c) Quanto ao estado civil

Na ocasião em que realizamos a pesquisa encontramos os seguintes dados: três solteiras, quatro casadas e uma convivendo com um companheiro. Entendemos que esta composição representa um equilíbrio quantitativo sobre essa informação

d) Quanto à posição familiar na estratificação social

Seis mulheres deste estudo são provenientes dos estratos médios da classe média urbana. As outras duas são provenientes dos estratos mais baixos dessa mesma classe (pais, funcionários públicos sem qualificação, comerciários, pequenos comerciantes).

No que se refere, especificamente, às mães das entrevistadas, apenas uma delas exercia ocupação remunerada extra-lar, ainda que não-qualificada oficialmente. Todas as demais integravam o grande conjunto constituído pelas mulheres esposas/mães/donas-de-casa.

Entendemos que tal posicionamento representando o lugar social de onde falam as mulheres deste estudo, reflete-se em suas escolhas, seus comportamentos, seus respectivos projetos de vida, como veremos nas análises subsequentes.

e) Quanto à formação universitária

As informantes deste estudo integram-se nas seguintes categorias profissionais: Administradora de Empresa, Enfermeira, Arquiteta, Assistente Social, Advogada, Engenheira, Economista, Professora de 1^o/2^o graus, Professora Universitária.

f) Quanto à identidade profissional

De acordo com a maneira pela qual se identificam profissionalmente as informantes compõem a seguinte distribuição: Adminis-

tradadora de Empresa, Enfermeira, Arquiteta, Assistente Social, Advogada/Empresária, Engenheira/Empresária, Economista, Lojista/Comerciante (por conta própria)

2 - O PROCESSO DE ANÁLISE

2.1 - BUSCA DE ESCOLARIDADE SUPERIOR

2.1.1 - A influência da condição econômica no processo de busca de escolaridade universitária

Para as mulheres de famílias que viviam em condições econômicas mais favoráveis, a busca de escolaridade superior era facilitada, seja pelo apoio/incentivo representados pela aquisição de livros, enciclopédias, pelo apoio emocional, ou mesmo pela possibilidade de realização de estudos de nível médio em escolas da rede particular de ensino:

"... em função de minha situação familiar (...) estudei em colégio de freiras (...) tinha todo um sentido assim, de muito livro que era comprado, muita enciclopédia; meu pai gostava de ensinar mecânica prá gente (...) sempre incentivava (...) minha mãe sempre acompanhava a gente..." (Arquiteta).

"É que meu pai teve muitas dificuldades quando era criança; ele não deve ter o segundo grau; minha

mãe tem (...) então, em função disso ele transferiu para os filhos essa experiência dele (...) mas nunca houve em abundância (...) existia apenas o necessário (...) mas tudo voltado para o estudo; ele nunca disse não; o livro que eu precisava eu tinha; ele sabia como eu gostava de estudar..." (Administradora de Empresa).

Para as mulheres cujas famílias viviam em condições econômicas menos favoráveis cursar uma faculdade poderia ser visto como preocupação, uma vez que o sustento principal da família era proveniente do trabalho assalariado da figura paterna, profissionalmente semi-qualificada:

"Sabe, eu sou filha de uma família de seis, meu pai ganhava pouco, minha mãe sempre trabalhou fora (...) era visitadora pública (...) minha mãe sempre trabalhou e eu sempre vi isso aqui uma forma de ajudar em casa, (...) eu via a força que a minha mãe dava dentro de casa" (Assistente Social).

"Eu venho de uma família humilde, então eles não tinham, assim, muita informação sobre a profissão (...) eles já se julgavam contentes por eu fazer a faculdade (...) não era diretamente envolvida (...) o meu nível de relacionamento era de pessoas muito simples, empregados de um modo geral" (Engenheira).

"A família era grande, tinha 8 filhos, o pai e a mãe; (...) o pai era funcionário público, então ganhava um salário de miséria, quase não dava prá sustentar a família toda (...) ele começou a ter um ganho melhor vendendo loteria" (Lojista).

Mas, é interessante observarmos que, além da família de origem, o casamento também pode passar a representar para algumas mulheres um outro contexto de viabilização para uma busca de escolaridade superior, através de recursos provenientes do trabalho do marido:

"... a minha mãe, já bem mais idosa, não trabalhava, era dona-de-casa; as minhas irmãs também (...) todas casaram (...). Eu já me formei mais velha (...) depois de casada (...) eu já tinha a minha filha quando fiz o vestibular (...) eu fiz prá Odonto; eu queria odonto naquela época, mas o meu marido é militar, então ele foi transferido para o Rio de Janeiro (...) a gente morava na Ilha do Governador (...) me deram uma vaga em Volta Redonda (...) eu com uma nenenzinha de colo (...) ficou meio confuso, eu tranquei, não tive condições de continuar Odonto (...) depois conseguimos voltar (...) então eu disse: agora eu tenho que fazer uma faculdade, não é possível ficar parada assim. Aí eu resolvi fazer, mas Odonto vai dar problema novamente, daí já vem o segundo filho (...) aí eu resolvi fazer Enfermagem" (Enfermeira)

Isto pode significar uma condição diferente daquela vivenciada pela maioria das mulheres em nossa sociedade que, justamente, em função do casamento vêm-se limitadas ou mesmo impedidas de buscar uma formação superior ou nela prosseguir. Contraria também as afirmações de Stolcke (1980) para quem o casamento e a família, atuando como elementos controladores da sexualidade feminina, são apontados como elementos coadjuvantes da subordinação das mulheres nas sociedades capitalistas.

Entendemos que a família, essa pequena comunidade inter-subjetiva, enquanto instituição social reflete a textura cultural articulando processos de constituição da subjetividade (Carvalho, 1990). Além disso, enquanto espaço primordial de relações para os primeiros intercâmbios com o contexto social mais amplo exerce grande influência na socialização de seus membros; e em nossa realidade representa a principal esfera para a construção/definição da identidade feminina (Salem, 1981; Aragão, 1983; Heilborn, 1991).

Portanto, não podemos esquecer que na realidade latinoamericana a família atua na vida das mulheres, ao mesmo tempo, como referência para uma identidade social e para sua própria subordinação, como indica Safa (1988).

Isto nos sugere que um entendimento sobre essa questão precisa ser acompanhado de análises que articulem outros aspectos presentes no cotidiano das mulheres, onde o processo de construção da identidade de gênero marca-se pela vivência de muitas situações contraditórias.

Empregamos essa conceituação de identidade de gênero em lugar de consciência de gênero, concordando com Lavinas (1989, p.15):

"(...) a identidade é um projeto em devir, o que implica a construção de novas representações positivas, implica transformação dos conteúdos sociais (quebra dos estigmas) e produção de novos significados. A consciência é o que somos. Ela nos permite pensar as relações nas quais estamos inseridos, tal como existem no momento presente. Mas não traz forçosamente consigo um projeto de emancipação".

2.1.2 - Escolaridade superior e feminilidade

Perspectiva da feminilidade enquanto prisma ideológico expressa um conjunto de valores que associando subserviência, dependência, passividade, inferioridade às mulheres, predetermina o exercício de papéis sociais dicotomizados, assimétricos conforme o sexo, bem como os meios igualmente diferenciados para se alcançar reconhecimento formal da individualidade. Ainda que representando uma maneira de ver o mundo associada às posições so-

ciais, a perspectiva da feminilidade consegue perpassar as diferentes classes através de uma dinâmica que busca alcançar todas as mulheres, como podemos depreender da proposição de Kergoat (1987) para quem as relações de gênero e de classe se expressam entrelaçadas. Mas precisamos observar, também, que os significados sociais de componentes do que é próprio de homens e o que é próprio de mulheres além de variarem de sociedade para sociedade, podem se diferenciar também dependendo do tipo de projeto político-econômico de uma dada sociedade. Dessa maneira, ao se exercitarem no interior de uma sociedade de classes as relações de gênero podem evidenciar interesses na manutenção de determinada ideologia, como as diferentes práticas de opressão de gênero que podem-se expressar através de uma perspectiva da feminilidade, tal como a que se constitui nas sociedades latinoamericanas (Declaración de las Mujeres Latino Americanas, 1985).

As respostas de todas as mulheres deste estudo indicam que a busca da escolaridade superior possibilita-lhes o alcance de uma condição de independência, de garantia da própria subsistência:

"... eu fui educada prá isso: prá trabalhar, sem ser dependente (...) isso foi muito evidente na minha vida dentro de casa" (Administradora de Empresa).

"Bom, eu ouvia muito da minha mãe que deveria ser uma profissão prá não ter dependência. E eu acho que a mola principal foi essa" (Engenheira).

"O meu sonho desde pequena era fazer Odontologia (...) pelo tipo de personalidade que eu tenho, como eu nunca gostei de ser sustentada e dever muita satisfação prá ninguém, eu resolvi fazer Educação Física, porque aí eu tinha condições de juntar o meu trabalho, que eu sempre trabalhei, e estudar. Ficava mais fácil (...) achei que Educação Física ia fazer bem para minha saúde (...) o que era conveniente na época" (Lojista).

Essas respostas mostram que essas mulheres dão como garantido o exercício de uma profissão apesar de marido, companheiro, filhos, responsabilidades domésticas, etc., enquanto componentes culturalmente preestabelecidos a se incluírem no cotidiano de todas as mulheres. Assemelham-se, pois, àquelas apontadas por Anyon (1990) com relação às mulheres da classe média norte-americana. Esse posicionamento, expressando uma situação de resistência à perspectiva da feminilidade mostra a maneira de resolver os conflitos decorrentes de uma situação comumente vivenciada, também, pela maioria das mulheres da classe média de nossa sociedade. Entendemos que essas posições guardam conexão, principalmente, com os valores ligados à classe social onde se inserem as mulheres deste estudo (estratos baixos e medianos das camadas médias) que apontam a formação superior para as mulheres como uma forma de autodesenvolvimento, mas também, como um meio de ascensão social. Além disso, não podemos esquecer dos discursos sobre a importância da participação da mulher no espaço produtivo; assim como dos questionamentos sobre o aspecto limitador do casamento na realização profissional das mulheres, cujos efeitos culturais têm sido enfatizados, principalmente, a partir da década de 60. Entretanto, lembraríamos que tais valores trazem implícitas certas expectativas familiares que traduzindo predeterminações culturais para normatização de modelos masculinos e femininos, prevêem uma concretização dessa forma de realização feminina antes que as mulheres venham a ter filhos, e não como substituição dos filhos. Assim, embora as filhas sejam incentivadas a buscar uma profissionalização qualificada, espera-se, também, que sejam *femininas* e

desempenhem papéis domésticos. Entendemos, então, que isto constitui não apenas uma contradição, mas um difícil desafio para a maioria das mulheres:

"(...) eu não sei (...) acho mais uma questão de falta de opção (...) a universidade da cidade onde eu estava morando, não dava muitas opções (...) ou era Medicina ou era Enfermagem, ou Direito ou essas outras áreas, que eu não gosto (...) eu gosto dessa parte assim, de médico (...) Medicina eu achava que tinha que se dedicar muito, eu já casada, com filhos, era bem mais difícil. E aí eu resolvi fazer Enfermagem; não porque eu gostasse da Enfermagem, eu quero deixar bem claro isso (...) mas eu resolvi fazer porque no momento era a opção que eu tinha (...) eu achava que Medicina ia me dar muito trabalho, porque teria que me dedicar mais. Acho que Medicina é mais dedicação, maior do que a Enfermagem. E como eu estava com o tempo ocupado, tinha filhos, e tal..." (Enfermeira).

"(...) meu pai sempre dizia: eu não vou largar o pescoço de vocês antes de se formarem (...) o que eu precisava eu tinha (...) assim, tudo voltado para o estudo" (Administradora de Empresa).

"(...) meus pais diziam que, primeiro eu deveria estudar, me formar" (Economista).

Quanto à formação superior buscada as mulheres deste estudo integram-se nas seguintes categorias profissionais: Administradora de Empresa, Enfermeira, Arquiteta, Assistente Social, Advogada, Engenheira, Economista, Professora de 1º e 2º graus, Professora Universitária.

Mas, quanto à classificação por grupos e subgrupos ocupacionais e ocupações, segundo sua própria identificação profissional pela ocupação principal, compõem a seguinte distribuição:

GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS E OCUPAÇÕES

Ocupações Administrativas

- a) Empregadores
 a.1) Empresarios da construção civil (Advogada; Engenheira)
 b) Administradores e Gerentes de Empresas
 b.1) Administrador e Gerente na indústria da construção civil (Administradora de Empresa)

Ocupações Técnicas, Científicas, Artística e Assemelhadas

- a) Engenheiros, Arquiteto e Especialistas Assemelhados
 a.1) Arquitetos (Arquiteta)
 b) Médicos, Dentistas e Especialistas Assemelhados
 b.1) Enfermeiros diplomados (Enfermeira)
 c) Economistas, Contadores e Técnicos em Administração
 c.1) Economistas (Economista)
 d) Cientistas Sociais
 d.1) Assistentes Sociais (Assistente Social)

Ocupações do Comércio e Atividades Auxiliares

- a) Lojistas
 a.1) Comerciantes por conta própria (Lojista)

 FONTE: IBGE - Censo/Mão de Obra; Brasil, 1980.

Pareceria clara uma leitura sobre acomodação/resistência quanto à apropriação da perspectiva da feminilidade, onde poderíamos associar resistência com inserção em um universo ocupacional de expressão masculina (Administradora de Empresa, Advogada, Engenheira, Economista, Comerciante); e acomodação com inserção em um universo ocupacional de expressão mais feminina (Enfermeira, Assistente Social, Arquiteta). Entendemos que essa leitura pode ser mais enriquecida com as falas dessas mulheres trazendo outros elementos integrantes de seu contexto de escolha.

"Já sabia o que não queria: eu não queria ser uma Técnica em Contabilidade a mais pra ser balconista de loja e nem queria ser uma Normalista a mais prá noivar no dia da formatura e casar no dia seguinte (...) no curso científico foi um parto prá eu me definir por uma profissão, porque todas me interessavam e nenhuma delas em particular. Mas naquela época só havia dois cursos que eram tradicionais pras mulheres que queriam mais moleza na universidade ou no vestibular; faziam Filosofia, Letras, Geografia, História e Serviço Social (...) e para aquelas que tinham um desempenho acadêmico, desempenho colegial mais exponencial faziam nas chamadas ciências exatas (...) Era comum que as mulheres que tinham destaque maior em Biologia, Matemática e Química se projetassem pra áreas como Medicina, Engenharia e aquela que tinham maiores destaques em letras, Língua Portuguesa, Literatura, fossem prá Letras ou prá Direito (...) eu casualmente, era bem sucedida em quase tudo. Então, era muito difícil prá mim; eu fiz isso mediante três testes de interesses" (Advogada).

"Bom, a opção em termos de vida eu fiz quando eu fiz o vestibular. Na época eu fiz para Ciências Exatas; eu não tinha assim, muita segurança em termos do que eu queria ser, só que eu gostava muito de Física e Matemática. Então, no vestibular escolhi uma área, que era por área, depois, dentro dessa área escolhi Engenharia Elétrica (...) o meu nível de relacionamento era de, com homens empregados e com mulheres donas-de-casa; então eu não tive nenhum contato profissional; não tinha nenhum modelo a seguir na época da escolha da profissão. Tinha à distância, né, que seriam pessoas bem sucedidas (...) mas isso eu não sabia bem o que significava" (Engenheira).

O que se evidencia em forma de resistência à perspectiva da feminilidade são as seguintes posições: rejeição a ocupações tipicamente femininas, rejeição ao estatuto de determinadas ocupações (contabilista, balconista, secretária, etc.), rejeição aos padrões femininos associados ao mundo doméstico, recusa a condições econômico-sociais vivenciadas, recusa a condições de dependência

Essas recusas revelam à primeira vista, uma valorização das ocupações definidas socialmente como masculinas, por estarem, associadas a salários mais altos, maior prestígio social, maior independência econômico-social, elementos esses que, em nossa realidade são representativos de poder. Assim, essas recusas podem significar, na verdade, uma forma de enfrentamento a interdições culturais do tipo mulher aqui não entra.

Na verdade, tais recusas podem representar, também, uma resistência a formações discursivas veiculadas através do processo de escolarização na tentativa de modelar a subjetividade dos futuros profissionais para atuarem na esfera produtiva, como afirma Enguita (1989). Acrescentaríamos dizendo que essas formações discursivas refletem, principalmente, uma tendência cultural perpassada pelo viés do gênero e fundamentada em uma perspectiva moral. Assim, o modelo idealizado de trabalhador que procura transmitir, carrega em si as marcas de um indivíduo genérico, abstrato, supostamente comum e universal, tanto aos homens como às mulheres. É o indivíduo definido pela moral universalista. Nessa perspectiva tais marcas se referem muito mais a um indivíduo masculino enquanto representante neutro da espécie humana como mostra Benhabib (1987). Ou será que poderíamos afirmar que a preparação de meninas e jovens para participar na esfera produtiva inclui a valorização ou mesmo treinamento de habilidades como decisão, autoridade, firmeza? Assim, as recusas dessas mulheres traduzem um afastamento de padrões culturais que buscam através de uma perspectiva da feminilidade, normatizar o ser das mulheres definindo-as socialmente a partir de características biológicas. Mas, essas recusas revelam, ao mesmo tempo, suas tentativas de aproximação a

predeterminações culturais que definem socialmente não só os padrões masculinos, mas reconhecem formalmente os indivíduos enquanto agentes morais universais.

O exame de outras falas pode indicar outras maneiras de se posicionar em relação à perspectiva da feminilidade:

"(...) eu gostava dessa parte assim, de médico (...) eu já casada e com filhos, achava que Medicina ia ser mais difícil (...) porque eu achava que ia ter que me dedicar mais (...) medicina é mais dedicação (...) então eu resolvi fazer Enfermagem, mas não porque eu gostasse, (...) mas não tinha opção se eu quisesse fazer faculdade (...) eu tinha marido, filhos..." (Enfermeira)

"... eu acho que por todos os princípios, por uma vida que eu tive, tendo me formar, (...) fazer uma faculdade, (...) embasar teoricamente mais a prática (...) lógico nessa parte assistencial (...) eu vi que eu tinha muito antes de eu ser formada (...) acho que seria gosto (...) e me idealizei" (Assistente Social).

O que poderia se evidenciar como acomodação à perspectiva da feminilidade seriam as seguintes posições: aceitação do estatuto das ocupações definidas socialmente como femininas (vistas como extensão das atividades domésticas), aceitação dos padrões culturais femininos associados ao mundo doméstico (espaço de construção da identidade feminina).

Embora exista uma forma de recusa às condições econômicas vivenciadas, predomina a atitude de acomodação, indicando que essas mulheres apropriaram-se da perspectiva da feminilidade com uma vivência parcial de conflitos relacionados com a perspectiva de exercer uma profissão fora de casa. Consideramos parcial pelo fato de as ocupações femininas caracterizarem-se como extensão do mundo doméstico (Farias, 1982; Bruschini, 1983; Bruschini e Cava-

sin, 1983; Saffioti, 1984; Rosemberg e Pinto, 1985; Bruschini e Madeira, 1987; Bergantini, 1987, só para citar algumas das principais referências do cenário nacional), e, também, por possibilitarem às mulheres/esposas/mães/donas-de-casa conciliarem as responsabilidades profissionais com as domésticas, apesar da jornada de trabalho se duplicar.

Esta apropriação da perspectiva da feminilidade revela uma incorporação de valores historicamente produzidos e que, em nossa realidade, associam ao homem atributos de comando, independência, superioridade, como nitidamente opostos aos atributos femininos representados pela subserviência, dependência, passividade, inferioridade. Atributos esses que representam extensões de características biológicas que diferenciam os organismos masculinos e femininos como indica Heilborn (1991). Essa extensão da força simbólica que envolve o padrão masculino pode ser evidenciada, também, nas maneiras culturalmente estabelecidas de valorizar o trabalho realizado pelas mulheres. Ainda que o exercício de uma profissão seja desejado é visto como uma forma de ajuda, complemento dos rendimentos da família o que revela uma secundarização do trabalho da mulher, atribuindo, portanto, à figura masculina a prerrogativa do papel de produtor como mostra Fraser (1987).

Entendemos que esses atributos antagônicos associados aos padrões simbólicos masculino e feminino, além de expressarem relações de poder articuladas com gênero como pensa Scott (1988), traduzem fundamentos éticos que os constituem. Através dos estudos de Benhabib (1987) podemos compreender que o entendimento social da subjetividade dos indivíduos orienta-se através de duas concepções incompatíveis existentes na teoria moral contemporâ-

nea, que essa autora denomina de "ponto de vista do outro generalizado" e "ponto de vista do outro concreto". Essas duas concepções que delineiam as perspectivas morais e as estruturas interacionais (relação self-outro) refletem dicotomias entre autonomia/cuidado, independência/dependência, público/doméstico. Pensa essa autora que esses pontos de vista sobre as relações self-outro explicitam formas diferentes de considerar a questão da autonomia moral do self expressas através do que denomina de universalismo moral substitucionalista e interacionista. São essas perspectivas éticas que fundamentam as relações antagônicas entre masculino e feminino e influenciam, portanto, o processo de construção da identidade de gênero, uma dimensão da identidade social das pessoas.

Isto indica que, para essas mulheres (Enfermeira e Assistente Social) o núcleo da contradição vivenciada localiza-se na tentativa de ruptura da perspectiva da feminilidade com vistas a buscar reconhecimento social da própria competência exercitada através de uma profissão no espaço público. Como a forma escolhida para superação é representada pela busca de conciliação das responsabilidades domésticas com as responsabilidades profissionais, o tipo da ocupação escolhida é indicador de uma apropriação da perspectiva da feminilidade. Assim, ao concordarem com o estatuto das ocupações definidas socialmente como femininas, como extensão das atividades domésticas, vêm aí o espaço principal para a construção de sua identidade de gênero

Além disso, precisamos considerar que esta parece continuar sendo uma tendência bastante forte entre as mulheres brasileiras de seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que de-

semboçam imediata ou posteriormente, nas profissões tipicamente femininas - magistério, artes, enfermagem - em geral, desvalorizadas social, econômica e culturalmente (Toledo et al. 1983).

Como possíveis causas da opção pelas ocupações femininas Rosenberg e Pinto (1985) apontam o seguinte:

- a) coerência e sistematicidade do processo de socialização no reforço de papéis dicotomizados, estimulando a reprodução entre meninas e moças de comportamentos e afetos expressivos, passivos, não disruptivos;
- b) a adaptabilidade de um padrão de socialização como esse na manutenção de uma estrutura de empregos segregacionistas, que separa homens e mulheres em guetos ocupacionais, diferencialmente valorizados;
- c) os benefícios imediatos que traz a uma população de mulheres que ainda precisa conciliar sua dupla perspectiva de vida - trabalhadora e mãe - que no concreto de seu cotidiano pode significar uma opção entre uma vida afetivamente frustradora, ou em um cotidiano sobrecarregado por uma dupla jornada de trabalho.

Percebemos, então, que as justificativas para a busca de formação superior explicitando-se através de uma articulação entre acomodação/resistência à perspectiva da feminilidade, revelam que essas mulheres vivenciam situações contraditórias onde a noção de gênero mostra-se encoberta por predeterminações sociais. E como mostra Heilborn (1991), em nossa cultura essas predeterminações representam uma transposição do caráter biológico para outros campos de atividades; carregam, portanto, uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina.

2.1.3 - Escolaridade universitária e mobilidade social

Uma descritiva sobre a localização dos indivíduos pelas diferentes posições sociais pode indicar muitos elementos importantes. Não é, porém, suficiente por si só para revelar os principais valores de gênero associados a essas posições.

Primeiramente, entendemos que uma classe social historicamente configurada, existe somente em e através de suas relações com outras classes, o que significa uma associação complexa de atividade, situação e estrutura. Indicar a localização de uma pessoa em uma determinada classe é uma maneira resumida de mostrar as vinculações entre tal posicionamento com esse conjunto de relações. Assim, ao dizermos que determinado indivíduo pertence, por exemplo, à classe dirigente, o que estaremos apontando é uma associação entre sua posição social e o acesso desse indivíduo às formas de poder e privilégios, bem como sua contribuição no sentido de manter esse tipo de situação.

O lugar social de onde falam as mulheres deste estudo localizando-se nas camadas médias urbanas da população, expressam valores próprios associados à escolarização superior que podem influenciar o processo de construção da identidade de gênero.

"... meu pai (...) ele é técnico, não tem uma graduação (...) então ele passou muitas dificuldades (em função disso ele transferiu essa experiência dele para os filhos (...)) Minha mãe trabalhava; ela tem o segundo grau, o Normal (...) mas ela optou pelo lar, pela família, pelo marido (...) até hoje ela se arrepende, entre aspas, de ter feito essa opção (...) mas ela também sempre incentivou os filhos" (Administradora de Empresa).

"... eu via muitos problemas na minha família; oito filhos e meu pai passou muita dificuldade e

tal; (...) eu não queria ser um peso, mais um peso prá eles (...) então eu pensei: vou tomar o meu rumo, vou começar a conquistar as minhas coisas (...) Não foi uma coisa assim, planejada, mas eu sempre indo à luta prá melhorar; mas sempre preocupada também em viver bem, em estar bem e o prazer de conquistar as coisas com o meu próprio esforço mer engrandecia" (Lojista).

Pensamos que para entender melhor o significado da escolaridade universitária que se inscreve nas falas das mulheres deste estudo é conveniente buscarmos outros elementos constitutivos de seus respectivos contextos de origem, em cuja articulação pode-se evidenciar o valor atribuído à formação superior.

Embora não tenhamos apresentado às entrevistadas nenhuma questão específica sobre esse assunto é possível fazer algumas inferências a partir de outras informações contidas nos relatos.

Observando, primeiramente, os dados relativos à idade das entrevistadas verificamos que situam-se na faixa etária que abrange dos 35 aos 52 anos. Por suposição inferimos que seus pais eram nascidos, provavelmente, entre as décadas de 20 a 30. Isto significa que os pais dessas mulheres aprenderam a construir suas respectivas visões de mundo num período histórico marcado pelo início de um processo de modernização nacional, com o surgimento de uma burguesia industrial bastante ligada ao setor agrário cafeeicultor, de um proletariado urbano e de uma entrada de grandes levas de imigrantes europeus.

Essas características econômico-sociais associadas a uma configuração política articula-se com e na esfera educacional produzindo condições para o estabelecimento de novos valores sociais. Em termos educacionais, o país era perpassado pelas tendências representativas da escola nova, que tinha como concepção

filosófica o humanismo pedagógico. Esse fundamento, por sua vez, expressando a crença na capacitação individual, vendo na escolarização um meio para a transformação da sociedade, enfatizava a formação das elites condutoras dessa sociedade. Esse ideário escolanovista representava, então, a tendência humanista liberal moderna (Louro, 1986).

Entendemos, portanto, que é nesse cenário que se estabelecem as respectivas formações ideológicas que irão atuar como referências culturais para os indivíduos na construção de sua visão de mundo. Por conseguinte, essas referências constituem-se como fontes de valores para os familiares das mulheres deste estudo, cuja apropriação/recusa irá se refletir nas influências por eles exercidas na socialização de suas filhas e filhos; e, por conseguinte, no processo de construção da identidade de gênero enquanto uma dimensão da identidade social.

Por outro lado, com base na faixa etária a que pertencem as mulheres deste estudo, ou seja, dos 35 aos 52 anos aproximadamente, podemos inferir que, para a maioria, o período de escolaridade fundamental (primário/ginásial) estende-se entre o início da década de 50 aos anos de instalação do regime militar no país.

Entendemos que essas breves considerações contextuais ajudam a clarificar a compreensão sobre determinados posicionamentos das entrevistadas a respeito da busca de formação superior. Pensamos que essas considerações representam os cenários onde diferentes formações discursivas, constituindo-se em conjuntos de referenciais que a cultura coloca à disposição das pessoas no interior de condições contextualizadas, são produzidas/reorganizadas veiculando as respectivas formações ideológicas que as sustentam.

Por isso, entendemos que as falas das mulheres deste estudo relacionadas com a busca de escolaridade superior incluem em suas justificativas as expectativas familiares. Portanto, essas falas se referem, também, a vivências mescladas de formações ideológicas que, atravessando momentos históricos de transformação da sociedade brasileira (das décadas de 20 e 30 aos períodos de consolidação do regime militar) expressam-se através de valores que articulam escolarização e mobilidade social, conforme uma perspectiva de classe.

Assim, com relação à apropriação da perspectiva da mobilidade social, as posições das mulheres deste estudo expressam uma visão da escolaridade como meio de ascensão social, o que revela uma acomodação à ideologia de classe - média - e uma resistência aos valores da classe trabalhadora. Além disso, observamos também a existência de falas que indicam uma rejeição a determinadas ocupações:

"... eu não queria fazer o Técnico em Contabilidade prá ser uma balconista de loja (...) também não queria fazer o Normal prá ser uma professora primária que para trabalhar ia depender do político que estivesse no poder..." (Advogada).

Tais rejeições traduzem, na verdade, uma recusa aos papéis de gênero percebidos como associados a determinadas ocupações. Além disso, essas ocupações integram culturalmente, o espectro de opções profissionais para as mulheres pertencentes à classe média. Esse procedimento indica que a acomodação à ideologia de classe faz-se também por atos de resistência a essa mesma ideologia. Entendemos, então, que classe e gênero constituem-se cate-

gorias entrelaçadas; concordando com Kergoat (1987), recusamos, portanto, uma hierarquização das relações sociais específicas a essas categorias

Esses posicionamentos revelam, também, que a motivação para o estudo mostra-se associada a uma possibilidade de mobilidade social às pessoas que não detêm uma posição social desejável, ao mesmo tempo que oferece às pessoas que já a possuem, a possibilidade de mantê-la. Acrescentaríamos dizendo que para as mulheres, ao menos de nossa sociedade, mobilidade social não significa apenas possibilidade de ascensão social através de títulos ou empregos. Associa-se também a uma busca de reconhecimento ou aprovação social que, ao se efetivar através do estudo, significa buscar inscrever-se no espaço público como representante de si mesma e falar de um determinado lugar social, provavelmente, diferente daquele que a cultura lhes prescreve, isto é o mundo doméstico

Isto significa uma manifestação de vivências mescladas de formações ideológicas que, atravessando momentos históricos de transformação da sociedade brasileira que vão das décadas de 20 e 30 aos períodos de consolidação do regime militar, expressam-se através de valores que articulam escolarização e mobilidade social como elementos significativos para a construção da subjetividade feminina.

Por conseguinte, entendemos que as justificativas que as mulheres deste estudo apresentam para a busca de escolaridade superior, além de mostrarem suas respectivas posições sociais, representam uma das formas encontradas para definirem-se socialmente, ou seja, enquanto participantes do mundo produtivo, da esfera pública de relações sociais, portanto, enquanto indivíduos que bus-

cam reconhecimento formal dessa individualidade. Isto revela uma perspectiva da moral universalista; assim, aprender a ser tratado dentro de critérios universalistas significa aprender a tratar os demais com os mesmos critérios. E, se para a moral universalista os demais, isto é, o outro relevante é representado pelo indivíduo do gênero masculino (Benhabib, 1987), significa que, para as mulheres essa aprendizagem, além de ser parcial, pode exercer influências marcantes no seu processo de construção de gênero, uma vez que o modelo idealizado de ser humano é um modelo masculino, ou como diria Beauvoir (1980):

"A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos os homens para designar os seres humanos (...). A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade" (v.1, p.9).

2.1.4 - Escolaridade universitária: influências de contexto e de figuras significativas

Ao tentarmos uma leitura articulada das falas anteriormente examinadas que constituem o contexto de escolha das mulheres deste estudo, não podemos ignorar a presença de certos olhares atuando, de alguma forma, no processo de decisão a respeito da busca de escolaridade superior. Mas, é principalmente através de uma leitura das lacunas estabelecidas entre as palavras que podemos perceber a influência de determinadas figuras significativas integrantes do espaço de vida dessas mulheres.

Aceitá-las, recusá-las, delas se aproximar ou se afastar refletem ações de pessoas situadas diante de escolhas que precisam ser realizadas:

"... o que não é possível é não escolher. Eu posso sempre escolher mas devo estar ciente de que, se não escolher, assim mesmo estarei escolhendo" (Sartre, 1970[1987, p.17]).

Esses procedimentos por sua vez, encontram-se presentes em todo o processo de construção da subjetividade ao refletirem a influência exercida por referenciais culturalmente oferecidos e assimilados/recusados por essas mulheres.

Através do prisma existencialista, entendemos que existir é estar no mundo; primeiro nascemos para, posteriormente, nos tornarmos este ou aquele sujeito. Nascer significa aparecer inserido no mundo, em uma realidade física, social e histórica, em determinado tempo e espaço. Assim, estamos sempre sujeitos às implicações biológicas, sociais, físicas, emocionais porque nascemos e existimos situados. Essas implicações embora exijam, não determinam a escolha. Dessa maneira, o fato de uma pessoa nascer mulher não determina que ela expresse um tipo de comportamento. A mulher é diferente do homem em termos orgânicos, mas seu modo de existir no mundo depende de uma escolha, afirmação essa já celebrizada através da conhecida expressão: "*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*" (Beauvoir, 1980, v.2, p.9).

Na verdade, essa escolha não é puramente individual, mas uma escolha de toda uma sociedade e que a mulher já encontra realizada ao nascer (Sartre, 1970). Portanto, o que ela escolhe é o modo de ser mulher, o que implica escolher o modo de se apropriar dos

referenciais que a cultura lhe coloca à disposição. Assim, o que vai fazer dela este ou aquele ser humano é seu processo histórico desse apropriar-se.

Por isso, é sempre muito difícil compreender a atuação das várias influências e escolhas, isto é, saber até que ponto o indivíduo se fez ou se deixou fazer pelos outros. É a essa atitude, a essa escolha do modo de ser em relação às circunstâncias e aos outros, frente às possibilidades abertas, que se chama projeto de existência (Sartre, 1979).

Uma leitura das falas sobre o contexto de escolha vivenciado pelas mulheres deste estudo permite-nos perceber que a presença de pessoas significativas expressa-se através de referências explícitas, que se referem às figuras paterna e materna ou outros familiares como padrinho, futuro sogro.

Podemos entender, primeiramente, que a presença dessas figuras parentais mostra-se decisiva nesse processo de direcionamento das escolhas relacionadas com a busca de escolarização superior. Seja admitindo-a e aceitando/rejeitando sua influência, seja silenciando essa presença que não se pode negar, mas que pode ser rejeitada. Porém, devemos salientar que nesse contexto de vivências, não são as presenças significativas em si mesmas que são apropriadas por essas mulheres. O que pode ser apropriado são conjuntos de relações onde tais presenças são percebidas como significativas, influenciando escolhas que repercutem no processo de construção da identidade de gênero.

Os recortes a seguir podem indicar essa influência:

"... como meu pai teve muitas dificuldades por não ter uma graduação ele transferiu isso para os fi-

lhos (...) ele fica assim, radiante, parece que está se realizando depois de velho (...) ele projetou isso nos filhos (...) A minha mãe trabalhava, mas depois de casada optou pela família, pelo marido, pelos filhos (...) até hoje ela se "arrepende" de ter deixado de trabalhar" (Administradora de Empresa)

"... meu padrinho queria muito que eu fosse médica (...) eu amava profundamente o meu padrinho (...) então pensei em Medicina (...) Meu futuro sogro, numa entrevista que tive com ele me disse: filha, não faça Medicina, não combina com você, não é que você não possa ser, mas você vai ser uma médica desvairadamente solitária; você vai ser uma médica errada (...) a Medicina não vai satisfazê-la, porque a Medicina neste país não é Medicina que se deva fazer, e muito menos por uma mulher; entre as podridões humanas que você quer curar, ocupe-se das morais, que pelo menos não têm cheiro (...) Faça Direito; Direito lhe abre o universo com as relações sociais (...) todas as profissões cabem no Direito, e você tem todos os talentos prá ser uma Advogada" (Advogada).

"... o meu nível de relacionamento era com homens empregados e com mulheres donas-de-casa (...) modelo de profissional eu via nas pessoas bem sucedidas, só que eu não sabia muito bem o que isso significava" (Engenheira).

Podemos perceber que essas escolhas orientam-se a partir de uma referência a um padrão masculino de gênero. Esse padrão em nossa cultura simboliza a luta, a força, a razão, a decisão como atributos opostos a um padrão feminino que, explícita ou silenciosamente, são percebidos por essas mulheres como expressões do comportamento de suas respectivas mães: mulheres que cuidam da família, do marido, que a ele se dedicam mas que são por ele comandadas porque por ele sustentadas economicamente. É com esse modelo que as entrevistadas escolhem não se aliar, pois percebem que com essa aliança o alcance de independência, mesmo através de uma escolaridade superior, seria dificultado.

O padrão masculino explicitado através de referências à figura paterna ou à outras figuras masculinas percebidas como significativas, ou mesmo relacionado a um referencial simbólico geral, representa um modelo de comportamento que se caracteriza pela independência. É através de uma aliança com esse modelo, ainda que de forma simbólica, que essas mulheres percebem a possibilidade de obter aquilo que se destaca em seus respectivos projetos de vida, ou seja, conquistar uma condição de independência econômica como caminho para uma condição de autonomia.

Mas, existem também, falas que podem revelar influências diferentes associadas com um outro padrão de gênero percebido, como mostra o recorte a seguir:

"... eu sou de uma família de seis, meu pai ganhava pouco (...) minha mãe era visitadora pública, sempre trabalhou fora (...) eu via a força que minha mãe dava dentro de casa prá ajudar no orçamento (...) isso eu sempre vi (...) e achando a minha mãe muito útil, assim, muito importante (...) ela grávida, subindo esses morros aí, prá levar vacina ..." (Assistente Social).

Podemos ver aí uma nítida aproximação a um referencial feminino e que pode ser representado pela figura materna, com a qual se busca uma aliança.

A figura materna aí presente representa um padrão feminino naturalizado que tem como eixo exclusivo de construção uma articulação de atributos/funções que definem a mulher prioritariamente, como esposa/mãe/dona-de-casa.

Escolhas desse tipo indicam uma orientação da própria conduta a partir de determinações relacionadas com necessidades de outras pessoas percebidas no próprio contexto de vivência. Refle-

tem, portanto, a atuação de uma perspectiva que se define pela *ética do cuidado* (Gilligan, 1982). Assim, por exemplo, a carreira profissional do marido, a presença de filhos constituem-se em prioridades a serem atendidas secundarizando aspectos relacionados ao atendimento de interesses pessoais.

Além disso, uma escolha orientada a partir de um modelo de mulher/dona-de-casa pode ser evidenciada pela percepção desse comportamento como expressão de dedicação e ajuda à família. O que inclui também uma percepção de secundarização do trabalho feminino ainda que remunerado.

Esse tipo de posicionamento em relação à busca de escolaridade superior significa, por certo, um caminho para se obter uma qualificação profissional bem como as vantagens econômicas daí decorrentes. Entretanto, a realização de um efetivo exercício profissional apresenta-se condicionada à necessidade de conciliação das exigências da profissão com as responsabilidades domésticas. A necessidade de fazer do trabalho fora de casa um meio de ajudar o chefe-da-casa no sustento da família. Casos representativos do que indica Safa (1988, p.23) em relação às mulheres da classe trabalhadora, mas que podem caracterizar, também, as vivências de mulheres da classe média conforme a apropriação do padrão de gênero:

"... as mulheres trabalhadoras continuam a se identificar primeiramente como mães e esposas, ainda que seus salários sejam importantes na sobrevivência do grupo familiar... Ao mesmo tempo a família dá à mulher uma identidade social e uma fonte para sua subordinação".

O que se evidencia em escolhas desse tipo é a existência de uma articulação entre "ética do cuidado/responsabilidade" (Gilligan, 1982) e perspectiva da feminilidade enquanto perspectivas apropriadas pelas mulheres como referenciais simbólicas atuantes no processo de construção da identidade de gênero. O que aí se prioriza é a necessidade de um esforço no sentido de procurar atender, em primeiro lugar, às necessidades de outras pessoas que, pela significação percebida, representam os vetores fundamentais em torno dos quais a subjetividade se constrói. Além disso, escolhas orientadas a partir dessas determinações possibilitam, também, que se evite a instalação de algum sentimento de culpabilidade como decorrência das decisões tomadas, como podemos perceber através do seguinte recorte:

"Em casa eu faço tudo (...) às vezes falta aquele tempinho prá sentar e conversar com os filhos; acho que deveria dedicar mais tempo prá isso" (Enfermeira).

Examinando outras falas verificamos que também se faz presente a referência a figuras parentais que aparecem como significativas, atuando nos contextos de escolha das mulheres:

"... meu pai é meio superprotetor (...) então ele procurava utilizar as experiências, os conhecimentos dele, pra que eu tivesse melhores possibilidades de estudar, de fazer faculdade, fazer os estágios (...) Minha mãe era a que sempre acompanhava a turma nas festas, nos jogos (...) Sempre que eu ia a uma festa eles iam me levar e depois iam me buscar; então eu tinha uma superproteção (...) é a filha do fulano (...) então assim, sempre muito amparada..." (Arquiteta).

"Na minha casa, embora meus pais não tivessem formação superior, nós tínhamos uma vida razoavelmente equilibrada (...) meus pais não admitiam a hi-

pótese de eu, a única filha entre 3 irmãos, vir a trabalhar. Eles diziam que, primeiro eu deveria estudar, fazer faculdade, me formar, e depois, pensar nessa história de trabalhar" (Economista).

Nessas falas evidencia-se a existência de uma situação econômica que favorece o despertar de uma atitude de valorização dos estudos superiores como forma de crescimento pessoal da mulher, ou seja, uma visão tipicamente pequeno-burguesa, semelhante aos achados nos estudos de Anyon (1990)

As figuras familiares expressando-se através de orientação, apoio, incentivo, podem ser, na verdade, percebidas como componentes de uma estrutura de superproteção que influencia as escolhas de muitas mulheres.

Ao mesmo tempo que se revelam como incentivadores na busca de estudos universitários, podem atuar como limites que se contrapõem à meta de qualificar-se profissionalmente, via formação superior, tendo em vista um efetivo exercício de uma profissão.

Dessa maneira, podemos dizer que nos projetos de vida que incluem essas perspectivas, inscrevem-se escolhas que se orientam a partir da instalação de uma necessidade de afastar-se da estrutura de superproteção familiar vivenciada. Isto pode indicar um processo em direção ao alcance de uma condição de independência. Porém, como o que se destaca é uma posição de ambivalência em relação à família, essa mesma condição é mais representativa de uma independência emocional. Novamente a família propiciando, ao mesmo tempo, uma identidade social e uma fonte de subordinação (Safa, 1988)

A apropriação de modelos comportamentais representa para as mulheres uma resposta exemplar de resistência na acomodação.

Considerando que tais modelos inserem-se, geralmente, no contexto familiar, constituem-se como referências que não podem ser totalmente aceitas/recusadas. Lembrando que em nossa cultura a configuração familiar representa o primeiro espaço para a construção da subjetividade, principalmente para as mulheres da classe média, as respostas de resistência/acomodação indicam também, uma articulação entre gênero e classe. Os membros dessa classe constroem seus valores, suas expectativas entre a aspiração aos padrões da classe dirigente e a contínua constatação dos padrões de vida da classe trabalhadora. Assim, a partir dessas constatações percebem a necessidade de uma atuação no espaço produtivo através de uma qualificação profissional que lhes possibilite afastar ou, ao nos diminuir, uma exploração decorrente de um subemprego e, conseqüentemente, vivenciar padrões da classe trabalhadora.

Portanto, para as mulheres pertencentes às camadas médias urbanas da população, a busca de escolaridade superior representa uma tentativa de atender às expectativas familiares e de classe, procurando ir além do que foram seus pais e buscando, ao mesmo tempo: aceitar/recusar uma perspectiva da feminilidade vivenciada no contexto onde se inserem. Sua subjetividade enquanto perspectiva de vida constrói-se, então, como um fio que se estende entre duas coordenadas, ou seja: entre a aspiração e a constatação de valores articulados de gênero e classe.

Por conseguinte, a formação superior significa para essas mulheres a possibilidade de preparação para inserção em um espaço social diferente daquele preestabelecido por determinações culturais. A articulação entre valores representativos de uma posição

de classe e de expectativas familiares mostra-se constitutiva da representação de gênero que se explicita nas falas dessas mulheres. Essa representação envolve valores relacionados tanto com a perspectiva moral universalista como com a perspectiva interacionista (Benhabib, 1987). Assim, a busca de inserção no espaço público com vistas a obter reconhecimento formal da individualidade associa-se com a busca de consideração do outro como ser humano concreto e possuidor de necessidades específicas. Uma articulação entre ética formal e *ética do cuidado* (Gilligan, 1982), atuando como contraponto na busca de escolaridade universitária e constituindo-se como estratégia original que essas mulheres imprimem em seu processo de construção da identidade de gênero.

2.2 - VIVÊNCIAS NO MUNDO PROFISSIONAL

2.2.1 - Razões para trabalhar

A questão *Por que trabalhar* parece que traz embutido algum preconceito. Poucos, talvez, se interessassem em dirigi-la aos homens, considerando a obviedade culturalmente estabelecida na resposta. As mulheres, porém, encontram duas alternativas: elas podem pertencer a uma das categorias econômicas: àquela das que trabalham fora e à das que não trabalham. Entendendo-se esta última como constituída pelas mulheres/donas-de-casa que têm como

responsabilidade apenas os encargos domésticos, isto é, aquisição/processamento de alimentos, arrumação/limpeza da casa, manutenção de roupas, cuidados com crianças e/ou outras pessoas da família, etc. Trabalho considerado invisível e que as leituras econômicas oficiais utilizam-no para classificar as mulheres que o executam como *inativas*. Apesar disso, o trabalho da mulher está presente perpassando todo o contexto produtivo, pois:

"... afinal, tanto bebês são tidos por mulheres (e existe tempo socialmente necessário dispendido na produção de bebês) quanto mercadorias compradas no mercado para consumo doméstico são reprocessadas dentro de casa. (...) Não há razão para discutir a improdutividade/produtividade do trabalho doméstico - afinal, ele não é trocado por salário e não interage diretamente nem com o capital nem com rendas. Mas, (...) um momento inescapável da produção da mercadoria força de trabalho é a produção de nervos, músculos, ossos e cérebros; (...) a força de trabalho necessita, para ser trocada, de um agente, este agente é um/a trabalhador/a, um ser humano produzido/a por uma mulher; sua capacidade de trabalhar e vender sua força de trabalho é cotidianamente repostada pelo trabalho doméstico executado por uma mulher" (Pena, 1981, p.70).

Já há vários anos vem ocorrendo em nosso país um deslocamento das mulheres de uma esfera para a outra. Em escala crescente as mulheres saem do mundo doméstico buscando inserir-se no mercado de trabalho formal e/ou informal (Barroso, 1976; Gouveia, 1980; Bruschini e Rosemberg, 1982; Bruschini e Madeira, 1983; Bruschini, 1984; Costa, 1984; Saffioti, 1984; Sarti, 1985, só para citar algumas referências do cenário nacional).

Face à crise econômica que, do decorrer dos últimos anos, vem assolando o país produzindo considerável diminuição do real poder aquisitivo dos salários, muitas mulheres são compelidas a

se transformar em população economicamente ativa, com vistas a recompor a renda familiar flagrantemente corroída por processos inflacionários. Outras procuram fazê-lo tendo em vista uma certa assimilação de novos padrões de consumo, ou mesmo diante da necessidade de manter antigos padrões. Outras são movidas pela busca de reconhecimento, prestígio, independência, enfim, pela necessidade de buscar outros eixos para a construção de uma identidade diferentes daqueles representados, exclusivamente, pelos referenciais de esposa/mãe/dona-de-casa. Motivo este, portanto, que não se refere apenas à busca de satisfação de necessidades de subsistência. Neste último grupo incluem-se as mulheres integrantes deste estudo.

"... você tem que ter uma ocupação, você tem que extravazar sua criação, seu potencial, senão a coisa fica muito fútil, vazia, eu penso assim (...) Eu me sustento (...) todas essas coisas que eu preciso, que é necessário, instrução, alimentação, vestuário (...) Eu me banco, ninguém me banca; eu gosto de pagar a minha conta, também gosto de sair, beber e pagar a minha conta, pagar o que estou bebendo; isso me dá uma satisfação, que é fruto do meu trabalho, que é o retorno do meu trabalho" (Administradora de Empresa).

"Olha, até se fosse pela parte financeira, assim, até nem precisasse; o meu marido não está ganhando demais, quer dizer, não ganha tão mal, mas é uma questão assim, pessoal, uma coisa assim da realidade; eu jamais teria condições de ficar em casa, ficar a tarde toda, o dia todo, não sem fazer nada porque eu tenho filhos e tem sempre alguma coisa. Mas eu acho assim, fazer alguma coisa fora, que tu te sintas realizada, sei lá. Não me satisfaria ficar o dia inteiro só naquela aflição de dona-de-casa..." (Enfermeira).

"Prá me sustentar; eu me sustento, mas eu quero crescer sempre e acho que tenho capacidade prá isso..." (Lojista).

"Bom, primeiro porque eu precisava me sustentar; hoje ainda preciso me sustentar, mas existe também

um lado que é o lado do prazer, da realização, que hoje já é mais importante (...) quer dizer, na profissão que eu estou, na forma de vida que eu levo, hoje ainda preciso me sustentar. Agora, se eu quisesse mudar de forma de vida, podia vender alguma coisa e talvez pudesse me garantir (...) sem passar pelo trabalho; mas eu faço com prazer o meu trabalho (...) faz é anos que não tiro férias (...) eu gosto do trabalho, então é uma realização pessoal, eu não gosto de ficar parada; eu estou acostumada, acostumada trabalhando" (Engenheira/Empresária).

"Eu trabalho, é claro, pelo lado financeiro que hoje não se pode dizer que não precisa. Mas, também porque acho que não conseguiria ficar em casa, na ociosidade ou na rotina doméstica; isso não traz nenhuma realização. Depois, prá que estudar, se formar e depois ficar em casa? não tem sentido" (Economista).

Vemos, então, através das falas dessas mulheres, que os significados relacionados ao trabalho mais mencionados referem-se a *garantir a própria subsistência, conquistar uma independência econômica, possibilitar uma realização pessoal, possibilidade de extravazar o próprio potencial criativo, possibilidade de crescer, não ficar dentro de casa, ir além das rotinas domésticas, aproveitar a capacitação adquirida através dos estudos universitários e trabalhar pelo prazer que o trabalho propicia.*

Entendemos que esses significados podem ser indicadores das formas pelas quais essas mulheres percebem a relação do trabalho com a construção da própria identidade.

Culturalmente, para as mulheres a casa é proposta como uma peça fundamental na construção da subjetividade feminina; da mulher é esperado que esteja ativamente controlando sua casa; do homem que possa apresentar sua casa como estando sob controle. Assim, no interior dessas determinações, fica estabelecido que, para as mulheres, as articulações com o mundo da rua se definem a

partir da relação que mantém com o mundo da casa. Essas determinações integram a ideologia da feminilidade e além disso, prescrevem que para toda a mulher, o envolvimento com uma casa deve iniciar-se com o estabelecimento de uma relação conjugal mais ou menos estável; inclusive, isto fica mais evidenciado entre as pessoas da classe popular, como indica Scott (1990). Entretanto, mesmo para as mulheres de outras classes, ainda que possam delegar a outros parte das tarefas domésticas, continuam sendo vistas como responsáveis pela criação/educação dos filhos, pela supervisão das rotinas domésticas. Por isso, para muitas mulheres o sucesso ou o fracasso na trajetória profissional, tende a ser avaliado, seja por ela própria, por outras mulheres e por homens, de acordo com a maneira como lida com os elementos componentes do universo doméstico (Scott, 1990). Por outro lado, como esse universo se define pela repetitividade, sobra pouco espaço para que as mulheres possam extravazar seu potencial criativo.

Assim, para as mulheres deste estudo a perspectiva de exercer uma profissão, associada com a hipótese de não ficar dentro de casa, representa a possibilidade de construírem-se como mulheres, indo além dos limites repetitivos do mundo doméstico, espaço culturalmente prescrito para a construção da identidade feminina. Neste caso, o exercício profissional representa para essas mulheres uma oportunidade individual para realizarem a intermediação entre o mundo da casa e o mundo da rua, independentemente da figura masculina, como ocorre entre as mulheres da classe popular (Salem, 1981; Scott, 1990).

O aproveitamento da capacitação profissional adquirida através dos estudos universitários representa uma possibilidade de

concretização do reconhecimento das competências profissionais na esfera pública, uma confirmação social, portanto, da individualidade dessas mulheres. Essa capacitação associada diretamente com a perspectiva do exercício de uma profissão qualificada representa a possibilidade de garantia da própria subsistência. Ao relacionarem trabalhar com garantir a própria subsistência essas mulheres expressam uma necessidade de administrar, de gerenciar a própria vida.

Percebemos através das falas dessas mulheres que essa necessidade expressa-se mais nitidamente entre as não-casadas, e de modo periférico entre as casadas. Entendemos que essas atitudes revelam maneiras diferenciadas conforme a posição civil, de posicionamento frente a determinadas prescrições sociais. Nossa configuração cultural permite-nos perceber que uma tendência para naturalizar processos históricos ainda se inscreve em muitos referenciais simbólicos obscurecendo, de certa forma, critérios culturais relacionados com papéis e identidade para ambos os sexos. Lembramos ainda que essa tendência se articula com uma tradição mediterrânea, onde a idéia de prestígio e extremado poder masculino é constitutiva da cultura latina, como indica Heilborn (1991). Essa configuração cultural predetermina para o homem um papel basilar alicerçado na representação de provedor do lar e articulador do mundo doméstico com o mundo público. A força simbólica que reveste esse papel é significativamente presente apesar da ausência física do homem em determinadas organizações familiares. No estudo realizado em uma favela carioca Salem (1981) descreve a situação de mulheres chefes de família; mesmo sendo responsáveis quase que integralmente pela manutenção dos filhos,

elas não valorizam a importância de sua condição no grupo doméstico. Além disso, encontrou que esse valor masculino pode ser ainda reforçado através de sua transferência para um filho (do sexo masculino) integrante desse grupo. Não encontramos em nenhuma das falas das mulheres deste estudo, qualquer expressão que pudesse se assemelhar a essas atitudes. Entendemos que as possíveis diferenças devem-se relacionar, principalmente, com a condição social à qual pertencem tais mulheres. Certamente que essa situação é mais evidenciada no grande grupo dos despossuídos que integram o universo populacional de nossa sociedade. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que em nossa cultura, antigas referências simbólicas expressam-se através das mais diversas formações discursivas onde encontramos a presença de um subtexto de gênero, sugerindo uma inferiorização do gênero feminino quanto a essa capacidade. Só para citar alguns exemplos poderíamos indicar as seguintes referências: *objetividade não é atributo feminino; mulher é mais emoção/o homem é mais racional; toda mulher deseja ser protegida/o homem é o protetor; mulher não tem 'jogo de cintura'/esperteza é coisa para homem.*

Essas referências podem indicar que a força simbólica que envolve esse valor masculino pode expandir suas ramificações alcançando outras dimensões da subjetividade dos indivíduos. Além disso, os estudos de Fraser (1987) são bastante desveladores a respeito da existência de um subtexto de gênero ainda entrecortando os significados de muitos papéis sociais na modernidade, onde o papel de provedor continua sendo atribuição masculina.

Ao associarmos a marca da latinidade a esses referenciais entendemos mais facilmente, que a idéia de prestígio/poder mascu-

linos se explicita também, através da idéia de independência econômica normalmente alcançada por meio de relações sociais contraídas no espaço público

Dessa maneira, quando as mulheres deste estudo relacionam trabalhar com garantir a própria subsistência expressam uma busca de apropriação de um referencial simbólico masculino como forma de resistência às predeterminações culturais de natureza normativa, que constituem respectivamente os modelos masculino e feminino. Recusam-se a ser definidas exclusivamente pela função biológica da reprodução. Querem construir-se enquanto mulheres também a partir de relações que se estabelecem no contexto público, através de funções produtivas, enquanto meios para o alcance de reconhecimento social da individualidade.

A independência econômica resultante do exercício de uma profissão qualificada indica que essas mulheres percebem uma vinculação entre status e auto-avaliação; diferentemente das mulheres da classe popular estudadas por Salem (1981), o gerenciamento da própria vida é visto como uma das possibilidades integrantes de um projeto pessoal.

Além disso, realização pessoal, crescimento pessoal enquanto perspectivas percebidas como estando associadas ao trabalho, expressam que essas mulheres parecem não demonstrar algum tipo de problema relacionado com uma *ansiedade feminina* associada ao medo de sucesso ou competitividade, confirmando os estudos de Markus (1987).

Podemos dizer, então, que todos esses significados atribuídos ao trabalho referem-se a uma mesma necessidade básica percebida por essas mulheres em seus respectivos contextos de vivên-

cia. Seja o significado de garantir a própria subsistência, alcançar uma independência econômica, extravazar o próprio potencial criativo, possibilidade de crescer, de alcançar realização pessoal, de ir além das rotinas domésticas, de aproveitar a capacitação adquirida através dos estudos superiores, indicam, em primeiro lugar, que essas mulheres, ao longo de suas vivências permeadas por diferentes discursos/práticas culturalmente produzidos, aprenderam a valorizar tais condições elegendo-as como prioridades em seu projeto pessoal. Valorizando tais condições, essas mulheres viam-se motivadas a superar as dificuldades por elas, então, percebidas, como uma carência que poderia ser negada por essa superação. Apontam, assim, a busca de inserção em uma atividade profissional como instrumento escolhido para realizar esse ultrapassamento.

A partir desse procedimento fica esclarecido o conceito de práxis humana: refere-se à superação subjetiva de uma objetividade, uma condição dada, para a realização de outra objetividade, que antes era, apenas, uma das possibilidades interiorizadas, ou como um dos fins a que se orientava a ação. Esta superação refere-se ao projeto; ao mesmo tempo, fuga e salto para a frente; negação e realização que mantém e revela a realidade que foi negada (Sartre, 1979).

Entendemos que os indivíduos são influenciados socialmente, e a individualidade uma conquista do ser humano que a enriquece num processo histórico-social.

Por isso, tanto a individualidade como as formas de relação entre os indivíduos estão condicionadas histórica e socialmente. O indivíduo aglutinaria, então, uma espécie de síntese de toda

uma série de relações sociais.

Entendemos que o modo pelo qual as mulheres deste estudo vivenciam determinadas relações sociais no espaço produtivo através do trabalho remunerado extra-lar, pode-se constituir em um elemento clarificador do processo de construção da identidade de gênero.

Não se inclui neste estudo o interesse em efetuar uma análise do processo de trabalho realizado pelas entrevistadas. Sabemos que suas vivências no mundo produtivo relacionam-se com um trabalho que se inscreve em uma formação social como a nossa onde se estabelecem relações capitalistas de produção.

Entendemos que, a partir do exame de determinadas relações vivenciadas no mundo profissional, é possível compreender, por exemplo, tanto o modelo referencial de trabalhador que se inscreve na subjetividade dessas mulheres, como suas atitudes em relação a esse modelo.

2.2.2 - Trabalho e discriminação da mulher

As falas das mulheres deste estudo relacionadas com a principal ocupação por elas exercida indicam que são conscientes da existência de uma discriminação das mulheres no mundo profissional; seja através de uma diferença salarial entre homens e mulheres quando do exercício da mesma ocupação, seja através de uma discriminação na hora do acesso ao emprego:

"(...) são pouquíssimas as mulheres dentro dessa função, esse trabalho que eu exerço (...) Eu acre-

dito que existe diferença salarial entre uma mulher e um homem quando exercem o mesmo cargo no mercado (...) Eu já tinha constatado isso; a razão (...) eu desconheço, eu não sei se é por falta de oportunidade, por as empresas confiarem mais no trabalho masculino (...) Como existe no mercado esse preconceito, até nas próprias mulheres: ao invés de você procurar uma dentista, você vai procurar um dentista (...) Então, eu acredito que seja até inconsciente, mas existe, existe" (Administradora de Empresa).

"Esse campo onde eu atuo é um campo onde não existam muitas mulheres. Eu não sei dizer exatamente, qual seria o motivo. Veja bem, eu conheço muitas mulheres que se formaram em Economia, embora não estejam atuando como economista, geralmente estão em firmas, em bancos, mas em outras funções. Talvez exista alguma discriminação na hora do acesso ao emprego" (Economista)

"(...) quer dizer, é uma área, um campo que tem poucas mulheres atuando (...) as balconistas e as caixas são todas mulheres, porque são subordinadas (...) nesse ramo de loterias são poucas as que se atrevem; tem as gerentes de lojas, mas sempre subordinadas a alguma pessoa e essa pessoa superior é sempre um homem (...) Mas, como proprietárias (...) de loja lotérica é muito difícil (...) porque (...) é um ramo dominado por homens" (Lojista)

"Olha (...) não sei porque esse trabalho é tão disputado (...) só por mulher (...) porque é Serviço Social e sem assistência não é Serviço Social (...) esse trabalho é mais de mulher; esse negócio de apoiar, de conversar, de aconchegar" (Assistente Social)

"(...) historicamente é uma profissão muito procurada e ocupada, e exercida por mulheres, basicamente mulheres. E que nem professora primária; é uma função praticamente feminina (...) não sei se porque cuida; o médico cura e a enfermeira cuida. Então esse cuidar (...) é uma coisa assim, mais feminina, parece. Eu tenho a impressão que seja isso; então a mãe pelo filho, a enfermeira cuida do leito. Então aquela questão do cuidar parece assim uma coisa feminina (até pela história também (...)) começou uma coisa assim, femina mesmo" (Enfermeira)

Essas mulheres percebem como formas mais comuns de discriminação contra a mulher a discriminação salarial, discriminação no acesso a um emprego, discriminação por competência, discriminação associada a modelos sociais. Mas, como podemos observar, essas percepções expressam-se associadas a papéis sociais enquanto categorias profissionais, onde a própria categoria que cada uma ocupa torna-se o lugar de onde se fala. Essas categorias profissionais podem ser vistas como condensações de funções específicas que caracterizam as respectivas categorias. Entendemos que essas funções exprimem relações articuladas de gênero e poder; primeiramente, porque se referem a determinadas competências, habilidades diferencialmente associadas a um modelo masculino ou feminino, nitidamente explicitados nas falas da Enfermeira e da Assistente Social. E se considerarmos tais modelos como referências simbólicas que traduzem predeterminações normativas sobre o que deve ser um homem ou uma mulher (Chauí, 1981), podemos perceber que em seu fundamento inscrevem-se características que os especificam a partir de diferenças de natureza biológica. Assim, o modelo feminino refere-se, primordialmente, ao processo reprodutivo que nas sociedades ocidentais aparece subordinado ao processo produtivo, como indicam Combes e Haicault (1986).

Entendemos que o exame dessa posição mereceria uma análise mais aprofundada, mas que poderia impor-nos um afastamento dos objetivos deste estudo. Muitas discussões específicas têm sido realizadas a partir de análises feministas como podemos encontrar em Sargent (1981), Hartmann (1981), MacKinnon (1982), Combes e Haicault (1986), Kergoat (1986), Nicholson (1987).

Considerando que um resultado consensual ainda se encontra em processo de ser alcançado, como apontam Benhabib e Cornell (1987), entendemos que a posição defendida por Kergoat (1986), isto é, a necessidade de uma compreensão articulada entre produção/reprodução mostra-se mais adequada para as análises voltadas para o entendimento da dinâmica relacional que envolve esses processos sociais. Pois, como nota Heilborn (1991) a função feminina, determinada assim, pela especificação biológica tende a ser estendida a outros campos, através de certas estratégias ideológicas. Dessa maneira, esse caráter primariamente natural é transposto para outras atribuições culturalmente destinadas ao sexo feminino e, portanto, socialmente avaliadas como de menor importância e prestígio.

Entendemos, ainda, que a extensão dessas especificidades biológicas pode ser facilitada por justificativas morais de cunho universalista.

Apoiada em Gilligan (1982), Benhabib (1987) indica que nessa perspectiva moral, o caráter de universalidade que pretende constituir os indivíduos desfavorece as mulheres, uma vez que o "outro relevante" é representado, exclusivamente, por um indivíduo masculino, que abrigaria os critérios de generalidade socialmente elaborados. Sua conduta moral deve-se orientar, então, por uma ética fundamentada na justiça e direito formais institucionalizados e reconhecidos socialmente. Além disso, nessa perspectiva a conduta moral das mulheres é associada à ética do cuidado/responsabilidade, caracterizada por relações de fraternidade, calor humano, zelo, onde o outro é sempre concreto e essas relações não são institucionalizadas porque não reconhecidas socialmente como

constitutivas da universalidade. Essas relações são consideradas como pertencendo ao campo das emoções, onde muitas dimensões da atividade humana, constituindo o domínio das mulheres, são excluídas das considerações morais e políticas e relegadas ao mundo da "natureza". Do ponto de vista social trata-se de um universo onde a experiência feminina não tem lugar. A mulher é simplesmente o que os homens não são; ela não é autônoma, independente, mas ao mesmo tempo, cuida; não é competitiva, mas doadora; não pertence ao público, mas ao privado. O mundo feminino é constituído por uma série de negações e a identidade da mulher passa a se definir por carências. Além disso, do ponto de vista político e moral, enquanto a esfera pública, a esfera da justiça, se desenvolve através da historicidade, a esfera privada, a esfera do cuidado e intimidade permanece imutável e atemporal (Benhabib, 1987). Como mostra essa autora, essa dicotomia entre esfera pública da justiça, onde a história é feita, e a esfera privada do cuidado onde a vida é reproduzida é internalizada pelos indivíduos. E essa representação antagônica do binômio autonomia/cuidado, bem como suas derivações, isto é, independência/vínculo, soberania do self/relações com outros, aparecem nos discursos moral e político modernos de forma reificada, mostrando-se como essencial para a constituição do self. Assim, a dicotomia entre autonomia e cuidado inscreve-se na teoria moral universalista contemporânea, cuja expressão é representada pela tentativa de reduzir o ponto de vista moral à perspectiva do "outro generalizado".

O reconhecimento, por parte das mulheres deste estudo, de diferentes formas de discriminação contra a mulher mostra que esse processo, em nossa sociedade, faz-se presente também na pró-

pria organização social, onde a conjuntura do mercado de trabalho revela-se, também, como uma instância onde as relações de gênero são atravessadas por relações de poder, como indica Scott (1988). Mas, entendemos que esse poder pode ser visto, também, como expressão da representação antagônica do binômio autonomia/cuidado com suas derivações morais e políticas, que se inscreve na subjetividade dos indivíduos como indica Benhabib (1987).

As explicações que essas mulheres apresentam a respeito dessa situação refletem argumentos que se baseiam tanto em uma compreensão naturalizada da preparação das mulheres para o mundo do trabalho, como em argumentos que procuram relacionar a questão da participação da mulher na esfera produtiva com as transformações que se processam na própria sociedade.

O fato de reconhecerem, terem consciência de um processo de discriminação das mulheres no mundo profissional não implica, porém, na proposição de formas de transformação desse estado de coisas. Esse mesmo silêncio torna-se, por sua vez, indicador de uma percepção sintonizada com o próprio imaginário social que vê na valorização e prestígio das ocupações masculinas uma confirmação do campo profissional como espaço para o estabelecimento de relações articuladas de gênero e poder, com a conseqüente desvalorização da mulher e de seu trabalho. O reconhecimento dessa discriminação pode indicar uma aparente acomodação dessas mulheres em relação a essas referências culturais. Certamente, o que tenha sido incorporado a partir desses valores irá repercutir na elaboração do perfil de trabalhadora e, portanto, na própria subjetividade dessas mulheres (Guattari, 1986; Enguita, 1989; Foucault, 1990). Mas, como entendemos que as possíveis atitudes de

resistência só podem emergir do próprio contexto onde se estabelecem tais vivências de articulação entre gênero e poder, entendemos que a busca de inserção na esfera pública através de um trabalho remunerado extra-lar e, principalmente o engajamento em um universo profissional masculino, representam estratégias singulares de resistência às predeterminações culturais normativas e de afirmação da igualdade fundamental do homem e mulher, no que se refere ao direito (ética universalista) e à conquista de um espaço que, também, lhe pertence.

Isto significa que para essas mulheres a contradição nuclear vivenciada nessas relações de gênero/poder é representada pela dicotomia entre autonomia/cuidado que envolve a constituição da subjetividade e, por conseguinte, o processo de construção da identidade de gênero. Querer ser reconhecida socialmente como indivíduo enquanto ser constituído pela ética da justiça e direito formal e, portanto, receber a marca da historicidade torna-se meta possível de se inscrever nos respectivos projetos pessoais dessas mulheres. Possibilidade essa certamente diversa daquelas de mulheres pertencentes à classe trabalhadora, como podemos depreender dos estudos de Salem (1981) e Scott (1990).

2.2.3 - Auto-avaliação: profissões masculinas vs. profissões femininas

Entendemos então que a partir do exame de determinadas relações que as mulheres deste estudo estabelecem no mundo profissional, podemos compreender tanto o modelo de trabalhadora que se

inscreve em suas subjetividades, bem como suas relações com esse modelo.

Ao examinarmos as falas dessas mulheres relacionadas com a imagem de trabalhadora que possuem, evidencia-se a existência de um processo de interiorização de uma posição social que pode ser indicadora do conceito que possuem de si enquanto profissionais.

Assim, uma apreciação positiva de si associada aos sujeitos que exercem profissões masculinas inclui, além de uma atitude de disponibilidade para aprender, para crescer, para se aperfeiçoar, uma ênfase na consolidação de uma competência profissional, o que indica uma maneira de valorizar o próprio trabalho como instrumento para uma valorização pessoal.

"... se eu não satisfizesse os anseios da empresa, não preenchesse essa lacuna, eu não estaria aqui (...). Não estou dizendo que sou perfeita, mas eu procuro sempre melhorar: eu me cobro (...). procurando fazer com que as coisas fiquem melhores; isso eu me cobro; eu sempre acho que posso ser melhor do que estou sendo, sempre posso fazer melhor do que estou fazendo" (Administradora de Empresa).

"Olha, como mulher no mercado de trabalho eu encontro duas situações; às vezes, encontro discriminação mas, já pela experiência, se sabe o que pode esperar (...). você entra em contato com uma situação desfavorável, então você é avaliada por baixo, a princípio; mas, com uma conversação, com um conhecimento, começa a ter um caminho no sentido inverso e as pessoas te dão mais valor (...). quando a pessoa não conhece ela subvaloriza (...). A gente já conseguiu contornar os problemas; nós temos 11 anos de mercado, então nossos funcionários têm uma boa mão-de-pobra (...). Não tenho cliente revoltado atrás de um telefone, não" (Engenheira/Empresária).

"(...) agora, o que me chateia é quando percebo que querem me enrolar. Outra coisa é terceiros fazendo corpo-mole (...). Acho que depender de outras pessoas para realizar um trabalho, às vezes fica difícil, principalmente quando essas pessoas não estão muito interessadas em fazer um trabalho pro-

fissional" (Economista).

"Eu domino completamente essa área e trago tudo na ponta do lápis, tudo muito organizadinho (...) Eu coordeno tudo: direção geral, total minha; só fazem o que eu mando e como eu quero, do jeitinho que eu quero. (...) isso não é uma situação imposta (...) é uma relação que eu mantenho com meus funcionários que é jogo aberto; na hora de brincar a gente brinca, na hora de rir a gente vai dar gargalhadas, mas na hora de trabalhar é de trabalho (...) Eu não sou uma pessoa autoritária (...) eu dou o exemplo, faço com que eles me sigam. E ninguém trabalha lá sendo explorado; eu reconheço o serviço deles, eu trato bem eles (...) então é um clima muito agradável, muito gostoso. (...) independente de ser homem ou mulher o que eu peço muito é a competência, a responsabilidade (...) então, independente de sexo, todos são tratados da mesma forma" (Lojista).

Entendemos, também, que uma apreciação positiva de si, além de aparecer associada a um engajamento num universo profissional masculino, implica ainda atitudes que traduzem uma tentativa de conciliar a perspectiva do outro generalizado e a perspectiva do outro concreto (Benhabib, 1987). Isto significa que essas mulheres percebem-se como sujeitos que buscam constituir-se enquanto indivíduos através da ética formal da justiça/direito, mas simultaneamente, através da ética do cuidado/responsabilidade; percebem-se, portanto, como sujeitos de gênero envolvidos por uma moldura cultural

Por outro lado, uma apreciação negativa de si, observada nas detentoras de profissão feminina, além de mostrar-se associada a uma não detenção de habilidades pessoais e/ou a um desprestígio da própria ocupação, não enfatiza uma preocupação com essa mesma consolidação de uma competência profissional e pode indicar portanto, uma forma de desvalorização do próprio trabalho.

"(...) quando você entra numa história profissional você não tem a malandragem (...) esse espírito fica faltando (...) então quando você se depara com uma situação assim, uma oportunidade de uma presidência, você tem uma visão meio ingênua da coisa" (Arquiteta).

"(...) é a desvalorização fora, na sociedade; você sabe, botou branco todo mundo é enfermeiro; a copeira, o atendente, todo mundo é enfermeiro; até o açougueiro (...) de branco, acham que é enfermeiro. Então isso desvaloriza, porque você estudou, você deve ter especialização. Mas, até aí tudo bem; se você ainda tivesse uma compensação monetária, né; mas nosso descontentamento de enfermagem é essa desvalorização profissional perante a sociedade; a enfermagem não dá status a ninguém" (Enfermeira).

"(...) é uma coisa assim que não é palpável na nossa profissão. Porque a enfermeira vai e faz o curativo; o médico dá o remédio melhor e o Serviço Social o que é? tu vais lá, tu conversas (...) mas é uma coisa que desgasta (...) trabalha, trabalha e não está havendo retorno" (Assistente Social).

Podemos ainda acrescentar que essa atitude de auto-apreciação negativa aparece explicitada nas falas de mulheres engajadas em universos profissionais culturalmente considerados como espaços para expressividade de aptidões femininas. Isto está de acordo com os estudos de Rosemberg (1985) para quem uma associação entre prestígio social e feminização de uma ocupação pode ter implicações na própria trajetória profissional da mulher. Acrescentaríamos dizendo que essas possíveis implicações na trajetória articulam-se, principalmente, com outros fatores da própria organização social que determinam formas de influência na modelização da subjetividade das mulheres como indicamos anteriormente, e, conseqüentemente, no modo de se perceberem enquanto profissionais aí atuantes e nas maneiras de valorizar/desvalorizar o trabalho da mulher (Saffioti, 1984; Guattari, 1986; Kergoat, 1987; Combes

e Haicault, 1987, só para citar algumas referências).

Examinando, então, o conjunto dos recortes apresentados acima, podemos depreender que uma apreciação positiva de si aparece associada ao desempenho de profissões "masculinas"; e uma apreciação não tão positiva de si aparece associada ao exercício de profissões "femininas".

Além disso, ao compararmos as falas das mulheres conforme seu engajamento profissional, isto é, num universo masculino ou feminino, podemos perceber como a dicotomia entre autonomia/cuidado inscrita nos discursos moral e político contemporâneos (Benhabib, 1987) pode prejudicar duplamente as mulheres, ao predefinir normativamente maneiras diferenciadas entre homens e mulheres para o reconhecimento da autonomia do self, e para a valorização das próprias categorias profissionais. Por isso, concordamos com Scott (1988), quando afirma que a própria organização social é uma configuração onde as relações de gênero se expressam entrecortadas por relações de poder. Mas, entendemos que tal entrelaçamento está associado com perspectivas éticas que fundamentam diferencialmente a constituição do self masculino e feminino.

2.2.4 - Relações hierárquicas no trabalho

Todas as falas referentes a essa questão explicitam uma aceitação, um reconhecimento da importância da hierarquia no exercício de suas respectivas atividades profissionais.

Essa atitude é indicadora de uma incorporação de discursos/práticas referentes à produção de subjetividades no interior

de um processo social de organização do trabalho. Nessa atitude podemos perceber que se inscrevem, portanto, os discursos/práticas estabelecidos/veiculados pelo processo de escolarização, explicitados através do treinamento para disciplina, para submissão a constantes avaliações, à hierarquização de saberes, etc., como mostra Enguita (1989).

Podemos dizer que a incorporação desses valores representa então uma forma de acomodação por atos de resistência a um padrão feminino de trabalhadora, cujas referências inserem-se na própria cultura que o produz. Entretanto, a maneira de atribuir importância às relações de hierarquia revela uma posição social diferencialmente interiorizada por essas mulheres, a partir de relações distintas com as formas de controle vivenciadas no contexto de trabalho:

"(...) administrar significa programar, dividir no tempo (...) dividir entre as pessoas (...) Há prazos a serem cumpridos, há contratos a serem realizados, há serviços que têm que estar prontos; o trabalho de um depende do outro, há uma interdependência; há urgências, há valores em jogo, há grandes importâncias em jogo, uma distração... são vitais para certos negócios. (...) Num ambiente de trabalho, num sistema impositivo de administração predomina em todo modelo burocrático que é universal (...) as coisas são programadas não por quem faz; geralmente, elas são programas de cima para baixo (...) o campo que sobra prá ti, prá tu exercer as opções de uso do tempo, de pensamento sobre o que está fazendo e de conversa dentro do tempo de trabalho é programado (...) dentro de um ambiente de trabalho, independentemente de sexo, idade ou posição hierárquica, cada qual tem, supostamente, uma missão a cumprir" (Advogada/Empresária).

"Olha, eu não tenho encontrado grandes problemas, com relação ao trabalho, porque a empresa, a gente procura colocar uma estrutura familiar (...) de um modo geral, os nossos empregados são dedicados e a forma de ser dedicado é em função da produtividade. Eles não ganham mal, então eles acham que

aquele trabalho permite, pelo menos, um nível de vida razoável. Aí eles não vêm com tensão; isso é o fundamental numa relação de trabalho. Outros problemas que possam surgir (...) sempre que a gente pode também ajuda (...) problemas de relacionamento a gente encontra mais quando tem problemas salariais. Então, eu não tenho notado assim, muito descontentamento; quando se nota a gente procura chegar a um consenso através da negociação (...) então, a gente vai conciliando; é tudo uma negociação em corpo-a-corpo" (Engenheira/Empresária).

"(...) existe acima de tudo, uma relação de amizade, do querer bem; por exemplo, eles sabem que eu sou muito preocupada com a situação deles, tanto particular como financeira (...) ajuste de salário (...) eu sempre escolho o índice maior da categoria (...) Eu acho que a relação patrão-empregado tem que haver acima de tudo, uma relação muito forte de amizade. Porque ali a gente convive praticamente, o maior tempo da vida da gente, a gente trabalha direto dia todo. (...) Nesse meu ramo (...) de loteria (...) eu trabalho com a CEF, uma organização federal, com normas, regras, penalidades etc. (...) tem que ter muito jogo de cintura (...) tentando mostrar sempre minha responsabilidade, minha responsabilidade, minha competência" (Lojista).

Essas são falas produzidas a partir da posição de empregadora; falas, portanto, de quem exerce as formas de controle do processo de trabalho.

A consciência dessa posição, embora silenciada, expressa-se através de uma ênfase nas relações de caráter humanitário, familiar que indicam uma preocupação com o bem-estar dos subordinados. Esse procedimento mostrando-se sintonizado com uma ética do cuidado/responsabilidade, características do comportamento moral feminino (Gilligan, 1982) revela-se orientado pela perspectiva do outro concreto traduzindo o ponto de vista do universalismo interativo (Benhabib, 1987). Como já indicamos em sessão anterior, de acordo com essa perspectiva, as relações sociais não são dirigi-

das por normas de igualdade formal e reciprocidade (perspectiva do outro generalizado) mas, são governadas por normas de igualdade e reciprocidade complementar. Nessas relações cada um assume perante o outro formas de comportamento através das quais o outro sente-se reconhecido e confirmado como um indivíduo concreto, com necessidades específicas, talentos e capacidades. As normas de interação, geralmente não institucionalizadas, expressam-se através de sentimentos morais de amizade, consideração, cuidado, solidariedade, simpatia. Entretanto, podemos perceber ainda que esas falas expressam também, um reconhecimento da importância das relações hierárquicas formais. Entendemos então, que para as profissionais que ocupam uma posição de empregadora o trabalho é visto, certamente, como um meio para a construção da subjetividade; mas, a hierarquia representa um instrumento para manutenção do reconhecimento formal da própria individualidade já alcançado através da posição no contexto do trabalho. Assim, essa dinâmica permite-lhes enfatizar, junto aos subordinados, relações que privilegiam um exercício da ética do cuidado/responsabilidade que visam reconhecer o outro como outro concreto. Porém, não podemos esquecer que são falas de quem ocupa uma posição de chefia. Neste caso, independentemente do gênero, pertencem a pessoas que exercem o controle e que também constroem um discurso que legitima e disfarça esse mesmo controle.

Por outro lado, as falas produzidas a partir da posição de assalariada, funcionária, empregada, ainda que em algumas situações se expressem a partir de uma função de chefia, coordenação, revelam, através de um silêncio quanto à concepção de controle do processo de trabalho, uma forma diferente de vivenciar as rela-

ções de hierarquia

"Aqui eu não tenho um cargo de chefia, portanto não tenho pessoas subordinadas a mim. Mas eu tenho que prestar contas às pessoas que estão hierarquicamente acima de mim. (...) essa relação de trabalho com meus superiores é uma relação de igualdade (...) são homens (...) como neste trabalho eu sou a única a exercer (...) eu vejo que sou respeitada pela minha capacidade e pela minha responsabilidade. (...) Eu passo ao meu superior as informações necessárias para o esclarecimento dele quando vai lidar com os superiores, no caso a presidência. Então existe um respeito pelo meu conhecimento técnico e, portanto, existe diálogo para a troca de informações para a realização dos trabalhos. (...) Eu costumo chegar direto, sem rodeios, aponto o problema, peço solução e se esta demora, continuo cobrando. É como se diz 'fico no pé'. (...) eu sinto muito respeito por parte das pessoas; eu exijo respeito" (Economista).

"... quando eu faço plantão eu tenho um cargo de chefia (...) nessa unidade. (...) eu tenho que supervisionar todos os que estão nesse período. (...) nós temos uma hierarquia (...) se é um problema que eu posso, que eu devo resolver agora, procuro resolver da melhor maneira possível, chamando o funcionário, resolvendo direto. (...) se é alguma coisa que a chefe pode resolver depois, aí eu passo a bola adiante. (...) a enfermagem tem que se organizar (...) tudo medidinho, por isso é que tem essa hierarquia toda (...) não acho ruim, porque é uma organização que é necessária. (...) eu me dou super-bem (...) tenho bastante facilidade de me comunicar, e até porque a gente é mais velha (...) entende mais os problemas, é mais calma (...) isso ajuda bastante" (Enfermeira).

"(...) tenho uma chefia de serviço (...) fui convidada pra ser chefe, fui votada (...) mas eu realmente não tenho lá essa disposição (...) é um abacaxi (...) os funcionários dão furo (...) não estão no momento que é preciso (...) aí eu tenho cobrança de outros superiores. (...) eu não tenho problema com minha chefia; de um período pra cá ficou até mais fácil segurar essa ponta aqui, esse serviço, porque tenho uma pessoa segurando as pontas acima de mim (...) isso facilitou bastante (...) eu me sinto respaldada" (Assistente Social).

"O que faz a relação ser boa, acho que no primeiro aspecto é a minha competência. (...) minha relação com meus superiores é muito boa (...) eu sou o ti-

po de pessoa assim, eu sei resolver ações, eu resolvo; se eu não consigo resolver eu não deixo a coisa pegar fogo; se eu vejo que está difícil prá mim, eu informo (...) os meus superiores, então vamos resolver juntos. (...) eu respeito o meu espaço, eu respeito o espaço deles, eu sei onde é o meu lugar (...) então, eu me coloco no meu lugar e eu sei até onde eu posso ir (...) existe uma relação de carinho, mas o profissional é acima de qualquer coisa, isso tem que ficar bem enfatizado" (Administradora de Empresa).

"(...) cada cargo tem um mínimo de atribuição e de responsabilidade (...) muitas vezes isso não é levado em conta em função de simpatizar ou não. (...)) prá conseguir fazer valer essa situação de chefia (...) às vezes boicotada (...) existe uma sede de poder, na situação de eu ter chegado à presidência e os outros não (...) então isso é uma coisa ruim em qualquer trabalho; a relação tem que ser profissional" (Arquiteta).

Para as mulheres que se encontram nessa posição social suas falas enfatizam a hierarquia no contexto profissional como representação das formas prescritivas de uma igualdade formal baseada no compromisso racional de direitos e deveres, ainda que reconheçam a importância de relações não formais. Referem-se, portanto, à ética da justiça e do direito (Gilligan, 1982) orientada por sua vez, pela perspectiva do outro generalizado traduzindo o ponto de vista do universalismo substitucionalista (Benhabib, 1987). E como mostra essa autora, esse ponto de vista aglutinando aspectos generalizados da experiência masculina, expressa-se como paradigma de interação social para a espécie humana. Segundo essa perspectiva as relações sociais são governadas por normas de igualdade e reciprocidade formal, geralmente institucionalizadas, que refletem categorias morais baseadas na justiça, no direito, no dever, no respeito, dignidade. Traduzem, também, a forma utilizada para lidar com a questão da desqualificação pessoal no

processo de trabalho.

Entendemos, então, que para as mulheres cujas posições profissionais não lhes atribui a prerrogativa de controle do processo de trabalho, a hierarquia representa uma síntese das relações jurídico-formais e é, portanto, percebida como um meio para alcance de reconhecimento formal da individualidade.

Mas, em ambas as posições, isto é, tanto para as empregadoras como para as que são funcionárias percebemos uma característica comum, ou seja, as vivências no mundo do trabalho expressam como comportamentos definidores das relações profissionais o diálogo, o respeito mútuo, a responsabilidade, o conhecimento técnico, a competência, o profissionalismo.

Assim, para essas mulheres o trabalho enquanto espaço de relações jurídico-formais é visto como um meio de construção da subjetividade, cuja concretização através de um privilegiamento de relações com um outro concreto, é entrecortada pelo significado atribuído à hierarquia conforme a posição que ocupam no contexto profissional.

Entendemos que essa percepção pode ser considerada como indicadora de uma incorporação articulada de duas éticas: justiça/direito formal e ética do cuidado/responsabilidade, como fundamentos de um processo de construção da identidade de gênero.

Pode ser considerada, então, como uma forma original de resistência frente ao modelo de trabalhadora proposto pela organização do trabalho capitalista, bem como a maneira encontrada pelas mulheres de valorizar o próprio trabalho. Mas, principalmente como o meio de superação da contradição representada pela dicotomia entre autonomia/cuidado, enquanto fundamento moral e político

que predetermina, culturalmente, um processo de constituição da individualidade diferenciado para homens e mulheres, no mundo contemporâneo

2.2.5 - Exercício do trabalho e satisfação profissional

O exame das falas referentes a essa questão permite-nos perceber igualmente, uma apropriação articulada dessas duas perspectivas éticas. Além disso, verificamos que determinada perspectiva pode-se expressar com maior ou menor nitidez conforme a posição profissional ocupada pelas mulheres, bem como de acordo com a categoria ocupacional em que se inserem. Assim, com relação à satisfação profissional podemos perceber nas falas das mulheres que se encontram na posição de empregadora, uma certa ênfase em valores integrantes da ética formal (Gilligan, 1982) e vinculados, portanto, à perspectiva do outro generalizado (Benhabib, 1987).

"(...) eu lido com construção civil (...) num edifício tem aquela peãozada (...) às vezes você chega prá dar uma orientação, então eles julgam que eu não tenho capacidade. Mas, ao longo da conversa eles vão percebendo, porque tem o conhecimento técnico (...) com isso a gente desfaz. (...) Se você não tem o conhecimento técnico não sobrevive, na minha área é um charlatão. (...) Não é só isso, tem outros fatores que são importantes, por exemplo, um bom relacionamento, um bom tratamento, mas o conhecimento técnico é básico. (...) Gratificante é a obra. Você começa do nada e entrega uma obra (...) eu presto um serviço que cuida da segurança das pessoas. Os equipamentos que eu fabrico e represento em escala e dou assistência técnica, de um modo geral, auxilia, protege a família, protege o patrimônio das pessoas. (...) então é bem gratificante você começar a instalar um equipamento e entregar (...) essa hora é bem gratificante" (Engenheira/Empresária).

"Hoje eu sou proprietária de uma casa lotérica. (...) mas isso não veio de graça; foi com muito sacrifício; muitas vezes eu me privei de muitas coisas prá conseguir. (...) eu faço isso com amor; eu acho que tudo que é feito com amor é bem feito (...) é um trabalho muito sério, muito dentro das exigências "oficiais" (...) eu me realizo como gente no meu trabalho" (Lojista).

Mas, essas falas revelam também, uma valorização de aspectos e comportamentos onde se enfatizam, por exemplo, um bom relacionamento, a informalidade nas interações, dedicação e zelo no exercício de atividades profissionais. Tais relações por sua vez, podem ser consideradas como expressões de uma perspectiva orientada pela ética do cuidado (Gilligan, 1982).

Para as mulheres que não são empregadoras, mas que se inserem em categorias ocupacionais de um universo profissional visto culturalmente como masculino (Economista, Administradora de Empresa), verificamos, igualmente, que a perspectiva do outro generalizado expressa-se através de uma valorização de profissionalismo, da formalidade, dos procedimentos racionais de justiça/direito:

"(...) esse respeito não é só pela posição que eu ocupo como Economista. Isso sempre existiu, desde quando iniciei na empresa. Comecei a trabalhar aqui com 17 anos e a mãe sempre alertava prá necessidade de impor respeito no ambiente de trabalho, de manter a coerência nas atitudes. (...) eu me vejo exigente como profissional, então as pessoas me respeitam, respeitam esse profissionalismo. (...) o que facilita é exatamente essa minha postura profissional que me faz ser respeitada aqui dentro (...) Acho que o que mais me gratifica neste trabalho é o seguinte: dificilmente eu encaminho alguma coisa errada, incompleta (...) isso significa que eu tenho respeito, consideração e reconhecimento por parte de outras pessoas" (Economista)

"(...) quando eu entrego a chave de um apartamento para uma pessoa que eu sei que batalhou tanto prá ter aquilo. Isso me dá prazer. (...) então, essa é a satisfação do meu trabalho, a gente construir, fazendo uma arte para as pessoas terem local para viver bem, viver sadicamente, então isso é gratificante" (Administradora de Empresa).

Mas, suas falas revelando também, uma preocupação com o bem-estar de outros, com a solidariedade, mostram-se como expressões de uma perspectiva orientada pela ética do cuidado, acentuando a presença do outro como outro concreto.

Dessa maneira, a ênfase em valores integrantes da ética formal que, à primeira vista, parece se destacar nas falas das mulheres acima analisadas, não deve ser entendida como fundamento ético exclusivo de suas relações. Entendemos que para essas mulheres o trabalho constitui-se em um meio para o alcance de um reconhecimento formal de sua individualidade enquanto participantes do mundo produtivo, através de uma identificação com um papel de empreendedor, culturalmente definido como masculino; esse papel expressa valores associados com competição, competência, coragem para aceitar desafios, decisão, autoridade, individualismo, como mostra Fraser (1987). Uma forma, portanto, de articulação entre acomodação/resistência: resistência aos padrões culturais próprios de uma organização social tradicional, que indica o mundo doméstico a-histórico, atemporal, não-produtivo, como espaço para a construção da subjetividade das mulheres; acomodação aos padrões sociais de trabalhador, por incorporação de um determinado padrão (neste caso, um padrão masculino), enquanto condensação de predeterminações normativas definidoras do self.

Por outro lado, nas falas de mulheres que se inserem em categorias ocupacionais integrantes de um universo profissional considerado culturalmente como feminino, parece emergir, em uma primeira leitura, uma acentuação da ética do cuidado:

"(...) eu acho gratificante é ver o paciente ser bem atendido (...) muitas vezes até voltar prá agradecer. (...) de ver uma pessoa satisfeita (...) que conseguiu o seu remédio, conseguiu sua passagem, se autoafirmou" (Assistente Social).

"(...) a questão do filho, acho que dá uma nova dimensão à profissão. (...) imagina, o ônibus tem assim, a descarga do lado (...) tem que fazer uma lei é prá por a chaminé prá cima. (...) então, de repente, a dimensão que eu tenho da cidade, agora é uma dimensão de cuidado com o meu filho" (Arquiteta).

"(...) o que mais gratifica é o paciente podendo receber o tratamento correto (...) às vezes todo ruim, chega aqui gemendo (...) confuso com o hospital, aquelas pessoas todas (...) bem assustadinho. E depois, ele sai daqui rindo dizendo: como vocês são maravilhosos (...) o pessoal aqui sabe tratar a gente como se fosse de casa, alguém assim, conhecido; ouvir isso é muito gratificante" (Enfermeira).

Entretanto, um exame mais aprofundado pode revelar que suas falas expressam, também, uma preocupação com compromissos formais fundamentados em valores da justiça/direito, expressões da perspectiva do outro generalizado.

Assim, a expressão da Assistente Social "ver o paciente bem atendido", a expressão da Arquiteta "tem que fazer uma lei (ônibus) prá a chaminé prá cima", a expressão da Enfermeira "o paciente podendo receber o tratamento correto", permitem-nos inferir que se referem a preocupações que se fundamentam em valores integrantes das perspectiva do outro generalizado.

Assim, a aparente acentuação da perspectiva do outro concreto que emerge dessas falas não deve ser entendida como fundamento ético exclusivo de suas relações. Semelhante às outras mulheres, para estas o trabalho também constitui-se em um instrumento para o alcance de uma confirmação social de sua individualidade, através de sua inserção no mundo produtivo, na esfera pública enquanto indivíduos concretos com histórias e necessidades específicas. Entretanto, parecem não se identificar com um papel de empreendedor; ao contrário, aproximam-se mais de um papel assistencial definido culturalmente como feminino, que expressa valores associados à doação, cuidado, zelo, compaixão, como indica Fraser (1987). Igualmente, um exemplo de articulação entre acomodação/resistência; resistência aos padrões culturais de construção da subjetividade das mulheres (no espaço doméstico) e acomodação aos padrões sociais de trabalhador, por incorporação de determinado padrão (neste caso, um padrão feminino) enquanto condensação de predeterminações normativas definidoras do self.

Por conseguinte, essas considerações podem sugerir-nos que para as mulheres em condições semelhantes às deste estudo, a despeito da posição profissional ocupada, uma ênfase em determinada perspectiva ética fundamentando suas relações no mundo profissional, pode mostrar-se associada a uma identificação maior ou menos com um padrão cultural de gênero (masculino/feminino), expresso através de papéis sociais. Isto significa, então, que os papéis sociais enquanto condensações de predeterminações culturais constituem-se em importantes referenciais simbólicos atuantes no processo de construção da identidade de gênero.

Para essas mulheres a inserção no mundo produtivo representa um meio para alcance de confirmação social enquanto indivíduos concretos com histórias e necessidades específicas. Entretanto, como não detêm o controle do processo de trabalho não se identificam com um papel empreendedor. Ao contrário, enfatizam um papel assistencial definido culturalmente como feminino, que expressa valores associados à doação, cuidado, zelo, como indica Fraser (1987). Igualmente, um exemplo da articulação acomodação/resistência; resistência aos padrões culturais de construção da subjetividade das mulheres (no espaço doméstico) e acomodação aos padrões sociais de trabalhador, por incorporação de determinado padrão (neste caso, um padrão feminino), enquanto condensação de predeterminações normativas definidoras do self.

2.3 - VIVÊNCIAS NO MUNDO DOMÉSTICO

Não é prioridade deste estudo realizarmos uma análise do trabalho doméstico executado pelas mulheres dele participantes. Mas, tão somente, buscar observar através de suas falas como esse tipo de trabalho que se realiza na privacidade do mundo doméstico, pode-se relacionar, também, com a construção da identidade de gênero.

Trabalho doméstico significa opressão para as mulheres?

Muitos estudos que buscaram analisar a participação da mulher na esfera produtiva em nossa realidade têm-se posicionado, normalmente, pela afirmativa indicando a existência de uma vinculação inexorável entre os termos dessa questão (Saffioti, 1967; 1978; 1984; Blay, 1972; Madeira, 1978; Moraes, 1986).

Para que exista, de fato, uma condição de opressão é necessário, em primeiro lugar, a existência dos componentes dessa condição, isto é, um lado opressor e um lado oprimido.

Não resta a menor dúvida quanto aos méritos dos inúmeros estudos voltados para essa temática, bem como quanto aos benefícios proporcionados em graus diversos às mulheres ocidentais, a partir de seus resultados. Essa importância social se reflete em vários aspectos como o despertar de muitas mulheres para as próprias condições vivenciadas, a mobilização/luta/conquista de direitos formais, de elementos ligados à infra-estrutura social (creches, berçários, etc.) influenciando, inclusive, nos debates epistemológicos no interior das ciências sociais (Scott, 1988).

Entretanto, como as mulheres existem enquanto seres humanos concretos, não podemos falar abstratamente da existência de uma condição feminina, como forma de existir de todas as mulheres. Da mesma forma que não podemos falar abstratamente do trabalho doméstico como forma de opressão da mulher.

O que podemos indicar a respeito dessa questão é o caráter opressivo contido na própria natureza do trabalho doméstico, ou seja, um processo autofágico. Sequências de rotinas que se consomem mutuamente, num contínuo fazer-desfazer, arrumar-desarrumar, limpar-sujar, recompondo simbolicamente um comportamento de Penélope.

Portanto, não é o trabalho doméstico que, em si mesmo, pode oprimir, mas as condições que o configuram e as relações sociais que nesse contexto se estabelecem:

"Moro só; às vezes uns amigos; tem uma amiga que é mais frequente lá. (...) eu lavo, passo, limpo banheiro, arrumo a casa. Eu encaro da seguinte maneira: eu não gosto de fazer, mas também não gosto de ver a casa desarrumada e suja. (...) administro assim: ontem eu fiz e fiz com prazer; se eu não estivesse disposta não faria; então sempre quando eu faço eu faço com prazer e faço bem feito; como eu faço com prazer eu me vejo ótima. (...) Eu detesto realmente, não gosto de ser doméstica, quando a coisa está crítica eu arrumo; mas ela nunca fica exageradamente crítica, eu consigo ponderar" (Administradora de Empresa).

"Eu moro com uma amiga. (...) faço, sim, as tarefas domésticas; é claro, cansada de ter que trabalhar o dia todo e chegar em casa e ter que fazer; às vezes eu faço até meio forçada. (...) Me sinto bem, eu estou cuidando da minha casa, das minhas coisas" (Lojista).

Essas falas nos permitem entender, por exemplo, que a condição civil além de poder ocultar uma vivência de não opressão associada ao trabalho doméstico, permite, por outro lado, a explicitação de um sentimento de ambigüidade a ele vinculado, que pode alcançar as mulheres profissionais de nossa sociedade, revelando uma espécie de incongruência na auto-representação.

Percebemos esse fenômeno como expressão do entrosamento entre o sistema capitalista e a lógica do individualismo atuante na esfera econômica; essa dinâmica, ao mesmo tempo que impulsiona as mulheres ao ingresso no mercado de trabalho, mantém como não reconhecido o trabalho que se realiza no mundo doméstico, normalmente executado por uma mulher.

Entendemos, então, que essa situação de discrepância entre "mundo da casa" e "mundo da rua", cuja incorporação se manifesta através de um sentimento de ambigüidade na auto-representação de mulheres profissionais, relaciona-se com a tentativa de conciliação entre ética do cuidado/responsabilidade e a ética da justiça/direito formal que essas mulheres empreendem na busca de sua construção como indivíduos inseridos no interior dessa dinâmica.

Já, para as mulheres profissionais que vivem com a família (filhos, marido/companheiro, etc.), o trabalho doméstico tende a ser visto como obrigação da mulher, ainda que represente um aumento na jornada de trabalho. Mas, mesmo essa obrigação pode ser incorporada de uma forma total ou parcial. A incorporação total dessa obrigação traduz a apropriação de um modelo de mulher/dona-de-casa que inclui o trabalho doméstico como coisa de mulher, isto é, sem questionar as condições sociais que determinam o significado dessa obrigatoriedade. Como esse modelo define a mulher a partir de suas funções instrumentais no mundo doméstico, as atividades aí executadas constituem-se como elementos definidores da identidade da mulher:

"Ser dona-de-casa é ser uma mulher e ser uma mulher é quase sempre ser uma dona-de-casa, não importa se participando ou não da esfera de trabalho assalariado" (Pena, 1981, p.76).

Conseqüentemente, a participação de outras pessoas nas atividades domésticas (marido, filhos, faxineira, etc.) tende a ser vista de uma forma secundarizada, ou seja, como uma presença coadjuvante do papel principal traduzida na forma de ajuda à dona-de-casa:

"Eu sou casada (...) na minha casa tem eu, meu marido e mais 4 filhos. (...) Olha, normalmente tem uma senhora que me ajuda (...) mas à noite eu chego em casa dou banho nas crianças, arrumo a janta, essas coisas todas (...) meu marido, já está na reserva, que ele é da marinha, (...) então ele ajuda bastante também. (...) minha filha mais velha é moça, também ajuda bastante, mas eu faço tudo" (Enfermeira).

"(...) então essa questão da casa, até a situação de eu estar grávida, ele tem sido extremamente companheiro; aquela coisa assim, de ajudar a arrumar a casa, ajudar a fazer o almoço..." (Arquiteta).

"Eu moro com meu marido e meus filhos. Costumo fazer as tarefas domésticas. Acho que é muito cansativo, depois de trabalhar o dia todo, chegar em casa ter que atender marido, filhos. (...) Eu faço os serviços domésticos por necessidade (...) eu me encaro nessa função quase como uma obrigação prá quem quis entrar nessa vida de casada; já devia saber que tinha de assumir esse tipo de obrigação" (Economista).

Percebemos, então, que uma apropriação do trabalho doméstico como coisa de mulher além de se relacionar diretamente com uma incorporação da ética do cuidado/responsabilidade como perspectiva de orientação do próprio comportamento, pode significar uma maneira de superar um sentimento de incongruência na auto-representação, que as mulheres "casadas/profissionais" utilizam em seu processo de construir-se como indivíduos. Entretanto, como se inserem no interior do entrosamento entre sistema capitalista e a lógica do individualismo, para as mulheres profissionais que vivem com sua família (filhos, marido/companheiro, etc.) a incorporação da obrigatoriedade do trabalho doméstico desse modo naturalizado pode favorecer o estabelecimento de uma vivência contraditória. Aí, as mulheres se dividem entre as exigências culturais

de um modelo profissional e as do modelo de dona-de-casa e consequentemente, com as éticas mais representativas desses respectivos modelos. Além disso, entendemos que essa vivência contraditória pode dificultar, também, a expressão do próprio sentimento de ambiguidade na auto-representação das mulheres "casadas/profissionais":

"Acho que prá uma mulher no Brasil, ser profissional é muito duro, porque ela não substituiu as atividades tradicionais por atividades profissionais modernas. Ela acumulou, e tendo acumulado ela é esgotada, explorada. (...) ela pode ser médica, ficar de plantão uma noite inteira, chegar em casa no dia seguinte e vai ter que dar conta dos filhos, vai ter que cozinhar, vai ter que ir à feira, ao supermercado, vai ter que cuidar do almoço, e ainda vai ter que pagar a conta no banco (...) até mesmo se o marido for médico ele entende que ir pagar a conta não é problema dele é problema dela. (...) Elas estão muito divididas" (Advogada/Empresária).

Além disso, quando a superação dessa situação contraditória é feita através da incorporação do modelo de dona-de-casa pode-se instalar uma nova contradição. Como argumenta Chauí (1985), esse próprio modelo é contraditório, ou seja, expressa-se, ao mesmo tempo, como opressão e dominação. A face opressiva é representada pelas condições socialmente configuradas que determinam funcional e a-historicamente a vinculação do trabalho doméstico à mulher, como uma espécie de extensão de sua própria biologia - ser mulher significa ser mãe que significa cuidar/zelar que significa doar-se como um ser para os outros; trabalho doméstico significa trabalho de doação para o benefício de outros. A face dominadora é representada exatamente pelas consequências engendradas a partir dessa própria natureza opressiva. A definição da mulher como um

ser para os outros traz implícito um significado cultural de ser fonte de vida, de cuidado, de amor, ou seja, a mulher é reconhecida como um ser do qual os outros dependem. A incorporação desse significado pelas mulheres possibilita-lhes a vivência de um sentimento de uma forma de domínio sobre essas pessoas, sentimento esse que precisa, continuamente, ser reconhecido (Chauí, 1985). Assim, entre quem cuida, quem alimenta e quem é cuidado, alimentado estabelecem-se laços de dependência recíproca. Dessa maneira, para as mulheres que se apropriam do modelo de mulher/dona-de-casa a inversão dessa dependência pode significar uma possibilidade para o exercício de poderes sobre aqueles que dependem de seus cuidados, atenção, zelo, orientação, etc. Representa, então, a forma escolhida de resistência na acomodação à ideologia da feminilidade que ao determinar um caráter de subserviência como elemento definidor do gênero feminino, prescreve a forma das relações das mulheres com o poder, ou de acordo com as palavras de Perrot (1988):

"Poder, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente à influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes" (p.167).

Reconhecemos o valor heurístico que se inscreve nessas formulações; entretanto, não encontramos em nenhuma das falas das mulheres deste estudo, qualquer referência que pudesse explicitar uma vivência de um sentimento de domínio sobre outras pessoas de-

corrente de uma vivência, ainda que não exclusiva, com o papel de dona-de-casa.

Entendemos que, em se tratando de mulheres com escolaridade superior e engajadas profissionalmente, têm no mundo profissional, outras dimensões para a construção da subjetividade, não se limitando, exclusivamente, às dimensões do mundo doméstico e às relações de subserviência que aí podem-se estabelecer.

O processo de construção da identidade de gênero expressa por certo, uma vivência associada com relações de poder; mas, ao considerarmos esse poder como estando fundamentado em uma perspectiva ética, entendemos que o posicionamento ético adotado pode atuar como mediação no exercício de relações de poder e, por conseguinte, influenciar o processo de construção de gênero.

Por outro lado, para as mulheres que não associam a obrigatoriedade do trabalho doméstico a uma forma definidora exclusiva do gênero feminino, é possível desenvolver-se a consciência da responsabilidade como uma atribuição compartilhada entre os membros integrantes do mundo doméstico. Consciência essa cujo alcance entendemos ser facilitado pela condição econômica e posição social em que as mulheres se inserem

"(...) administrar significa programar, dividir no tempo (...) dividir entre as pessoas (...) eu nunca me considereei a única responsável pela administração da minha casa, nem pelo cuidado da minha casa; todos moram na casa, todos são responsáveis, na medida de suas capacidades (...) Eu não consigo fazer tudo; eu consigo fazer mais; eu sou de fazer mais onde é mais necessário" (Advogada/Empresária).

Concordamos, certamente, com a idéia de que o trabalho da mulher está presente em todo o espaço doméstico: na comida comprada/processada, na manutenção da casa e das roupas, na gerência do lar, na formação dos filhos e, muitas vezes, no cuidado de outros adultos da família; além daquele que também pode estar presente nas hortas, nas roças, no trato de animais, na costura, etc. Isto revela que a estrutura tradicional da família brasileira centraliza na mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com os filhos, tenha ela ou não uma atividade produtiva fora de casa, ou conforme as palavras de Bruschini e Cavasin (1983, p.22):

"Em todas as famílias são as esposas que se encarregam da maior parte do trabalho doméstico, pois, mesmo quando não executam diretamente as tarefas, seguem sendo as responsáveis pelo bom andamento da rotina da casa".

Mas, a partir das falas das mulheres deste estudo, percebermos, então, que a posição social pode revelar-se como fator significativo ao facilitar o desenvolvimento de estratégias alternativas de resistência a esses mesmos valores que caracterizam uma estrutura familiar tradicional.

Por outro lado, para as mulheres que não vivem com filhos, marido/companheiro, etc., uma outra prática que pode ser exercitada incide em um aspecto que, dificilmente, se faz presente na vida das mulheres que vivem com filhos, marido/companheiro, etc., ou seja, o controle do próprio tempo:

"Às vezes não tenho tempo nem prá mim (...)
O que me chateia são as incomodações, brigas, reações de criança" (Economista).

"A gente procura dividir mas, em casa, eu sou a mãe (...) eu trabalho, mas nunca tem um período fixo, de repente estou de manhã, de repente estou de tarde (...) então, a gente não tem aquele tempo de sentar, conversar (...) os filhos precisam dessa companhia (...) esse tempinho aí me falta; acho até que teria que me dedicar mais a essa parte" (Enfermeira).

Além da divisão sexual do trabalho, a sociedade prescreve também oportunidades diferenciadas de informação, de exercício para auto-determinação, de organização da própria vida, não só entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres, dependendo das condições associadas ao seu estado civil. Assim, a mulher "não casada" não precisa descobrir momentos para si; ela pode fazer o seu momento. Já, para as mulheres "casadas" o lado pessoal tende a se estruturar em função das necessidades de outras pessoas, sem contar as horas do trabalho profissional que, muitas vezes, precisam ser sacrificadas em função de alguma necessidade do mundo doméstico. Além disso, para essas mulheres é mais provável uma vivência de culpabilidade associada a uma ambivalência percebida tanto através das responsabilidades exigidas pelo mundo profissional e mundo doméstico, como através das responsabilidades exigidas pelas perspectivas éticas mais representativas desses espaços respectivos, ou seja, ética da justiça/direito formal e ética do cuidado/responsabilidade, nitidamente evidenciada na fala da Enfermeira.

Entendemos, então, que para as mulheres a articulação entre sentimento de culpa e perspectiva ética pode-se revelar como componente constitutivo da subjetividade, influenciando, portanto, a construção do gênero.

Essas considerações também nos possibilitam entender muitas das vinculações que podem existir entre trabalho doméstico e classe social. Cada classe tem uma espécie de subcultura própria, onde se incluem crenças, valores que a mulher/dona-de-casa deve dominar, uma vez que é socialmente reconhecida como a principal encarregada pela transmissão dessa respectiva visão de mundo a outros membros integrantes do grupo familiar.

Dependendo da posição social que a mulher ocupe e da maneira de se posicionar frente aos valores a ela associados, tanto a própria visão de mundo como a percepção de si aí inserida receberão influências dessas condições, assim como a forma de transmitir as representações decorrentes dessa dinâmica vivenciada.

Assim, as mulheres da classe trabalhadora de nossa sociedade têm nos papéis instrumentais do mundo doméstico os limites para a definição da identidade de gênero (Safa, 1988). Já, as mulheres que possuem melhores condições econômicas como as deste estudo, ainda que não executem materialmente as atividades domésticas de modo integral, e/ou possam permanecer na direção e controle do volume de trabalho produzido em casa, ainda que continuem com a responsabilidade pela educação dos filhos segundo as normas de sua condição social, podem pagar pelos serviços domésticos. Por isso, a figura da trabalhadora doméstica (faxineira, empregada, etc.), normalmente uma mulher da classe popular) assume para essas mulheres, uma importância fundamental. Ainda que não signifique uma liberação total de mulheres com melhores condições econômicas dos encargos domésticos, representa o meio de atender a uma necessidade associada às exigências que se estabelecem a partir de própria condição social. Isto significa que a trabalhadora domés-

tica representa algum tipo de liberação de uma classe de mulheres, às custas da submissão de outra classe de mulheres à natureza instrumental do trabalho doméstico:

"Bem, agora eu estou com faxineira (...) um objeto de luxo (...) facilita, sim, sem dúvida, porque eu faço as coisas que são práticas; então ela me facilita; eu digo que ela é meu anjo da quarta" (Administradora de Empresa).

"Normalmente eu tenho uma empregada que é o que facilita essa parte doméstica, pois me libera de muita coisa desse serviço. (...) nem toda automação em casa é suficiente para me liberar, pois eu continuo tendo que operar as máquinas e muitas outras coisas" (Economista).

Isto significa, então, que uma ampliação das dimensões para a construção da identidade de gênero revela-se associada com a condição econômica e a posição social em quem as mulheres se inserem. Embora não possamos esquecer que, mesmo entre mulheres que pertencem a posições sociais semelhantes, como as mulheres deste estudo, com escolaridade superior e engajamento profissional con-dizente com essa formação, podem ocorrer maneiras diferenciadas de apropriação dos referenciais de gênero. Isto pode significar que condição econômica e posição social não devem ser vistas como determinantes únicos da identidade de gênero, mas condições articuladas com a atuação de um self que se apropria de referenciais simbólicos disponíveis (Benhabib, 1987):

"... eu não gosto de ser doméstica (...) nem quero aprender (...) eu procuro não me envolver" (Engenheira/Empresária).

"meu marido ajuda bastante (...) minha filha mais velha também ajuda (...) mas eu faço tudo" (Enfermeira).

É possível que o engajamento em categorias profissionais socialmente definidas a partir de referências culturais associadas simbolicamente à masculinidade ou feminilidade, tenha alguma relação com a maneira de se apropriar desses referenciais simbólicos. Nesse caso seria confirmada a definição de gênero proposta por Benhabib (1987, p.80):

"O sistema sexo/gênero constitui a grelha na qual (...) o self torna-se um eu na medida em que realiza a apropriação, a partir do que lhe oferece a comunidade humana, de um modo de física, social e simbolicamente vivenciar sua identidade corporal (...) é a grelha através da qual as sociedades e culturas reproduzem indivíduos corporificados".

Da mesma forma estaria confirmada a definição de gênero proposta por Scott (1988, p.141):

"O gênero é um modo primeiro de dar significado às relações de poder".

Além disso podemos entender, também, que o trabalho doméstico pode ter o significado de limite para a construção da mulher enquanto indivíduo participante da esfera pública da sociedade. Ainda que quem o execute possa ter um certo controle sobre seu ritmo, sobre a direção dos movimentos, do tempo e da sequência de ações para executá-lo, uma espécie de subvalorização parece incidir na forma pela qual se estabelecem as relações sociais que o constituem.

O trabalho doméstico, em nossa sociedade, é, por natureza, um trabalho realizado na esfera privada, onde as relações sociais

entre quem o executa e quem dele se beneficia são contraídas a partir da ausência de relações que se abrem para outros contextos mais amplos, isto é, ocorrem num contexto de privacidade de relações (Arendt, 1987).

Certamente, as faxineiras, as empregadas domésticas compreendem bem o significado dessa privacidade quando buscam, durante o trabalho, sintonizar o rádio em programações que, através de um locutor, estabelecem algum tipo de contato com o/a ouvinte. Da mesma forma, muitas donas-de-casa se apropriam desse significado quando se espremem entre as barracas de uma feira para comentar sobre o preço dos produtos e/ou trocar idéias sobre sua utilidade culinária (e que os feirantes e os publicitários mais sensíveis sabem aproveitar comercialmente tais comportamentos). Como igualmente conheciam esse significado as mulheres populares da França do século XIX analisadas por Perrot (1980).

É esse contexto de privacidade que trazendo implicitamente o não reconhecimento social de seus integrantes, representa uma ameaça, sempre presente, de anonimato para quem se define, exclusivamente, a partir do trabalho doméstico.

Essas considerações sobre vivências de mulheres profissionais no mundo doméstico possibilitam-nos compreender as seguintes constatações: a despeito da forma de se apropriar da prescrição social *trabalho doméstico-obrigação feminina*, a despeito de poder contar com a presença de trabalhadoras domésticas, a despeito de precisar realizar algum tipo de encargo doméstico seja para si mesma ou para outros, nenhuma das mulheres entrevistadas afirmou gostar de ver-se como dona-de-casa, vivendo exclusivamente no espaço doméstico. Pois, a percepção do trabalho doméstico como de

menor valor expressa uma restrição a ele associada e mais nitidamente manifestada pelas mulheres "solteiras" deste estudo.

Assim, não querer definir-se a partir do trabalho doméstico pode significar uma forma de resistência à desvalorização de si própria, bem como uma maneira que as mulheres encontram de valorizar esse mesmo trabalho.

Por outro lado, a incorporação da obrigatoriedade do trabalho doméstico de modo inquestionado como coisa de *mulher/dona-de-casa*, além de indicar uma acomodação à ideologia da feminilidade pode contribuir tanto para a contínua desvalorização social desse trabalho, como para a desvalorização de si mesma. O que não acontece com as mulheres deste estudo; ao contrário, suas falas revelam que não percebem o trabalho doméstico como eixo definidor exclusivo da identidade de gênero:

"Eu realmente detesto, não gosto de ter que ser doméstica" (Administradora de Empresa).

"Eu faço os serviços domésticos por necessidade (...) não por gostar" (Economista).

"Já fiz trabalho doméstico e faria no caso de uma necessidade; mas eu costumo não me envolver; não tomo conhecimento (...) Eu não consigo nem me imaginar como doméstica; não gosto e nem quero aprender" (Engenheira/Empresária).

"(...) trabalhar profissionalmente e, depois em casa, é muito desgastante para a mulher (...) divide muito" (Advogada/Empresária).

"(...) eu faço porque preciso; (...) depois de um dia de trabalho, ainda chegar e fazer os serviços em casa (...) é muito sacrifício" (Lojista).

Esses posicionamentos indicam que, ao menos idealmente, existe uma rejeição a um padrão tradicional definidor de mulher - a dona-de-casa. Por que idealmente? Porque em nossa cultura, o papel de dona-de-casa não é escolhido. Ao nascer cada menina já tem à sua espera toda uma série de predeterminações sociais que lhe configuram uma espécie de destino natural traçado a partir de duas coordenadas: masculino-feminino. São esses eixos opostos que integrando a estrutura das sociedades tradicionais, e com base nas diferenças biológicas, definem as perspectivas sociais para a construção das individualidades (Heilborn, 1991).

É socialmente esperado que a menina de hoje seja a dona-de-casa de amanhã; e para isso diferentes estratégias culturais são empreendidas para impedi-la de escapar dessa predestinação. Desde brincadeiras e brinquedos, passando pelas roupas e normas de comportamento, vão-se estruturando prolongados ensaios que antecedem sua estréia no mundo adulto. Mas, sempre a partir das duas coordenadas vão-se também configurando padrões recompostos de novos Ulisses e novas Penélopes, ou seja, ao menino a rua, à menina a casa; ao homem o mundo, à mulher o lar.

Rua/casa, mundo/lar, polaridades antagônicas, mas complementares, desde que conservem um caráter hierarquizado que define socialmente os pólos da rua/mundo como superiores.

Essas imagens, por sua vez, vão ganhando novas roupagens procurando atualizar os referenciais de gênero que simbolizam; repetem-se em inúmeras ilustrações de muitos livros infantis, didáticos: a mulher-mãe dedicada aos serviços da casa e aos cuidados com os filhos. Ou, se ocupam outras posições aparecem nas "ocupações femininas", socialmente desvalorizadas. Há sempre, uma

família-modelo: pai, mãe, dois filhos: um menino e uma menina: às vezes, um bebê. Mãe em meio à compras, panelas, filhos e flores. Nela o pai é o chefe, o dono, quem trabalha. O homem faz, a mulher olha e espera; deve-se ocupar com pequenos problemas, atividades rotineiras que pouco ajudam a desenvolver sua personalidade. O mundo da produção, das artes, da ciência, das lutas políticas é assunto prá homem; mulher não deve se interessar por ele. Assim, nessas representações o importante é que as atividades e os papéis sociais sejam ocupados naturalmente conforme as características biológicas que definem indivíduos masculinos e indivíduos femininos. Essa mesma visão constrói também uma galeria de personagens ilustres, dando a impressão que até mesmo nossa História é unicamente obra de alguns grandes homens. Procura mostrar igualmente que nossa Pátria, mãe gentil, só possui filhos viris, esbeltos infantes compondo uma raça varonil.

Em suma, a possibilidade de construir-se como indivíduo socialmente reconhecido é condicionada à inserção no espaço público, através de um trabalho aí realizado, sob determinadas condições de uma organização social dada.

Ora, nessa perspectiva, as condições de trabalho da dona-de-casa sejam em termos de jornada, de ritmo, de qualificação requerida, de recompensas, etc., qualificam-no econômica e culturalmente como não-trabalho; seu fundamento é uma visão naturalizada que, ao vê-lo como algo inerente à fisiologia feminina, supõe-no uma habilidade naturalmente adquirida e não uma produção cultural. Produção essa cujas formações discursivas traduzem a essência das formações ideológicas que as sustentam, isto é, prescreve que a mulher/dona-de-casa está moralmente destinada a ser exclu-

sivamente para os outros e através dos outros, não podendo ser ela mesma fora dos outros (Duran, 1983).

Certamente que a recusa a uma predeterminação social dessa amplitude só é possível para aquelas mulheres que podem buscar além do mundo doméstico, outras dimensões para a construção da subjetividade, como ocorre com as mulheres deste estudo. Ao mesmo tempo, essa recusa já revela também, uma incorporação de um outro padrão: - mulher que trabalha - que se expressa pela integração de modelos - mulher que trabalha em casa/fora de casa, ainda que signifique para muitas mulheres um aumento na jornada de trabalho.

Entendemos, portanto, que a possibilidade de vivenciar essa dinâmica representa para as mulheres uma forma de valorização de si mesmas ao elegerem o trabalho profissional remunerado extraluar como eixo de construção da subjetividade.

Essa representação do trabalho que expressam as mulheres deste estudo permite-nos entender, através de uma leitura tridimensional, que a percepção do tradicional referencial cartesiano de gênero foi modificada.

Assim, a busca, a preparação para uma profissão qualificada através de uma escolaridade universitária, juntamente com o engajamento profissional condizente com essa formação possibilita que as mulheres percebam-se também, como seres com os outros.

Como já dissemos anteriormente, essa percepção de si, articulando vários fatores como condição econômica, posição social, atuação de um sujeito concreto, significa que essas mulheres, ao elegerem o engajamento profissional como um vetor para a construção de sua subjetividade, imprimem uma outra orientação moral às

predeterminações sociais que as definem, exclusivamente, como seres para os outros, a partir das relações que se estabelecem no espaço doméstico.

Esse "querer ser também, com os outros" que depreendemos de suas falas não significa eliminar a dimensão de ser para os outros; percebemos que o que buscam eliminar é a condição de exclusividade associada a essa dimensão.

Ser com os outros significa querer construir-se a partir de dimensões sociais que reconheçam formalmente as individualidades. Mas, para que tal reconhecimento se efetive são necessários princípios morais universalistas que pressupõem a igualdade, autonomia, liberdade, dignidade, reciprocidade como prerrogativas formais de todo indivíduo. Refletem normas jurídico-formais estabelecidas socialmente para a viabilização dessas prerrogativas que se expressam através da ética da justiça/direito formal, traduzindo, então, a perspectiva do outro generalizado (Benhabib, 1987).

Ser com os outros, além de incluir a possibilidade de ser também para si, significa, então, que essas mulheres querem construir-se como indivíduos a partir da perspectiva da ética formal/outro generalizado. Enquanto essa perspectiva ética orienta moralmente a conduta dos indivíduos através de normas de igualdade e reciprocidade formal, a perspectiva da ética do cuidado/responsabilidade, mais representativa das relações que se estabelecem no mundo doméstico, orienta através de normas de igualdade e reciprocidade complementar, como já detalhamos anteriormente.

Conforme indica Benhabib (1987), de acordo com as teorias morais universalistas, reciprocidade moral implica a capacidade

de colocar-se, idealmente, no lugar do outro, onde esse outro como diferente desaparece. Assim, ao definir o outro enquanto outro generalizado, essa perspectiva supõe o self como um puro agente racional cujos julgamentos poderiam ser aceitos por todos e em todos os lugares e em todos os tempos.

Para a perspectiva do outro concreto reciprocidade moral não significa colocar-se hipoteticamente, no lugar do outro, mas implica uma situação de diálogo entre agentes morais concretos.

Em seus estudos sobre desenvolvimento moral, Gilligan (1982) indica que as mulheres expressam julgamentos morais de uma forma mais contextualizada, mais relacionados com detalhes e se revelam muito propensas à reciprocidade mostrando-se bastante aptas para manifestar sentimentos de empatia e simpatia aí envolvidos. Entende, então, essa autora que tais características representam uma visão de maturidade moral onde o self é considerado um ser imerso em uma rede de relações com outros concretos. É a perspectiva orientada pela ética do cuidado/responsabilidade que envolve o comportamento moral das mulheres.

Assim, ao elegerem o engajamento profissional, o trabalho socialmente relacionado ao contexto público, como um eixo de construção da subjetividade, as mulheres deste estudo revelam uma tendência para orientar o processo de construção da identidade de gênero articulada, também, com as relações que se estabelecem nesse espaço público. E, como já dissemos, tratam-se de relações fundamentadas, prioritariamente, em uma moral universalista que se expressa pela perspectiva ética do outro generalizado e que reconhece social e formalmente as individualidades.

Então, para essas mulheres, essa forma de trabalho possibilita, principalmente, que ao se perceberem como pessoas participantes da vida produtiva não precisam continuar sendo definidas exclusivamente pela função de reprodução que caracteriza as rotinas domésticas despessoalizantes. E é esse o caráter que as mulheres deste estudo imprimem ao trabalho doméstico, ou seja, apesar de todas as exigências que o constituem, é visto pelas próprias mulheres como um trabalho de menor valor se comparado com o trabalho que exercem no mundo profissional.

Além disso, ainda que o mundo doméstico seja por elas percebido como um espaço de relações fraternas, como um ambiente de aconchego, calor humano, descontração conforme caracterização de Da Matta (1987), para as mulheres profissionais como as integrantes deste estudo representa um complemento ao mundo profissional; mundo este que se expressa como referência para as outras relações, ou seja: o mundo profissional torna-se espaço capaz de forjar a identidade, possibilita experiência de integração do self e conseqüentemente, uma vivência concreta de reciprocidade:

"(...) em casa eu estou mais relaxada, mais à vontade, e na loja não; na loja a gente tem que ter uma certa postura, de passar isso para os funcionários, para os fregueses de que tu és uma pessoa responsável, que eles podem confiar em ti. (...) O tipo de trabalho é diferente: no meu serviço eu sou remunerada e na minha casa não; eu faço em casa (...) o mesmo trabalho todos os dias e ninguém reconhece (...) na sociedade sou reconhecida, porque sou uma profissional, na minha casa não sou reconhecida pelo trabalho que faço. Então, prá mim, é claro que é mais gratificante a vida profissional, porque na minha vida profissional tem coisas que eu conquisto e me realizo; (...) na minha casa ninguém vê o meu trabalho; até acho que pensam que eu não tenho casa" (Lojista).

"(...) o trabalho tem que ser vida, tem que ser uma experiência de tal modo integrada que não haja discrepância, não seja estanque. Agora sou mãe, daqui a pouco sou funcionária, daqui a pouco sou advogada (...) acho que a pessoa é uma, o que ela faz é que pode ser diferente" (Advogada/Empresária)

"Acho que o profissional não deixa de ser uma continuidade da vida doméstica (...) por exemplo, se eu não conseguir me organizar em casa, se eu não conseguir me administrar dentro do meu espaço (...) vou projetar isso no meu trabalho (...) se você não tem disciplina nesse lado pessoal não tem jeito no lado profissional" (Administradora de Empresa).

Entretanto, um exame de outros recortes das falas dessas mulheres pode revelar a relação articulada que estabelecem em suas vivências no mundo profissional e no mundo doméstico:

"Eu realmente detesto ser doméstica (...) mas, prá mim é um prazer estar numa casa limpinha, cheirosa (...) é um ambiente de descontração (...) bom de estar com os amigos (...) é realmete muito agradável (...) eu gosto muito da minha casa (...) como gosto muito do meu trabalho" (Administradora de Empresa)

"(...) eu sou muito integradora (...) minha casa, minha família (...) meu trabalho (...) são coisas muito importantes" (Advogada/Empresária).

"(...) eu gosto da minha casa (...) cuidar das minhas coisas (...) na minha casa eu posso estar mais à vontade, mais relaxada" (Lojista).

"(...) eu não conseguiria ficar só em um: nem só em casa, nem só enfermeira (...) os dois prá mim são muito importantes (...) eu adoro estar com minha família, meu marido, meus filhos" (Enfermeira).

Se a rejeição às limitações contidas no trabalho doméstico pode ser um sentimento partilhado por todas as mulheres, uma recusa/superação desses limites mostra-se articulada com a posição

social em que as mulheres se inserem.

Assim, essa recusa/superação revela uma contradição engendrada no interior do próprio sistema capitalista, ou seja, para se manter depende, dentre outras coisas, da eficácia da ideologia da feminilidade que procura estimular a permanência das mulheres no lar e, ao mesmo tempo, do avanço tecnológico para ampliar os limites desse próprio sistema. Esse avanço tecnológico ao produzir, por exemplo, novos equipamentos eletro-eletrônicos para facilitar a vida doméstica, possibilitando para determinadas mulheres uma certa liberação dos encargos domésticos, favorece-lhes a inserção no espaço produtivo, cuja organização reflete muitas discriminações às mulheres, principalmente às que têm filhos, às de pouca instrução, etc (Bruschini, 1987).

Dessa maneira, a justaposição de acomodação/resistência à ideologia da feminilidade para as mulheres que exercem uma profissão expressa-se como uma roda-vida de realizações/aspirações: para essas mulheres uma gradação da liberação das rotinas domésticas articula-se tanto com a presença de trabalhadoras domésticas como com a produção tecnológica da sociedade, cujos produtos/serviços requerem condições econômicas cada vez melhores para serem adquiridos. Daí a importância de uma profissão qualificada para as mulheres e que, em nossa sociedade, associa-se a uma escolaridade superior, apesar de um desprestígio social ligado a certas ocupações femininas como indicam Rosemberg e Pinto (1985), e percebido por algumas das mulheres deste estudo que nelas se incluem, como a Enfermeira e a Assistente Social.

Certamente, as rotinas que abrangem o trabalho doméstico fazem-no uma atividade reprodutiva, repetitiva, pois através dele

e, geralmente, de uma mulher, valores de uso são criados e subsistem. Por essa razão essa forma de trabalho tem-se expressado na maioria dos estudos feministas de nossa realidade através de uma articulação com a questão da subordinação feminina (Saffioti, 1984; Sarti, 1985).

Tudo isso nos leva a entender que tais estudos representam um enorme avanço teórico a respeito da compreensão da condição das mulheres em nossa sociedade. É assim que muitas indagações dirigidas ao entendimento da participação da mulher na sociedade receberam várias respostas, como indica Bruschini (1985). A primeira se refere à necessidade de uma redefinição do conceito de trabalho. Seja do ponto de vista teórico ou do ponto de vista operacional, torna-se necessária uma ampliação desse conceito a fim de serem por ele abrangidas muitas das tarefas que habitam o cotidiano das mulheres, como o de tantas pessoas na sociedade.

Nas investigações sobre trabalho não bastam as respostas sobre *quem trabalha* mas, principalmente, procurar e querer saber sobre *quem faz o que*.

Outro aspecto evidencia a forma de se considerar quem é um/a trabalhador/a, mostrando que não se trata apenas de uma categoria analítica ou profissional mas, especialmente, de um ser humano, cujas peculiaridades biológicas, pessoais, familiares e sociais orientam e podem definir sua maneira de participação na esfera produtiva. Neste aspecto é importante ressaltarmos que muito mais que os homens, essa participação por parte da mulher pode ser facilitada/dificultada em consequência dessas peculiaridades, isto é: idade, estado civil, escolarização, número e idade dos filhos, localização urbana ou rural, etc.

Outro questionamento diz respeito especificamente, à participação da mulher na produção social, cuja explicitação precisa levar em conta a posição dessa mulher na família, assim como seu estado civil e a classe social onde se insere.

Por outro lado, a análise dessas falas provenientes de mulheres com escolaridade superior e engajadas profissionalmente permite-nos entender que a despeito de todas as possíveis limitações associadas ao trabalho doméstico, o mundo da casa é positivamente valorizado por elas, ou seja: para essas mulheres o mundo da casa é percebido como um contexto de relações cuja natureza de descontração, informalidade, fraternidade possibilita-lhes uma experiência de reciprocidade com outros concretos favorecendo-lhes uma integração com o mundo profissional.

Certamente, tal perspectiva articula-se com a condição de classe e condição civil onde se inserem essas mulheres. Mas, permitem-nos entender que existem, também, outras articulações. Assim, por exemplo, para a maioria das mulheres da classe trabalhadora de nossa sociedade, o mundo doméstico constitui-se como um espaço de relações sociais onde as referências de gênero atuam de forma hierarquizada, favorecendo experiências opressivas como mostram diversos estudos (Duran, 1983; Sarti, 1989; Viezzer, 1989; Scott, 1990; Garcia Castro, 1991, dentre outros).

Para as mulheres que possuem escolaridade universitária e se identificam como profissionais, o mundo doméstico não é visto como esfera de opressão. Ao contrário, é percebido como um espaço de descontração, de informalidade, de trocas intersubjetivas no plano da fraternidade, da camaradagem, do respeito, da consideração, do afeto. Em suma, um ambiente de hospitalidade, de calor

humano que é percebido como espaço para recomposição de forças investidas no mundo profissional, ou seja, o mundo da casa tal como o caracteriza Da Matta (1987, p.58):

"Um santuário, mais que um local de lutas e discórdias. Um ninho, mais do que uma fábrica (...). Um espaço infenso ao tempo linear, onde as coisas lá de fora, do mundo e da rua não atingem com seus novos valores de individualização e subversão, a sua velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e sangue".

Para essas mulheres o mundo doméstico é percebido, então, como complemento do mundo profissional e não como referencial exclusivo para a definição de sua identidade; ainda que, geralmente, também precisam se envolver com um possível anonimato associado às tarefas domésticas. É esse caráter não definitivo da vinculação às tarefas domésticas junto à perspectiva de definitivo vinculada ao mundo profissional que lhes permite perceber o trabalho profissional, também, como possibilidade de articulação entre o mundo da casa e o mundo da rua.

Por outro lado, confirmando a articulação com classe e estado civil, as relações que se estabelecem no mundo doméstico dessas mulheres fundamentam-se muito mais em um princípio de reciprocidade do que em um princípio de hierarquia; diferente, portanto, das mulheres da classe popular, para quem as relações fundamentadas no princípio da hierarquia, delimitando a autoridade masculina sobre o mundo doméstico, atuam como referência básica na construção da identidade feminina (Sarti, 1989); além disso, acrescentam às atribuições do chefe de família o papel de articulador entre o mundo da casa e o mundo da rua (Scott, 1990).

Isto significa, então, que para as mulheres possuidoras de condições semelhantes às das mulheres deste estudo, as vivências no mundo doméstico revelam uma articulação entre perspectivas éticas, onde existe uma complementariedade entre ética formal e ética do cuidado caracterizando o comportamento moral das mulheres e influenciando, portanto, a construção de sua subjetividade, é indicadora da força e maturidade moral das mulheres e não um sinal de fraqueza ou deficiência como nos alerta Gilligan (1982). Características essas que, certamente, se incluem na identidade de gênero, mas que para a moral universalista não são consideradas como definidoras de uma individualidade social e formalmente reconhecida (Benhabib, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises realizadas neste estudo podemos entender, a partir das falas dos sujeitos dele participantes, que essas mulheres que possuem escolaridade universitária e engajamento profissional compatível, são mulheres que se entendem como profissionais e que buscaram essa qualificação. São mulheres que tiveram várias oportunidades para aceitar/recusar diversos valores vivenciados através de diferentes relações sociais no contexto familiar, no contexto de escolarização, no mundo profissional e no mundo doméstico.

Conforme indicam Benhabib (1987), Scott (1988), Bourdieu (1990) e Heilborn (1991) tais valores expressando-se em visões de mundo são perpassados por referências simbólicas de gênero polarizadas/hierarquizadas que influenciam o processo de construção da identidade de gênero das pessoas, um aspecto decisivo da identidade social.

Atuam, então, como códigos sinalizadores nos modos de filiação à organização social onde se inserem essas pessoas. Entende-

mos que esses códigos constituem-se em referenciais dinâmicos criados pela ação humana em diferentes contextos de necessidades, desenvolvimentos, especificidades e determinações. Não podem ser vistos, portanto, como configurações monolíticas e solidamente concluídas, e nem limitados às determinações econômicas e à classe social. Pensamos que é mais prudente considerá-los como um conjunto de significados cuja plasticidade faz revelar uma natureza dinâmica, onde diferentes forças podem se sobrepor, reforçar-se mutuamente ou mesmo colidir entre si. Assim, esses referenciais podem tanto submeter as pessoas a uma ordem social determinada como qualificá-las para a ação e para a mudança dessa mesma ordem.

Assim, para as mulheres tais referenciais traduzem-se como uma espécie de ideário da feminilidade entrecortando suas vivências nos diferentes espaços de relações sociais.

Esse ideário, enquanto referencial simbólico aglutina aspectos da simbologia cultural, de normatizações, da organização social através de uma representação binária e hierárquica de gênero. Nessa forma de representação o sentido diferenciado de homem e mulher mostra-se culturalmente estabelecido de modo hierárquico a partir de diferenças biológicas, como indicam Benhabib (1987), Scott (1988), Bourdieu (1990) e Heilborn (1991)

O papel de indivíduo representando o aspecto universal, abstrato associa-se a papéis sociais masculinos como mostra Fraser (1987). Entendemos que esses códigos referem-se, respectivamente, ao ponto de vista do outro generalizado e ao ponto de vista do outro concreto (Benhabib, 1987). Entretanto, ainda que essas perspectivas éticas sejam complementares e não antagônicas, o re-

conhecimento formal, oficial de indivíduo/cidadão é ancorado na moral universalista, isto é, a partir da perspectiva do outro generalizado. Assim, a moral do individualismo interacionista que expressa a perspectiva do outro concreto é a moral velada, não institucional e não fundamenta, portanto, o reconhecimento formal do papel de indivíduo/cidadão. Isto espelha, também, nossa própria cultura onde um arranjo entre uma configuração social tradicional e uma configuração social moderna indica o mundo da rua como espaço para a construção de uma identidade masculina e o mundo da casa para a construção de uma identidade feminina. Traduzem, portanto, referências culturalmente preestabelecidas para a construção da identidade social das pessoas que aí se inserem.

Indivíduo é o que se rege, se orienta, portanto, pelas pre-determinações normativas, isto é, referências jurídico-formais universais pertencentes ao espaço público, ao mundo da rua, que reconhecem/confirmam socialmente o papel de indivíduo/cidadão, uma qualificação masculina.

As análises realizadas permitiram-nos encontrar a presença desses referenciais de gênero nas três esferas de relações sociais focalizadas neste estudo, ou seja, espaço da busca de escolaridade superior, espaço profissional e espaço doméstico

Assim, tanto a procura de qualificação como o engajamento profissional por essas mulheres, são indicadores de uma busca de inserção em um lugar social diferente daquele apontado pelas pre-determinações normativas, ou seja, o mundo doméstico.

As falas dessas mulheres revelam vivências de situações contraditórias onde as relações de gênero se mostram encobertas por predeterminações culturais que indicam o que é um comportamento

apropriado para uma mulher, bem como quais os meios apropriados para alcance de um reconhecimento público, formal da individualidade das pessoas. Suas vivências frente a essas situações contraditórias indicam maneiras diferenciadas de posicionamento frente a uma perspectiva da feminilidade, assim como à influência exercida por padrões de gênero percebidos como significativos em suas escolhas e decisões.

As respostas de todas as mulheres deste estudo indicam que a busca de formação superior possibilita-lhes o alcance de uma condição de independência, de garantia da própria subsistência. Isso significa que entendem a possibilidade de exercício de uma profissão apesar da presença de certos componentes culturalmente preestabelecidos a se incluir no cotidiano de todas as mulheres, como marido, filhos, responsabilidades domésticas, etc. Entendemos que tais posições refletem diversos valores ligados à classe social que apontam a formação superior para as mulheres como uma forma de autodesenvolvimento, mas também, como um meio de ascensão social. O exame das falas dos sujeitos deste estudo permitiu-nos entender, também, que a motivação para o estudo mostra-se associada a uma possibilidade de mobilidade social. Entretanto, essa não parece significar apenas ascensão social conseguida através de títulos ou empregos. No caso das mulheres associa-se, também, a uma busca de reconhecimento ou aprovação social; isto significa procurar, por meio do estudo, inscrever-se no espaço como representante de si mesma e poder falar de um determinado lugar social diferente do mundo doméstico.

Percebemos, também, que a própria busca de escolaridade universitária pode evidenciar modos diferenciados de acomodação/re-

sistência a valores generizados; seja através de um encaminhamento para cursos superiores que oferecem preparação para uma atuação em universos profissionais culturalmente considerados como de expressão masculina ou feminina; seja pelos motivos que expressam para justificar a busca dessa formação. O que se evidenciou como forma de resistência à perspectiva da feminilidade são os seguintes posicionamentos: rejeição a ocupações tipicamente femininas, rejeição aos padrões femininos associados ao mundo doméstico, recusa a condições econômico-sociais vivenciadas recusa a condições de dependência, notadamente, econômicas. Encontramos, também, evidências de acomodação à perspectiva da feminilidade que podem-se traduzir pelos seguintes posicionamentos: aceitação do estatuto das ocupações definidas socialmente como femininas, aceitação dos padrões culturais femininos associados ao mundo doméstico. Como já indicamos anteriormente, entendemos que essas formas de apropriação da perspectiva da feminilidade indicam diferentes incorporações de valores historicamente produzidos e que, em nossa realidade, associam ao homem atributos de comando, independência, superioridade, como nitidamente opostos aos atributos femininos representados pela dependência, passividade, submissão. Dessa forma, as justificativas para a busca de formação superior que os sujeitos deste estudo apresentam, além de mostrarem suas respectivas posições sociais, representam a maneira encontrada para definirem-se socialmente, isto é, enquanto integrantes do espaço público, como indivíduos que buscam reconhecimento formal dessa individualidade. Verificamos, também, que tanto a busca como o encaminhamento para determinado curso superior mostram-se entrecortados pela influência de padrões comportamentais associados

com pessoas por elas percebidas como significativas. Assim, alianças, ainda que simbólicas com modelos masculinos revelam que tais escolhas expressam o entendimento de uma associação entre alcance de independência, autonomia e esses padrões. Por outro lado, alianças com modelos femininos expressam uma valorização de atributos que definem a mulher, prioritariamente, como esposa/mãe/dona-de-casa. Além disso, tais escolhas são, também, indicadores da maneira de valorizar o próprio trabalho e a si própria. O que aí se prioriza é a necessidade de procurar atender, em primeiro lugar, às necessidades de outras pessoas que se revelam como componentes fundamentais em torno dos quais a identidade se constrói. Tais referências são mais evidenciadas nas falas da Assistente Social e da Enfermeira.

Essas atitudes de acomodação/resistência indicam então, maneiras distintas de incorporação desses valores generizados enquanto componentes constitutivos da individualidade.

Entendemos que para as mulheres deste estudo, formação superior significa a possibilidade de preparação para inserção em um espaço social diferente, portanto, daquele preestabelecido por determinações culturais. Certamente, a articulação entre valores representativos de uma posição social, de expectativas familiares, ou expressivos de alianças simbólicas com padrões comportamentais mostra-se constitutiva da representação de gênero que se explicita em suas falas. Entendemos que essa representação envolve valores relacionados tanto com a perspectiva moral universalista como com a perspectiva interacionista. Uma articulação entre ética formal e ética do cuidado emergindo do processo de busca de formação superior empreendido por essas mulheres.

O engajamento no mundo profissional representa para essas mulheres a possibilidade de realizar através dele, uma intermediação entre mundo da casa e mundo da rua, entre doméstico e público, independentemente da figura masculina. Possibilidade essa que difere das opções das mulheres da classe trabalhadora, indicando dessa maneira o entrelaçamento entre classe e gênero, como propõe Kergoat (1987).

Essa intermediação se explicita nas falas das mulheres deste estudo, através do que apontam como razões para trabalhar, ou seja: garantir a própria subsistência, alcançar independência econômica, realização pessoal, possibilitar o extravazamento do próprio potencial criativo, o crescimento pessoal, não ficar dentro de casa, aproveitar a capacitação adquirida através da formação superior.

Consideramos que essas justificativas podem mostrar a forma pela qual essas mulheres percebem a relação do trabalho com a construção da individualidade, ou seja, o trabalho é percebido como um eixo significativo na construção da própria identidade. Dessa maneira, para as mulheres deste estudo não se refere apenas à busca de satisfação de necessidades básicas de subsistência. A perspectiva de construir a própria identidade ultrapassando os limites do mundo doméstico pode significar uma tentativa de concretização do reconhecimento das competências profissionais adquiridas, assim como a possibilidade de gerenciar a própria vida. Esse posicionamento pode traduzir, também, uma recusa em ser definida, exclusivamente, a partir da função biológica de reprodução; querem construir-se enquanto mulheres, também, a partir de relações contraídas no contexto público, espaço socialmente iden-

tificado como produtivo. Uma independência econômica associada ao exercício profissional nesse contexto revela, também, que essas mulheres percebem a associação entre status social e auto-avaliação.

Verificamos, então, que uma percepção positiva de si mesma revela-se mais expressiva nas mulheres engajadas em universos profissionais masculinos. Essa mesma expressividade não encontramos associadas às mulheres que se engajam em universos profissionais femininos; em algumas percebemos, inclusive, uma certa auto-depreciação.

Consideramos que esses modos diferenciados de autoapreciação podem-se associar com as próprias predeterminações culturais, onde uma dicotomia hierarquizada dos padrões de gênero imprime nos papéis sociais uma valorização dos papéis e ocupações masculinas, através de uma série de exigências para qualificá-los e reconhecê-los socialmente (conhecimento técnico, profissionalismo, competência) sem uma exigência similar correspondente aos papéis e ocupações femininas.

Entendemos que tais exigências associam-se aos meios culturalmente estabelecidos para o alcance de um reconhecimento público, formal da individualidade, que por sua vez, fundamentam-se moralmente, na "perspectiva do outro generalizado" (Benhabib, 1987). Esse fundamento influencia, portanto, a constituição da subjetividade diferentemente para homens e mulheres.

Quanto à discriminação da mulher no campo profissional as falas dos sujeitos deste estudo mostram que reconhecem como formas mais comuns a discriminação salarial, a discriminação no acesso a um emprego, discriminação por competência, discriminação

associada a modelos sociais. Esse reconhecimento indica, em primeiro lugar, que essas e outras de discriminações contra a mulher inscrevem-se na própria organização social, onde a configuração do mercado de trabalho mostra-se entrecortada por relações articuladas de gênero/poder, como indica Scott (1988). Além disso, os discursos das mulheres deste estudo sugerem-nos que essa articulação pode revelar a representação antagônica do binômio autonomia/cuidado com suas derivações morais respectivas que se inscreve na subjetividade dos indivíduos, como indica Benhabib (1987). Entretanto, o fato de as mulheres deste estudo terem consciência de diversas formas de discriminação contra a mulher no mundo profissional não implica, porém, na proposição de formas coletivas de transformação dessa situação. Esse silêncio, por sua vez, pode ser indicador de uma consciência de gênero (Lavinias, 1989) ainda em construção, assim como de uma percepção sintonizada com um discurso cotidiano que tende a ver na valorização associada às ocupações e aos padrões masculinos uma confirmação da possibilidade de exercício de relações articuladas de gênero e poder no mundo profissional, bem como de uma aceitação da desvalorização da mulher e seu trabalho. Porém, entendemos que a busca de inserção no espaço público através de um trabalho remunerado e, em especial, o engajamento em ocupações tipicamente masculinas, representam estratégias singulares de resistência às predeterminações culturais e de afirmação de uma igualdade fundamental do homem e da mulher no que se refere à justiça e ao direito (ética universalista), bem como expressão de uma conquista de um espaço que também pertence às mulheres.

Verificamos também, que em relação à hierarquia no contexto profissional, todas as mulheres manifestam uma aceitação e um reconhecimento de sua importância. Entretanto, a maneira de lidar com as relações hierárquicas mostra-se diferente conforme a posição que as mulheres ocupam no controle do processo de trabalho. Nas falas das que são empregadoras podemos perceber, à primeira vista, uma ênfase nas relações de caráter humanitário, familiar, preocupação com o bem-estar dos subordinados. Atitudes que caracterizam comportamentos orientados por uma "ética do cuidado/responsabilidade" (Gilligan, 1982). Para as mulheres que não se encontram nessa posição a ênfase recai nas relações formais, indicando uma orientação pela "ética da justiça/direito formal" (Gilligan, 1982).

Consideramos então, que para as empregadoras a hierarquia representa um instrumento para manutenção do reconhecimento formal da individualidade já alcançado pela posição que ocupam no mundo profissional. E, para as que não são empregadoras, não detendo o controle do processo de trabalho, as relações hierárquicas representam um instrumento para alcance desse reconhecimento formal da individualidade.

Mas, independentemente da posição no mundo profissional verificamos que perpassa em todas as falas relacionadas com esse contexto uma tentativa de valorizar igualmente o profissionalismo, competência, conhecimento técnico, responsabilidade, respeito mútuo, diálogo, percebidos como constitutivos das relações profissionais e, portanto, de um padrão profissional idealizado e comum para homens e mulheres.

Consideramos que esse comportamento pode indicar uma certa resistência ao modelo de trabalhador proposto nas sociedades contemporâneas (Enguita, 1989). Mas, revela também uma incorporação articulada da "perspectiva do outro generalizado" e da "perspectiva do outro concreto" enquanto fundamentos éticos na construção da própria individualidade.

Essa mesma articulação entre duas perspectivas éticas encontramos, também, nas falas relacionadas com satisfação profissional. O que nos permite compreender que o original é como essas éticas se relacionam e convivem na subjetividade feminina, através de uma síntese existencial, provavelmente facilitada por uma vivência simultânea no espaço público e no mundo doméstico.

Com relação a esse último as falas com ele relacionadas revelam que nenhuma das entrevistadas gosta de ver-se como dona-de-casa, vivendo, exclusivamente, no mundo doméstico; não percebem, pois, o trabalho doméstico como eixo definidor exclusivo da identidade de gênero. Mostram, também, que se comparado com o trabalho que exercem no mundo profissional, o trabalho doméstico é visto como possuindo menor valor. Além disso, ainda que o mundo doméstico seja por elas percebido como um espaço de relações fraternas, de reciprocidade é apontado como um complemento ao mundo profissional, que por sua vez, se mostra como referência para as demais relações. O mundo profissional torna-se assim, um espaço de relações capaz de forjar a identidade, de possibilitar experiências de integração do self. Entretanto, nenhuma das falas revela a percepção do mundo doméstico como espaço de relações opressivas, explicitando dessa maneira, uma articulação entre gênero e classe social.

Entretanto, mesmo elegendo o "mundo da rua" o mundo profissional, como espaço privilegiado para a construção da identidade, e podendo contar com diversos recursos para facilitar o andamento do "mundo da casa", ainda assim precisam encarar as rotinas domésticas em várias ocasiões.

Se o mundo doméstico não lhes é opressivo, muitas atividades que se engendram em seu interior podem produzir situações opressivas, como, por exemplo, as decorrentes da própria natureza do trabalho doméstico, conforme já indicamos anteriormente.

É essa convivência simultânea no mundo profissional e no mundo doméstico que nos permite entender também, que o processo de construção da identidade de gênero para essas mulheres, sendo perpassado por situações contraditórias revela-se como um processo caracterizado pela tensão que se produz a partir de ambiguidades vivenciadas.

Entendemos que tais características expressas nas falas das mulheres deste estudo constituem-se em perspectivas/estratégias, a partir das quais se posicionam socialmente na tarefa de construir-se enquanto gênero.

Buscando uma conexão com o conjunto de referências teóricas integrantes deste estudo, podemos dizer, também, que a representação de gênero dos sujeitos dele integrantes possui outros componentes, além dessas características citadas acima. Podemos dizer, então, que as mulheres integrantes deste estudo constituem-se como sujeitos historicamente produzidos no interior de uma moldura cultural que em nossa sociedade, como todas as sociedades latinoamericanas, expressa um arranjo entre o tradicional e o moderno, que por sua vez expressa uma convivência entre uma ética

universalista e uma ética interacionista. Esse arranjo traduz uma maneira de filiação social diferenciada para homens e mulheres em que se justapõem princípios de hierarquia e princípios de igualitarismo enquanto vetores dessas respectivas configurações sociais (Da Matta, 1987; Heilborn, 1991).

Traduzindo, portanto, a configuração dinâmica da sociedade que a produz, podemos dizer que a identidade de gênero, além das características acima apontadas, pode abrigar outros componentes. Constrói-se a partir de uma articulação entre acomodação/resistência aos códigos morais universalistas e os códigos morais interacionistas estabelecidos nos diferentes discursos de gênero culturalmente produzidos/veiculados. Significa uma articulação constitutiva da individualidade expressando uma convivência de duas orientações éticas integradas, isto é, perspectiva do outro generalizado e perspectiva do outro concreto.

Portanto, no projeto de tornar-se mulher para essas mulheres inscreve-se uma busca de reconhecimento formal e concreto da individualidade, indicando que essa possibilidade não se esgota nos limites do mundo doméstico.

Dessa maneira, para as mulheres que possuem escolaridade superior e profissionalmente engajadas, tanto a busca/alcance dessa formação como a busca de inserção/exercício no mundo profissional significam que escolaridade universitária e engajamento profissional, enquanto expressões do espaço público, do mundo da rua, caracterizam-se como mediações ao alcance da individualidade, cuja concretização revela-se entrecortada pela complementaridade das relações vivenciadas no espaço privado, no mundo doméstico/mundo da casa.

Entendemos que essa tentativa de convivência com duas perspectivas éticas não deve ser vista como manifestação de duas moralidades. Ao incorporar a perspectiva do outro concreto as mulheres estariam, na realidade, buscando ampliar a profundidade do significado da própria moral universalista, ou seja, concretizar o ideal de universalismo moral possibilitando que categorias universalistas da justiça, direito, igualdade, liberdade, dignidade, autonomia tornem-se capazes de constituir indivíduos na concreticidade da própria existência.

Teoricamente, o outro concreto não deve ser visto como um conceito prescritivo, mas referindo-se a um conceito crítico que aponta os limites ideológicos do discurso universalista, como indica Benhabib (1987). Isto pode ser evidenciado, principalmente, a partir dos estudos de Gilligan (1982), como do esforço de Kohlberg (1984) tanto no sentido de ampliar o domínio da teoria moral incluindo nela relações do outro concreto, como no sentido de caracterizar essas relações como temas avaliativos singulares de escolhas de vida.

Por conseguinte, o exame de tais limites pode ajudar a prevenir um esvaziamento do discurso da universalidade, uma vez que a perspectiva do universalismo interativo (outro concreto) reconhece que todo outro generalizado é, também, um outro concreto. Do ponto de vista normativo significa reconhecer a dignidade do outro generalizado através de um reconhecimento da identidade moral do outro concreto.

Concordamos, também, com Benhabib (1987) para quem uma integração entre ética da justiça/direito formal e ética do cuidado/responsabilidade deve ser precedida de uma clarificação do

quadro de referência moral que as abrange, o que permitiria questionar tanto essas próprias perspectivas éticas como os pressupostos de gênero nelas implicados.

Isto significa, portanto, um esforço teórico/prático de repensar e mudar as predeterminações culturais relacionadas com o conceito de gênero e com as práticas socialmente produzidas para a sua construção.

Consideramos que essa convivência com duas orientações éticas não deve ser vista como expressão de uma ambigüidade negativa. Certamente, encontramos definições desse conceito normalmente associadas à imprecisão, incerteza, indeterminação (Ferreira, 1979) como caracterizações de uma negatividade inscrita nesse conceito. Entretanto, ao considerarmos a ambigüidade a partir de uma perspectiva relacional podemos perceber que possui igualmente, características positivas. É esse aspecto positivo vinculado às atitudes orientadas pela incorporação de duas éticas que possibilita às mulheres fazer de uma suposta ambigüidade um instrumento de diálogo com o mundo, facilitando uma troca de posições entre os interlocutores.

Dessa maneira, através desse diálogo, ao jurídico alia-se o pessoal, ao formalismo alia-se o informal, à vida definida enquanto fórmula econômica alia-se a teia de relações pessoais, ao previsível alia-se o imprevisto. Assim, o que se evidencia é uma substituição da exclusividade do sentido adversativo pela abrangência do sentido aditivo.

Vista dessa maneira a ambigüidade é criadora uma vez que permite reunir controle e liberdade, rotina e descoberta, restrição e excesso, rua e casa, público e doméstico, leis universais e

relações pessoais, indivíduo e relações.

É assim que podemos perceber que enquanto o mundo profissional, o mundo da rua, o mundo das relações formais, impessoais é apontado pelas mulheres deste estudo como eixo significativo para a construção da individualidade, o mundo doméstico é igualmente valorizado. É por elas percebido como complemento ao mundo profissional e não espaço exclusivo para construção da identidade. As relações que aí se estabelecem tendem a se orientar por um princípio de reciprocidade. Essa visão de complementaridade revela, igualmente, uma tentativa de articulação entre as duas orientações éticas já indicadas.

Com relação à controvertida questão da emancipação das mulheres no mundo ocidental contemporâneo, amplamente debatida através da literatura feminista, pensamos que as determinações sociais normativas jurídico-formais, embora necessárias, não são suficientes. Entendemos que essa questão pode ser melhor abordada, em princípio, através de uma convergência de interesses teóricos que busquem uma integração entre as perspectivas universalistas e interacionistas que constituem a teoria moral contemporânea que como mostra Benhabib (1987), perpassam as teorizações sobre a constituição da subjetividade. Não uma integração cuja preocupação se restrinja exclusivamente ao estabelecimento de novas normatizações jurídicas, mas uma integração constituída a partir de estudos que procurem desvendar a gramática das relações que se estabelecem no interior de uma organização social dada, bem como através de estudos que favoreçam uma mudança de paradigma para um entendimento/avaliação/classificação das pessoas quanto ao desenvolvimento/comportamento moral. Isto também é uma for-

ma de luta e tarefa específica para os/as intelectuais da contemporaneidade, ou seja:

"O papel do intelectual não é mais o de se colocar um pouco na frente ou um pouco de lado para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento; na ordem do saber, da verdade, do discurso" (Foucault, 1989, p.71). (grifos do autor).

Os discursos sobre gênero, enquanto conjunto de saberes socialmente produzidos/articulados/veiculados no interior de uma moldura cultural, consistem em um referencial simbólico hegemônico para a construção da identidade social dos indivíduos e atuam como *verdades* estabelecidas a partir de características biológicas dos organismos masculinos e femininos que se expressam através de atributos sociais como independência, força, atividade, em oposição a atributos como dependência, submissão, passividade, referenciando, respectivamente, a identidade social de homens e de mulheres (Bourdieu, 1990; Heilborn, 1991). A oposição de tais atributos talvez não fosse tão questionada se não traduzisse uma avaliação social diferenciada para homens e mulheres que, milenarmente, na maioria das culturas, atribui às mulheres uma posição social secundária (Rosaldo e Lamphère, 1979). Refletem, portanto, relações sociais hierarquizadas entre os gêneros que Scott (1988) interpreta como expressando uma articulação complexa entre gênero e poder, socialmente estabelecida.

Ao considerarmos esse poder através de um *prima* foucaultiano podemos perceber que, em se tratando de múltiplas redes de relacionamentos que entrecortam todo o tecido social, o projeto de

governabilidade que aí se inscreve deve-se ancorar em algum quadro de referência que orienta a maneira de entender/avaliar/classificar cada um e os outros e suas ações. Traz em seu interior, portanto, uma determinada maneira de posicionar-se moralmente.

Entendemos, então, que um passo importante para uma desconstrução das relações hierarquizadas de gênero deveria consistir em um esforço teórico/prático para imprimir nas relações de gênero uma proposta política. Mas para que tal proposta possa ser verdadeiramente política precisaria ser perpassada por um conteúdo ético.

É por essa razão que consideramos a tentativa de incorporação integrada da "ética formal" e da "ética do cuidado" enquanto fundamentos das relações sociais, uma estratégia singular que as mulheres procuram empregar na tarefa de construção da identidade de gênero, um processo em devir.

Mas, o original é como essas éticas se articulam e convivem na subjetividade feminina, através de uma síntese existencial, provavelmente facilitada por uma vivência simultânea no espaço público e no mundo doméstico.

Precisamos assinalar que são mulheres que querem e buscam, através do engajamento profissional, alcançar um reconhecimento público, formal da individualidade. Mulheres que recusam ser identificadas a partir de um fundamento biológico que socialmente as inscreve exclusivamente no terreno da reprodução. Ainda que suas falas revelem a presença de uma articulação entre perspectiva do outro generalizado e perspectiva do outro concreto perpassando as dimensões de existência que apontam como decisivas, é através do não-falado que expressam também, uma maneira de recu-

sar essa predeterminação social que as identifica unicamente como seres biológicos. Como indicamos anteriormente, no processo de busca de informações deparamo-nos com certas dificuldades para abordarmos questões relacionadas com a esfera afetiva. A partir dos depoimentos e após as análises entendemos que abrir as portas do campo das relações afetivas pode significar para essas mulheres, expor-se através de uma perspectiva através da qual, historicamente, as mulheres têm sido definidas, ou seja, a esfera da emoção. Por conseguinte, fica evidenciada essa tentativa de imprimir no processo de construção de sua identidade a perspectiva do outro generalizado, a perspectiva formal.

Assim, através de um silenciamento sobre relações afetivas, essas mulheres expressam a eloquência de seus esforços no sentido de buscar o reconhecimento social de sua identidade no espaço público. Mas, fica igualmente evidenciado como esse comportamento é atravessado por situações tensas, muitas vezes ambivalentes, já amplamente indicado nas análises do conteúdo empírico deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.
- ANYON, Jean. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. Cad. Pesquisa, São Paulo, n.73, p.13-25, 1990.
- ARAGÃO, L.T. "Em nome da mãe". Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro, n.3, Zahar, 1983, p.109-145.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- BARROSO, Carmen L.M. "Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas?" Ciência e Cultura, São Paulo, n.27, p.703-710, jul. 1975.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v.1 e 2.

- BFNHABIB, Seyla "The generalized and the concrete other: The Kohlberg-Billigan controversy and feminist theory" In BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (ed.). Feminism as critique Great Britain, Polity Press, 1987
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla Feminism as critique Great Britain, Polity Press, 1987
- BERGANTINI, Isabel C. "Balanço crítico da literatura brasileira sobre trabalho doméstico". Diss. Mestrado, PUC/SP, São Paulo, 1987 (mimeo.)
- BILAC, Elisabete, D. Trabalhos produtivos, trabalhos reprodutivos: as trajetórias femininas de trabalho e suas representações. Perspectivas. São Paulo, n. 12/13, p.143-161, 1990.
- BLAY, Eva M. "A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista". Tese Doutorado, USP, São Paulo, 1972 (mimeo.)
- BOURDIEU, P. The Logic of Practice. Polity Press: Cambridge, UK, 1990.
- BRUSCHINI, M. Cristina A. O cotidiano em famílias urbanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1984 (mimeo.).
- Mulher e trabalho. São Paulo: Nobel, 1985.
- "Trabalho da mulher: igualdade ou proteção?" Cad. Pesq., São Paulo, n.61, p.58-67, maio 1987
- Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher São Paulo: Nobel/Conselho Est. Condição Feminina, 1988.
- BRUSCHINI, M. Cristina A. e CAVASIN, Sylvia. "O cotidiano em famílias urbanas: trabalho doméstico, distribuição de papéis e uso do tempo". Águas de S. Pedro, VII-ANPOCS, 1983 (mimeo.)
- BRUSCHINI, M. Cristina A. e MADEIRA, Felicia R. "A família, a estrutura social e as formas de participação na produção so-

- cial". Cadernos CERU, São Paulo, n.18, p.147-86, maio 1983.
- "A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social" Cadernos CERU, São Paulo, n.18, p.147-186, maio 1983.
- BRUSCHINI, M. Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In Fundação Carlos Chagas. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BUITONI, Dulcília, H.S. Mulher de papel. São Paulo: Loyola, 1981.
- BUTLER, Judith. "Variations on sex and gender". In BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (ed.). Feminism as critique. Great Britain: Polity Press, 1987.
- CARVALHO, Marie Jane S. "Mulher profissão professora: acaso ou necessidade?" Diss. Mestrado, UFRGS, Faced, 1990 (mimeo.)
- CHAUÍ, Marilena. "Participando do debate sobre mulher e violência". In Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CIAMPA, A.C. "Identidade". In LANE, Silvia T.M. e CODO, W. (org.). Psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COELHO, T. Dicionário do brasileiro de bolso. São Paulo: Siciliano, 1991.
- COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. "Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de classes". In KARTCHEVSKY, Andrée et al. (ed.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- CONNELL, R.W. "Como teorizar o patriarcado" Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n.2, p.85-95, jul./dez. 1990
- COSTA, Albertina D. Pesquisa sobre mulher no Brasil. Uma visão preliminar. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1984 (mimeo.)
- DA MATTA, P. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987
- Declaración de las mujeres Latino Americanas. Nairobi, 1985, Apud GARCIACASTRO, Mary. "A dinâmica entre classe e gênero na América Latina" In Mulher e Políticas Públicas. IBAM. UNICEF, 1991
- DELPHY, Christine. "Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles". Nouvelles questions féministes, n.2, 1981
- DUMONT, L. Homo hierarchicus. Chicago: The University of Chicago Press, 1972
- Essays sur l'Individualism: une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne. Paris: Collection Esprit-Seuil, 1983.
- DURAN, M. Angeles. A dona-de-casa. Rio de Janeiro: Graal, 1983
- ENGUITA, M.F. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989
- FAPIAS, Zaira A. "Contribuições recentes para o estudo de orçamento de tempo: uma resenha. Nova Friburgo:VI ANPQCS, 1982 (mimeo.)
- FERREIRA, A.B.H. Novo dicionário. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979
- FERGUSSON, Kathy E. "Interpretation and genealogy in feminism". Signs. The University of Chicago Press, vol.16, n.2, p.322-339, 1991.

- FERRAND, Michèle. "Reflexões metodológicas sobre uma abordagem em termos de relações sociais de sexo". Trab. apresentado no XIII Encontro ANPOCS, Caxambu, 1989.
- FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Tecnologías del yo. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.
- FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, M. Laura V. C., HEILBORN, M. Luiza. "Antropologia e feminismo". Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, v.1, p. 11-47.
- FRASER, Nancy. "What's critical about critical theory? The case of Habermas and gender". In BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (ed.). Feminism as critique. Great Britain: Routledge Press, 1987.
- GARCIA CASTRO, Mary. A busca por uma identidade de classe pelas empregadas domésticas da América Latina e do Caribe. Trab. apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, out. 1989, Caxambu, mimeo.
- A dinâmica entre classe e gênero na América Latina. In Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GENOVESE, E. Roll, Jordan, roll: the world the slaves made. New York: Vintage, 1972.

- GILLIGAN, Carol. In a different voice. Harvard University Press: Cambridge, Mass. 1982.
- GOUVEIA, Aparecida J. Origem social, escolaridade e ocupação. Cadernos de Pesquisa, n. 32, p.3-30, fev. 1980.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- GUTIÉRREZ, Rachel. O feminismo é um humanismo. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1985.
- HABERMAS, J. The theory of communicative action. Boston: Beacon Press, 1984.
- HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of marxism and feminism: Towards a more progressive union". In SARGENT, Lydia. Women and Revolution. Boston: South and Press, 1981.
- HAWKESWORTH, Mary E. "Knowers, knowing, known: feminist theory and claims of truth". Signs. The University of Chicago Press, vol.14, n. 3, p.533-557, 1989.
- HEILBORN, M. Luiza. "Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica". Mulher e Políticas Públicas, Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.
- HERTZ, R. "A preeminência da mão direita: um estudo sobre a popularidade religiosa". Religião e Sociedade, Rio de Janeiro: n.6, p. 99-128, nov. 1980.
- KERGOAT, Danièle. "Em defesa de uma sociologia das relações sociais". In: KARTCHEVSKI-BULPORT, Andrée, COMBES, Danièle, HAI-CAULT, Monique. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KOHLBERG, L. The development of children's orientation toward a moral order: I. Sequence in the development of moral thought.

Vita Human, n. 6, p.11-33, 1963

----- The development of moral character and moral ideology.
In HOFFMAN, M. e HOFFMAN, L. Review of Child Development
Research. New York: Russel Sage Foundation, 1964.

----- Essays on Moral Development S. Franciscos Harper and
Row, 1984.

KUHN, T A estrutura das revoluções científicas. São Paulo:
Perspectiva, 1978

LAMAS, Marta. "La antropologia feminista y la categoría "géne-
ro". Nueva Antropología, vol.8, n. 30, México, 1986

LAVINAS, Lena. "Identidade de gênero: um conceito da prática"
Trab. apresentado no II Encontro Anual da ANPOCS, out. 1989
Caxambu, MG (mimeo.).

LOURO, Guacira L. "Prendas e antiprendas: educando a mulher gaú-
cha" Educação e Realidade, Porto Alegre: v.11, n.2, p.25-56,
jul./dez. 1986.

----- "Lembranças de velhas colonas italianas: trabalho, fa-
mília e educação". Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16,
n.2, p. 33-43, jul./dez. 1990.

MACKINON, Catherine. "Feminism, marxism, method and the state:
an agenda for theory". Signs, v.7, n.3, 1982, p.519-541.

MADEIRA, Felicia R. "As condições de trabalho da mulher e as
condições de vida da família". Diss. Mestrado, USP, São Paulo,
1978 (mimeo.)

MARKUS, Maria. "Women, Success and Civil Society" In BENHABIB,
Seyla e CORNELL, Drucilla. Feminism as Critique. Polity
Press, Cambridge, UK, 1987.

- MICHEL, Andrée. O feminismo: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MORAES, M. Lygia O. Mulheres em movimento. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- NICHOLSON, Linda. "Feminism and Marx". In BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. Feminism as Critique. Polity Press, Cambridge, UK, 1987.
- OFFEN, Karen. "Defining feminism: a comparative historical approach" Signs. The University of Chicago Press, vol. 14, n 1, pp 119-157, 1988.
- PATERMAN, Carole. "Feminist critiques of the public/private dichotomy" In BEN, S.I. e GAUS, G.F. (ed.) Public and private in social life. New York: St. Martin's Press, 1985.
- PENA, M. Valéria J. Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michèlle. Os excluídos da história: operários, mulheres prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PITANGUY, Jacqueline. "Mulher, natureza e sociedade". In LUZ, Madel T. (org). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- POZATTI, Jane M. "A mulher e o trabalho: uma análise psicossociológica da opressão". Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.
- REED, Evelyn. Problems of women liberation - a marxist approach. New York: Pathfinder Press, 1973.
- RODRIGUES, Arakcy M. "O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias". Trab. apresentado no Sem. A mulher na força

- de trabalho na América Latina, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.
- ROSALDO, Michelle e LAMPHÈRE, Louise (org.) A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A educação da mulher no Brasil. São Paulo Global, 1985.
- ROSEMBERG, Fúlvia e PINTO, Regina P. A educação da mulher. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual Condição Feminina, 1985.
- RUBIN, Gayle. "The traffic in women: notes on the political economy of sex. In RAPP, R. Towards an anthropology of women. New York: Monthly Review Books, 1975, p.156-210.
- SAFA, Helen. Women and industrialization in the Caribbean. In: MACMILLAN, Sharon S. e PARPART, Jane (ed.). Women, employment and the family in the International Division of Labor, 1988 (no prelo). Apud Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. "Mulher, modo de produção e formação social". Contexto, São Paulo, n.4, 1978
- A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Tese Doutorado, FFCL/Araraquara, 1967, Reed. Vozes, 1979
- Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984
- "Rearticulando gênero e classe social" 1990 (mimeo.).
- SALEM, Tania. "Mulheres faveladas: com a venda nos olhos". Perspectivas Antropológicas da Mulher, n.1, Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.49-99.
- SALLES, Leila Maria F. "Representação social e cotidiano". Didática, São Paulo, vol. 26/27, p.11-20, 1991

- SARGENT, Lydia (ed.) The unhappy marriage of marxism and feminism. London: Pluto Press, 1981.
- SARTI, Cynthia. "Trabalho feminino: de olho na literatura". Literatura Econômica, São Paulo, v.7, n.11, p.93-116, fev. 1985.
- "Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo". Cad. Pesq., São Paulo, n.70, p.38-46, ago. 1989.
- SARTRE, J-P. Critica de la razón dialéctica. Buenos Aires: Losada, 1979, vol. 1 e 2
- "O existencialismo é um humanismo". In Os pensadores. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, Trad. de Rita C. Guedes.
- SCOTT, Joan W. "Genre: une catégorie utile d'analyse historique". Les cahiers du Grifon genre de l'histoire. Paris: Tierce, n.37/38, p.125-153, 1988.
- SCOTT, P.R. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiência do domínio doméstico. Cad. Pesq., São Paulo, n.73, p.38-47, 1990
- SOLIZ, Neusa. A mulher no século XXI: um estudo de caso; a Alemanha. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Instituto Goethe, 1988
- STIEHM, Judith H. "The protected, the protector, the defender". In STIEHM, Judith H. (ed.) Women and men's wars. New York: Pergamon Press, 1983.
- STOLCKE, Verena. Mulher e trabalho. Estudos CEBRAP, São Paulo, n.26, p.83-117, 1980
- TAYLOR, Julie. "Flexibilidade na ideologia de gênero". Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro: Zahar, n.3, p.45-72, 1983.

- TAYLOR, S. J e BOGDAN, R. Introducción a los metodos cualitativos de investigación. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- TOLEDO, Regina et al A dominação da mulher: os papéis sexuais na educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- VIEZZER, Moema O problema não está na mulher. São Paulo: Cortez, 1989

A N E X O S

ANEXO 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Em que trabalha?
- 3) Como se encaminhou para este trabalho?
- 4) Teve alguma orientação para escolher?
- 5) Em casa, antes de se formar, o que diziam sobre "trabalho" para você?
- 6) Teve alguém como "modelo" de trabalho?
- 7) Em que se baseou para escolher seu trabalho?
- 8) Por que a opção por uma profissão? por que esta profissão, em particular? É uma profissão tipicamente feminina? permite ser profissional e dona-de-casa? Ou não é?
- 9) Sente satisfação em exercer tal profissão? que tipo de satisfação?
- 10) O exercício profissional ajudou a formar/modificar a sua visão de mundo, da vida, do ser mulher? Em que sentido?
- 11) As "relações funcionais" com outras mulheres e homens, no exercício profissional, como são? (Essas relações são harmônicas? há conflitos? de que tipos? como são enfrentados? Você está investida de posições de mando/chefia/liderança na organização em que trabalha? Como é percebido tal fato por homens e mulheres da organização? Quais suas reações? aceitação/rejeição/boicote/ciúme/colaboração/reconhecimento? Como você enfrenta tais reações?

- 12) É suficiente para a própria manutenção? É mais que suficiente?
- 13) A remuneração está de acordo com a função? Outros homens, na mesma função, ganham o mesmo?
- 14) Concorre para a manutenção da família? com que parcela? (maior menor, uma parte?) Ganha mais ou menos do que o marido?
- 15) O engajamento profissional é fonte de harmonia/conflito nas relações com o companheiro/marido/filhos?
- 16) Existe um espaço (no sentido de tempo, interesse) na sua vida para relações afetuosas com um companheiro/marido?
- 17) Essas relações são formais/estruturadas (casamento) ou menos formais (companheiro)? Por quê?
- 18) Essas relações são mais igualitárias ou são de subordinação?
- 19) Essas relações são estáveis ou instáveis? Por quê?
- 20) Existe harmonia/conflito na relação? de que tipo? Por quê?
- 21) O trabalho doméstico (TD) é visto como uma tarefa tipicamente feminina? Julga que essa seria uma de suas responsabilidades? Ou não? Por quê? O homem teria alguma participação nessas atividades? Por quê?
- 22) O TD é apreciado? detestado? indiferente? Sente satisfação em realizá-lo? frustração? perda de tempo? O TD é considerado um trabalho de 2ª categoria? menos valorizado? Por quê? Ou é considerado um trabalho importante? Por quê?
- 23) Você é contra alguém (quem? uma mulher? por quê?) para realizar o trabalho doméstico em sua casa? Por quê? Ou não contra? Por quê?

- 24) Você vive algum conflito na relação trabalho doméstico/trabalho profissional (TP)? Que tipo de conflito? Na relação TD/TP existe uma hierarquia? uma preferência? Qual? Por quê? Como equaciona essa dupla responsabilidade?
- 25) Porque a opção pelos estudos universitários?
- 26) Porque a opção por este curso?
- 27) Como os estudos universitários ou as vivências da Universidade concorreram para a construção do ser mulher?

ANEXO 2
FITA Nº 5 - ADVOGADA

P - Então você como consultora de planejamento, vamos conversar um pouco, assim, um pouco antes do seu, da sua profissionalização, eu perguntaria qual, por exemplo, qual é a sua formação?

R - Bom. Com relação ao curso fundamental, que se chamava primário, depois o ginásio, depois curso científico e daí já vem um diferencial em relação a maioria, 99% das mulheres no meu tempo que ficavam em casa só porque tinham curso normal e fizeram o curso normal ou o curso de ciências contábeis e técnicos na contabilidade, porque é o que havia na época, só que nada daquilo me satisfazia e descobri que havia um curso que preparava para a universidade, que se chamava curso científico e que só existia em Florianópolis e eu por ter obtido a média mais alta do colégio nos dez anos que me antecederam eu tive como prêmio uma bolsa para fazer o curso científico no Colégio Coração de Jesus aqui em Florianópolis.

Foi uma decisão abrupta eu não sabia exatamente o custo emocional de saudade que isso me daria, eu já tinha saído de casa aos nove anos que eu fui internada, eu fiquei interna dos nove aos nove e dez anos, onze, doze, treze, quatorze fiquei em casa, mas quando fiz quinze anos eu decidi que eu não queria ser apenas normalista e não queria ser uma professora primária, cuja posição, cuja remuneração dependia do partido político que estivesse no poder. Eu me decidi então, embora em desse aulas particulares desde os nove anos de idade para colegas com dificuldades, eu sabia que não queria ser professora nestas circunstâncias, eu queria ser alguma coisa que eu não sabia exatamente o que era, mas que sabia o que não era. Já sabia o que não queria, eu não queria ser uma técnica em contabilidade a mais, pra ser balconista de loja, e nem queria ser uma normalista a mais pra noivar no dia da formatura e casar no dia seguinte. Eu queria fazer o curso, eu queria ir além, porque a minha curiosidade pelo mundo era muito grande. Vim pro internato e passei quatro meses em Florianópolis, eu sou nascida em Tubarão, eu fazia quatro meses em Florianópolis por pura falta de coragem de voltar pra casa e não ter feito pra ir de volta.

P - por quê?

R - Tanta saudade que eu tinha da minha cidade, dos meus amigos, dos meus irmãos, da minha casa e dos pais. Ele escrevia e recebia treze a quinze cartas por semana.

P - Era muito ligada com a família?

R - Com a família, muito ligada com esse irmão que eu me referi hoje, quer dizer, eu curti os irmãos muito pouco considerando que eles, eu tive pra Laguna, né, eu vim pro internato, então. Quatro meses sem ir em casa, porque eu sabia que se fosse dificilmente eu ia ter coragem de dizer pro meu pai, eu quero até quem sabe, pra ficar em casa eu quero te dar um curso, eu quero fazer um curso por aqui mesmo. Mas como havia semestre, e eu tinha que completar o ano e não tinha volta. A saudade foi a, passei um mês de férias, previ todos os meus amigos, já revi com outros olhos, naturalmente que a nossa amizade continuou, eu aprofundei amizades que eu conservo até hoje, amigos que são muito preciosos pra mim, justamente porque viveram juntos numa época tão bonita é. E continuei respondendo com pessoas e colegas... nos partidos, nos colégios, nos grupos, nas faculdades. Mas eu fiz meu curso científico aqui, e nesse curso científico foi um parto pra eu me definir por uma profissão, porque todas me interessavam e nenhuma delas em particular, mas aquela época só havia dois cursos que eram tradicionais pras mulheres que queriam mais moleza na universidade, ou vestibular, faziam filosofia, ciências, letras, geografia, história e serviço social que estava começando e pra aquelas que tinham um desempenho acadêmico, desempenho colegial mais exponencial nas chamadas ciências exatas, física... era comum que as mulheres que tinham destaque maior em biologia, física, matemática e química se projetassem, pra cadeiras como: medicina, engenharia e aquelas que tinham maiores destaques em letras, em língua e literatura, fossem pra Letras ou pra Direito né; e casualmente eu era bem sucedida em quase tudo. Então era muito difícil pra mim, eu fiz isso mediante 3 testes e interesses, num teste me indicou pra arquitetura, que não existia nem aqui, só existia no Rio Grande, em Porto Alegre. O segundo, um ano depois eu fiz o outro que me indicou para jornalismo, todas as formas de reportagem, descrição e... pra ser escritora, pra ser ... enfim. Não tinha jornalismo. E finalmente medicina que o meu queria muito que eu fosse médica eu era fascinada por um homem... a quem eu amava profundamente desde... eu tinha fascinação por ele. Então aquele amor, romance, pela medicina, me fez pensar em medicina. Me preparei 3 anos antes, afinal de contas uma pinta pra fazer, qualquer custo que me dese na telha, mas

havia oito aqui em Florianópolis e as minhas opções finais ficaram entre Direito... Direito não sei porque até sei. Eu me optei por medicina, mas nunca fui de ser muito romântica em relação aos meus ideais, eu sempre vou conferir e vou pesquisar e vou pesquisar... hospitais e conversei com médicos e li livros, distingui entre a visão romântica do médico que é comparada entre o herói romântico que é médico num conto escrito por uma mulher, num romance escrito por uma mulher e o depoimento do médico né. Com 20-50 anos de medicina tem esse tipo de coisa, li tudo o que era possível, inclusive literatura emprestada pelo meu sogro, que era... na época não era meu sogro, lógico. E hei visitar hospitais e descobri que da podridão humana toda, me interessava apenas aquelas que não cheiravam. Porque sabem fazer psiquiatria e depois eu descobri que me interessava em compreensão das pessoas e não a saúde pública. E depois eu cheguei a conclusão, e meu sogro caracterizou muito bem numa entrevista definitiva que eu tive com ele, ele me disse: filha, não faça medicina, não combina com você, você deve ir o, não é que você não possa ser, você vai ser uma médica desvairadamente solitária. Você vai ser uma médica errada na área, mas a medicina não vai satisfazê-la porque a medicina deste país não é medicina que se deva fazer, muito menos por uma mulher. Entre as podridões humanas que você quer curar, ocupe-se das morais, que pelo menos não tem cheiro. Eu te reproduzo textualmente porque o ministro já disse muitas vezes

P - Isso te marcou muito?

R - Muito, porque era aquilo que estava aqui dentro e só não tinha ainda sido traduzido... Então o que, eu que vou fazer? Faça Direito, faça Direito, Direito lhe abre o universo com as relações sociais e abre o universo, todas as profissões cabem no Direito, e você tem todos os talentos pra ser, você tem memória... você tem raciocínio lógico pra enquadrar um caso, você tem... pra fazer uma petição e expor um fato fundamental e você tem capacidade de argumentação, que é muito difícil que alguém faça direito.

P - Convenceu?

R - Não. Não convenceu, disse: eu vou pensar, vou pensar. E um dia deu a inscrição do vestibular como prazo, os prazos eram mais ou menos os mesmos, a Universidade não era ainda um todo, as faculdades funcionavam isoladas, de edifícios isolados. Medicina funcionava na Ferreira Lima, Direito no 11 da Esteves Júnior. Eu fiquei até o último dia do prazo de inscrição para os dois vestibulares que encerravam na mesma hora, no mesmo dia, indo de um lugar pra outro, do outro pra um, de um pro outro, não podia me inscrever nos dois simultaneamente porque os vestibulares aconteciam na mesma data, eu não tinha condições de me preparar direito, nem pra uma, nem pra outra dessa maneira, e quando faltava meia hora pra acabar o prazo de inscrição eu estava sentada na frente da capirari direito, né ali na faculdade com todos os documentos na mão e fazendo um exame de consciência e fazendo uma oração ao Divino Espírito Santo. Que eu sou capaz... e rezei, Divino Espírito Santo. E quando eu terminei a secretaria que se chama (...) bateu nas minhas costas e disse assim: moça está esperando o quê, eu quero ir embora, só falta tu. Agora não adianta mais é aqui ou nada, tudo bem. ... faltavam 15 dias pro vestibular acontecer e eu estava preparada em física, química, matemática e biologia e fui descobrir que para aquele vestibular eu tinha que saber língua e literatura brasileira, língua e literatura portuguesa, francês e literatura, tinha que saber latim e tinha que saber conhecimentos gerais que envolvia tudo; tudo; história, geografia. E em quinze dias eu fui relembrar o latim que eu tinha aprendido no colégio, no ginásio, mas que não tinha mais lidado com ele, fui rever o francês que fazia um ano que não via até o 2º científico, o 3º não tinha mais francês, eu tive seis anos de francês e língua e literatura e tive que estudar, Meu Deus, tive que estudar tudo de novo, tudo o que português, análise sintática, literatura brasileira, é autores e mais não sei o que.

Fiz vestibular, como um peixe estranho que se deparou a vida inteira com... física, química, matemática e biologia e que fica falando de Olavo Bilac e de redigindo que (eu não me lembro o tema da redação do vestibular era o advogado se move num mundo de paixão). Aconteceu uma coisa muito engraçada, as minhas notas foram muito semelhantes a de dois outros grandes amigos meus, um deles é hoje é Diretor do Tecnológico (...) e outro é aquele cara do Estado do Tesouro Nacional, como nós éramos muito amigos, nós estudávamos juntos. Aconteceu uma coisa engraçada, nós tivemos diferenças de notas por milésimos, milésimos. Como a nota era decimal na época, era do 0 a 100, eu fiz o vestibular embora não estava preparada, tirei em primeiro lugar.

P - O quê?

R - A decisão, aí a listagem saíram 18 de fevereiro que é o dia do meu aniversário, todo mundo tinha ido embora, fez vestibular, foi todo mundo embora e eu estava morando na casa de uma estudante universitária que eu ajudei a constituir, ajudei a criar, fui a primeira moradora, a primeira a entrar e... por quatro anos e meio até me formar. Quando uma equipe de... Mas quando eu cheguei lá e a lista, éramos 184 candidatas e houve três vestibulares, porque (...) me pediu enquanto não fosse preenchidas todas as vagas, o ministro, que foi o vice do (...) lá, o (...). (...) conseguiu baixar um decreto, conseguiu baixar um decreto desde então quando qual nenhuma vaga ficaria vazia nas universidades, nas universidades brasileiras, todos os vestibulares aconteceriam até que elas fossem preenchidas, houve três vestibulares, ninguém conseguiu tirar nota mais alta do que eu, então de todas as três turmas dos 540 que fizeram o vestibular, 100 vagas foram preenchidas 70 apenas. Apesar dos três vestibulares, eu tinha nota mais alta, então foi uma festança, e eu comecei a fazer Direito, comecei a estudar Direito, como eu tinha tirado primeiro lugar no vestibular, e era mulher, isso daí tinha algum significado na época. A faculdade de Direito era um centro só de homens. Aquela turma com tanta gente, com tanto vestibular, conseguiu ter 17 mulheres em 100, nós éramos 17% preencher às 100 vagas, mas tinha inúmeras desistências da nossa turma, acabou sendo apenas em 70. Foi dividida em duas, o curso se dividiu em manhã e noite. Mas nessa turma foi a primeira vez na história da faculdade que já tinha bastante tempo era a mais antiga, a primeira de todas e que houve tantas mulheres, algumas delas realmente briguentas.

F - Por que, que você acha tudo isso se devem a essa profunda, pelo, do Direito pelas mulheres?

R - A procura pelo Direito pelas mulheres é que é patrocinava o direito, patrocinava uma progressão a muitas funcionárias públicas. Afinal de contas, ser funcionária pública nesse país é ser intérprete e aplicador da lei, do regulamento, da norma. Florianópolis é um centro administrativo e fazia com que muitas mulheres fossem funcionárias públicas ou aspirantes a funcionárias públicas, isso em parte. Outros tinham vocação real para o Direito, muito pouco, porque muito poucas elas realmente seguiram a carreira, se ocuparam do Direito, muito pouco. Das 17 que eu saiba, a uma delas, maiores gênios da minha turma que são (...) uma mulher que admiro profundamente, sempre admirei quando colega desde o 1º científico, o 2º com já 18 anos, portanto, hoje ela é fiscal dos Tributos Estaduais, numa das ... da Secretaria da Fazenda, onde ela exerce o Direito. Eu não digo assim exercer um direito muitas delas, mas em funções públicas.

Não de nenhuma que seja promotora, não de nenhuma que seja, muitas outras estão em casa, nos órgãos administrativos, nas estruturas, por exemplo. São titulares de cartórios, todos os promotores e tem os juizes, os homens, muitos. A grande maioria... eu não tenho a estatística, mas 4 anos atrás eu consegui com colegas que compõem a nossa comissão, associação de formatura, conseguimos comemorar 20 anos. Então tivemos uma noção de como estava cada um, naquele momento atual. A grande maioria... Direito, a grande maioria das mulheres usa o Direito na sua função burocrática qualquer.

F - Mas bom, nessa sua trajetória da formação?

R - Apaixonadamente. Estudei Direito apaixonadamente, li, comprei, estudei, pesquisei, participei de juri, assisti juri, conversei, estudei, estudei, esgotei toda a minha capacidade de aprendizado... a condição de primeiro lugar do vestibular me colocava numa posição de altas expectativas da parte dos professores e, e uma demanda muito forte, mas muito estimulante pra mim. Não fui a primeira aluna da turma, não tive a medalha de mérito universitário, porque eu tinha, não tinha estado no último ano de Direito e perdi praticamente o último semestre do curso. E fui a segunda da turma na formatura, mas isso não... Mas quando eu estudava no primeiro ano de Direito, eu tive uma disciplina que se chama "A Economia Política" ensinava um homem notável que foi o meu padrinho de casamento... Eu era aluna da primeira turma com quem ele lecionava, com entusiasmo, com entusiasmo que ele preserva até hoje, se ele... com tudo que faz, imagine, disseram que ele deu aula pra substituir o professor (...) falecido esta semana. Ele fez concurso pra ser substituto do professor (...) porque o professor (...) foi eleito por uma sessão pública, acho que ele foi eleito Deputado Federal, coisa semelhante. Titular da disciplina então ele fez concurso. Estudei economia e tudo que havia de biblioteca, de bibliografia que foi lida na época, imagina, eu trabalha pra me sustentar, eu não comprava roupa, não comprava sapato, ... como me vestir, nada pra..., nada pra beber, tudo eu consumia em litros, você não tinha tempo pra ir pra biblioteca? Então o que era... pode, então... então eu estudava sempre, no banheiro, na biblioteca, no restaurante universitário, eu estudava, estudava, estudava. Mas pra fazer prova, não

estou tendo aula, porque eu... me apaixonei por economia. Ainda no primeiro ano de Direito prestei concurso para o Banco do Estado, que na época se chamava Banco de Desenvolvimento do Estado, e passei a trabalhar com outro gênio, ainda hoje é reconhecido, se chama (...). Eu trabalhei no Banco como bancária, batendo fichas, datilografando durante 7 meses, e depois fui ser secretária da diretoria interna e depois fui ser secretária de um Presidente de Banco que era o (...). (...) que na época era o maior assessor do Governo do Estado de Santa Catarina. E eu inovadora que criou o BESC, que criou o... que criou o BADESC, criou o (DRVE?) Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL). E que criou o (FLAMEG), Plano de Metas que foi a primeira tentativa de coordenação do Estado. E criou no sentido de participar da criação, como ou como aumentou ou o quadro adjuvante, ou de qualquer maneira, estou, impulsionou, foi o que deu o seguro de vida e um grande programa que veio depois daquele desenvolvimento... nos últimos anos que era o cúmulo do desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - FUNDESC. Que depois deu longas operações..., chamado PROCAP e acabou lamentavelmente. A minha lida com o assunto de ordem econômica, investimento industrial, me indicou definitivamente para uma disciplina que ficaria apaixonada, que era ciências econômicas. E meio também a... sabendo que o prazo terminava daqui há dois dias, tive uma bibliografia de ensino chamada "Os Tópicos de Cinco Minutos" e me inscrevi no vestibular de economia.

P - Fazendo Direito?

R - Fazendo Direito. Eu ia fazer o terceiro ano de Direito e comecei a fazer primeiro Economia. Fiz vestibular e fui-me embora, mas também era aquele rolo de fazer três vestibulares, pra preencher vagas e tal, não sei o que, não sei o que, e mil e quinhentos candidatos (...), 40 vagas pra de manhã, 40 vagas de noite, porque eu estava vindo do curso noturno também, tirei primeiro lugar.

P - De novo?

R - De novo. Aí de novo... mas a maioria papapicando. Um metro e setenta e quatro, calçando sapato trinta e quatro e cinquenta e quatro de cintura, oitenta e quatro de quadril, oitenta e quatro de busto, pesando quarenta e oito quilos. Era realmente uma incolor assim. Porque eu trabalhava, vê bem, a minha carga de trabalho, você vê uma mulher que trabalha. Eu fazia um curso de manhã, eu trabalhava no Banco que na época tinha 6 horas de trabalho à arte, um outro curso à noite e quando chegava em casa, ali eu via... minhas amigas, minhas companheiras, da casa de uma estudante universitária, onde eu era diretora.

P - Que energia heim?

R - Em 1966 uma exceção, ou num porto, aí depois houve um curso organizado por diversas pessoas para selecionar candidatos ao curso de ... mais importantes na época para, organizado pela ONU, a Comissão Econômica da América Latina, para preparar especialistas em planejamento e especialistas em administradores do desenvolvimento econômico. Era curso de administração do desenvolvimento econômico. E só poderiam participar profissionais de nível universitário. Como o coordenador era o meu chefe, eu e outras pessoas acadêmicas de Direito, ele era professor na faculdade de Direito, (...) era meu professor na faculdade de Direito e já tinha sido meu professor no curso secundário, como professor de francês. Porque é doutor pela Universidade de... em Paris. E aconteceu uma coisa engraçada, eu fiz o curso como acadêmica do 2º ano de Direito, eu tirei o 1º lugar no curso, tirei 2º lugar no curso competindo com professores formados em nível universitário. Eu não te digo isso como vaidade, porque pra mim tudo isso, esses limites todos da minha descoberta, descoberta. Esse potencial, esse fato de não fazer nada pela metade, nada mais ou menos, fazer tudo pra valer, essa curiosidade, e nunca perder uma oportunidade, nunca perder uma oportunidade.

Fiz o curso por quatro meses, eu fui indicada para fazer o grande curso, que era o curso que... propriamente dito, só que aí nesse eu poderia entrar se eu fosse já formada e aí eu não pude fazer. Mas em 1966 o Estado de Santa Catarina foi escolhido dentro do território nacional, porque esse curso da CEPAL acontecia em convênio entre CEPAL e BNDE. O BNDE que era o articulador do curso e cada ano escolhia uma capital do Brasil e a regimentava os profissionais de nível universitário da região para preparar em conjunto, através de cursos duríssimo de 8 horas diárias ou 4 horas de manhã e seminários à tarde, com prova todos os sábados. Nós tínhamos uma carga semanal em ... nós tínhamos uma carga semanal de 48, 40 aulas, 40 horas/aula, com prova que durava com 4, 6 horas no final de semana e além disso tínhamos que estudar, ou seja, nós tínhamos que ocupar em torno de 60 a 70 horas/aula por semana no curso durante 4 meses. Quando eu terminei o curso, evidentemente que eu tinha prejudicado dois cursos universitários que eu não tinha terminado ainda, eu me formaria em 66 em Direito e 67 em Economia.

Eu tive estafa, fiquei muito... e contrai uma virose, uma febre que foi do dia 7 de setembro de 1966 até 19 de março de 1967. Mas eu me formei em Direito e era funcionária do BESC já como coordenadora de uma equipe que fazia análise de projetos de investimento, já era analista de pedido de financiamento, embora tudo fosse muito... porque... de economia. Eu me formei em Direito, no ano seguinte me formei em Economia, trabalhando nesse departamento técnico do Banco. 5 anos de banco, eu peço ao banco que me dê autorização pra fazer pós-graduação, imagino pós-graduação naquele tempo, era qualquer coisa assim como uma perfumaria ainda mais uma mulher, o banco não autorizou. Pedi licença sem vencimento, O banco não autorizou. Sentei na máquina, como era do meu feitio. Escrevi um requerimento de 4 linhas, já era casada, tinha casado no início daquele ano de 66, meu marido se formou em Engenharia e eu em Direito, nos casamos em 66, ontem fizemos 24 anos de casados e peguei a máquina e escrevi... abaixo assinado, funcionária desse banco, requero a V.Exa. senhor presidente, em missão em caráter irrevogável e irretornável, solicitando outrossim, dispensa e aviso prévio (ponto). Isso era 27 de novembro de 1957, havia dois, e fui testar com a minha turma, que eu era a única mulher da turma, dos 80 que começaram o curso de Economia comigo, terminamos 24. A metade da turma foi pro curso de Ciências Contábeis que abriu e a metade ficou conosco em Economia, onde ficava... Aliás naquela época quando... tem uma conotação por viadagem muito grande, então por frescura e todo mundo dizia que era turma 24 (vinte e três mais uma). Aí eu fiz Economia, porquê? Porque na época Economia derivando de Direito, em termos de formação universitária no Brasil.

O Direito foi o primeiro curso, ... medicina, pra medicina derivava todos os outros afins, Enfermagem né, Nutrição, Bioquímica, Farmácia, Odontologia né, e do Direito derivavam Economia, derivava Ciências Contábeis, Administração, a tua área né, curso de Auditoria e Técnica de Seguro e que tem muito pouco no Brasil, Estatística e por aí vai. Não foi diferente no nosso curso sendo um curso derivado do Direito a metade dos professores do curso de EconOmia eram advogados, então eu tive, eu pude fazer com mais facilidade fazer o curso de Economia porque eu fui dispensada de diversas disciplinas de Direito que eu tinha frequentado na íntegra no decorrer do Curso de Direito Social, eu tinha tido Direito do Trabalho né, ao invés de ter instituições de Direito do Funcionário eu tinha Direito Administrativo uns 8 e por aí vai, então foi fácil complementar, porque a Economia estava sendo cada vez mais regulamentada pelo poder público e a Economia passou a ser cada vez mais nesse país do que nos outros uma ficção de entendimento de lei. E Direito por sua vez, passou uma ciência a ser mais necessária, quando a gente depender do Estado, e então é compreenedera cada vez emn regime de recessão que nós atravessamos nesse período todo, o conhecimento do Direito num estado que não era de Direito, era no mínimo, no mínimo uma maneira de sobreviver. Mas, mas eu era muito integradora.

* * *

P - Então você continua com sua expressão de integradora?

R - Eu me sinto integradora na medida que eu consigo, primeiro a minha curiosidade por tudo me coloca em contato, às vezes espiritual, mas me coloca em contato com uma amplitude, amplitude de fatos, de pessoas como universo de exemplos que ao mesmo tempo que o que pra outras pessoas fragmentaria o conhecimento, pra mim permite, que vendo o mundo de todas as perspectivas diferentes eu tenho uma visão cada vez mais complexa, mais global, mais integrada. E também eu tenho um raro centro de oportunidade, eu às vezes não sei, me interessa por aprender qualquer coisa nova e às vezes eu não sei na hora pra que, que vai me servir, mas o simples fato de eu tê-la aprendido em seguida me vem a oportunidade, e nesse sentido que eu chamo de integradora é como um processo de aprendizagem deliberada, consciente, realmente pra mim viver é aprender, é um processo fascinante de não ter medo do desconhecido, não ter medo do escuro. O novo pode me deixar perplexo, mas quando estou com medo. O novo, tudo o que é muito imprevisto, tudo que é muito impensado, tudo que é muito, tudo que não foi sequer comentado antes. É uma coisa que dificilmente me choca, mesmo doloroso me fascina. É por isso que eu sou integradora, acho que sou integradora e isso me mantém, acho assim... saudades sobre certos pontos de vista na medida que muitas mulheres se dividem. Porque vivem uma vida fora de casa e outra vida dentro de casa.

P - E você integra as duas?

R - As duas coisas pra mim, eu me sinto uma, eu me sinto indivíduo.

P - Como é que você consegue fazer?

R - O que eu aprendo lá me serve aqui, o que eu aprendo aqui me serve Lá.

P - Por exemplo?

R - por exemplo, eu converso com um professor da Bioquímica que está pesquisando sobre o efeito dos antiácidos nas gastrites, nos ossos ocerosos, enfim (como dizia) explosivas gastro-intestinais. E como eu tenho real interesse pelas pessoas, pelos trabalhos delas eu fico muito furiosa de saber, como é que essa história? Como é que funciona? Como é que funciona? Aquela história não porque o antiácido quando é dosado pode produzir efeito de alívio temporário, mas à medida em que o efeito do antiácido é exacerbado pelo uso intensivo pode disparar problemas mais graves e à medida em que o estômago não tem a dosagem normal, natural de ácido clorídrico e... para fazer a digestão ele vai produzir cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais, cada vez mais, então o longo prazo tem tratamento intensivo com antiácido produz efeito paradoxal, uma acidose. Aí chega em casa, meu filho está com uma gripe, meu marido sofre de gastrite, a minha empregada está com dor no estômago, não sei mais o que e estão tomando antiácido e eu sou obrigada a fazer a relação, então o que, que eu tenho que propor? Alimento não. Então qual é a solução, não é tomar providência, a solução é comer alimentos que sejam base. Alimentos que sejam base para que em alimentando-se em ativando a direção, possam compensar o excesso de enzimas ou a falta de fermento, ou vice-versa, eu não sei, e aí te ensina a tua amiga que é grávida e que está com o estômago, assim, encima, que está como via de gravidez, que se ela comer um pedaço de queijo branco, ela não precisa tomar antiácido, ela vai estar alimentada, ... ela vai fazer dietas... O cotidiano. Por outro lado, se eu estou na minha casa e vendo uma situação de conflito, de conflito imenso, entre um filho que quer comprar um carro de determinado tipo, com determinado preço, com determinadas características, como não sei mais o que, mas o carro é perigoso, porque o carro tem mais motor do que tem estrutura. Isso é um problema de Engenharia Mecânica, mas está correndo a vida do meu filho e o pai dele que é Engenheiro Mecânico não quer aquele carro, porque é perigoso, porque só tem máquina. Então é uma guerra entre os dois. meu Deus do céu! é uma guerra os dois que dura um mês, quando dura dois meses e aí eu tenho que acreditar um outro tipo de conhecimento, que é a negociação. Eu tenho que descobrir, tenho que ajudar os dois a descobrirem entre si um campo de interesse comum, uma área de interesse comum, em que há, e que nenhum dos dois perdem e nenhum dos dois ganham, em que os dois ganham igual. E isso é um processo que exige controle emocional, exige conhecimento, exige pesquisa, exige paciência no perguntar e exige investigação pra saber om que, que cada um quer, ele quer proteger a vida do filho, o filho entende que o pai só quer comprar um carro como o pai gosta. Então tu tens que desverbalizar a relação, tu tens que acabar com a discussão em torno de palavras... E aí chega ao fim.

P - E como é que os dois encerram a sua presença nessa, nesse conflito?

R - Não sei. Um olha pra mim, o outro olha pra mim... Até que eu estou com as idéias prontas. Depois que eu estou com as idéias claras eu amenizo um, amenizo o outro, aproximo um, aproximo o outro...

P - E esse tipo de relação você aplica fora de casa, quer dizer, no seu ambiente de trabalho tem espaço pra isso?

R - Também. Aliás sim, porque se vive mais hoje em dia é o conflito. E é um conflito que não é um conflito que as pessoas tem tendência a ver. O conflito entre o pessoal... que aconteceu apenas entre duas pessoas, e que esquecem que elas carregam toda uma história de vida que leva o mundo inteiro, um universo inteiro... Então o Plano Collor que afetou uma sociedade inteira, por quê ou pretensamente por quê, pretestamente, por quê tem uma guerra lá fora, deixando todo mundo tenso. Um Plano Coloor que, que descapitalizou, que quebrou toda regra do jogo, sabidamente em benefício de uns poucos, como está fazendo esse Plano 2, que beneficia o supermercado, que já elevou os preços tanto que não precisa mais, que até pode vender abaixo da tabela. Que vai perder os bancos, os bancos, tanto bancos, mas vão ganhar dos lados, ... financeiros, um deságio que fizeram com as aplicações financeiras aí, só minhas empresas eu vou acionar, eu vou entrar com processo contra o banco. A minha empresa perdeu agora um milhão e meio, porque aplicou trinta e quatro milhões. Não sei por quê! E na segunda-feira a posição era trinta e três milhões e cem. por quê houve um deságio no fundo que eles foram aplicados, um deságio para compensar, houve um confisco do governo federal, não mais aumentou a poupança, é tudo a mesma coisa, mas a aplicação da tua empresa, mais o confisco, mais receita pro governo federal, quer dizer, tudo isso que te leva, que te rouba, frustra o teu sonho, impede o teu projeto e acaba com a tua empresa, que vai dificultando a tua vida e depois o teu departamento explode, você vai pensar, o que, que eu fiz de errado, o que que ele fez de errado e nem sempre foram eles que fizeram de errado. É todo um contexto, um mapa societário organizacional com pressões de trabalho imediato e a

turno um contexto... do grupo referencial e ainda mais... Então eu acho que, conhecer mais, com serenidade, com serenidade e ao mesmo tempo usar... no cotidiano é a única maneira de encontrar a sabedoria, eu acho que é cultura.

P - E nesse seu ambiente de trabalho, vamos dizer em termos de empresa, que é o que mais, quando você está se localizando agora, você tem assim, vamos dizer assim, pessoas que subordinadas a você e que tipo de conflito é mais comum acontecer?

R - Com o subordinado? Nenhum.

P - Essa relação de vocês?

R - Na minha relação, os meus conflitos com os funcionários sempre tem a haver com liberdade. Eu tenho um conceito de liberdade e eles não conseguem absorver porque estão viciados num sistema de vigilância de controle, de rigor, é um padrão de comportamento administrativo medieval. E como eu não sou medieval eu não consigo as respostas, com livre liberdade em termos, acho que vou lhe dar. Eu com superiores não tenho conflitos, nunca tive conflito, não me lembro, não me lembro de conflito com superiores, não me lembro.

P - Isto é uma experiência rara?

R - A minha relação com superiores é assim, qual é aposta que tem? Com os superiores, eu tive conflitos quando o... quando não me permitirem poder ir. Tive conflitos quando entendiam que eu, por ser mulher....

P - E como você lidava com isso na época?

R - Eu me lidava primeiro com complexo de culpa muito grande... pra mim mesma, o que, que eu tinha feito que pudesse ensejar a essas pessoas se aproximarem de mim com interesse na minha sensualidade, se eu não estava interessada nele. E depois eu passei a conviver com isso, eu passei a perceber que independentemente de quanto eu era sensual ou não ou quanto eu pudesse ser interessada ou não nelas, isso não contava pra eles porque eu não contava pra eles como pessoa, eu contava pra eles como objeto de prazer que não estava disposta a ser. Então eu tive muitas vezes conflitos, enquanto subordinada, mas eu tinha que conquistar..., fui empregada só do (...) e da universidade.

P - E agora, atualmente você...

R - E... fazer curso de Economia, ... rendição de banco e eu estou fazendo a minha pós-graduação, começando a estudar. Eu me candidatei no mestrado na formação de... me submeti ao concurso de teste de seleção nacional e entre os candidatos do Brasil inteiro, de novo um número probalístico, que acontece muitas vezes na minha vida, desde 84, 174 está na minha vida muitas vezes, eu acho que até engraçado... 180 pessoas foram selecionadas no país para se candidatarem, para serem admitidas às 20 vagas que havia na pós-graduação. E um teste final, havia um teste de raciocínio verbal, era um teste de raciocínio verbal, e nada mais era, do que um teste de avaliação de riqueza vocabular em ciência administrativa, concedido por uma professora chamada (...) doutora em psicologia pela, como é? A (...) na época, ela era mestre e estava se preparando para completar o doutorado em psicologia. Uma mulher inesquecível, notável, minha mestre inesquecível, eu me lembro das aulas dela com a, sabe, com a precisão, eu me lembro das aulas dela como se tivesse acontecido ontem.

P - Sim e nesse mestrado, nessa seleção você foi selecionada, aprovada?

R - Claro. Em 3º lugar no país.

P - é sina parece, está sempre entre os primeiros?

R - Acho que sim, acho que é compromisso.

P - é compromisso, né?

R - Não estou fazendo as coisas pra isso, fui a última a fazer testes, eu nem sabia.

P - O que, que te motivou a buscar essa pós-graduação?

R - Meu marido foi selecionado pela PUC para fazer mestrado em Engenharia Industrial, eu fui indicada pela nossa universidade, porque ele já se formou. Enquanto eu fiz o primeiro e último ano, ele se formou, ele foi professor da faculdade de Engenharia, substituindo um professor que tinha ido fazer mestrado, naquele tempo se fazia mestrado em um ano e quando o professor terminou, o professor (...) quando o professor terminou o mestrado, ele voltaria e o (...) ia para o Rio de Janeiro, para a PUC para fazer o curso. Me interessava muito mais a administração de empresas, mas administração de empresas ficava em São Paulo e eu não ia poder ficar longe do meu marido, eu pensei que não pudesse. Então deixei o meu neném que tinha apenas 6 meses com a minha sogra, essa foi uma grande motivação pra minha vida, uma grande, uma das maiores coisas da minha vida. Por isso eu sou tão grata a (...) é cla-

ro que eu não dava conta, digamos assim, ... de mim mesma, porque cada um tinha o seu, eu só sabia que eu chorava dia e noite. Eu só não chorava em classe, eu ia para a biblioteca e chorava de saudade do meu filho, leite, ... Eu tinha... eu sofri profundamente, profundamente, mas eu fui tão acarinhada pelos meus colegas, eu fui tão mimada pelos meus colegas, tinham até colegas que se apaixonam e professoras. Eu fui tão cuidada, principalmente pela (...) e que me fez assistência médica para aguentar o tranco. Eu não sei qual foi a minha classificação no final do curso, mas eu fiquei em duas... e nunca cheguei a completar a minha tese de mestrado porque eu vim pra Florianópolis, só não ficava, assim que eu terminei o curso eu vim a Florianópolis e comecei a lecionar no programa de pós-graduação em Engenharia Mecânica que começava o primeiro curso de mestrado. E também comecei a lecionar na graduação na Engenharia, no 5º ano, e depois comecei a lecionar no Centro Sócio-Econômico, 3º ano do Curso de Administração que era a 1ª turma.

P - Só uma curiosidade minha: principalmente na Engenharia e nesses outros cursos eram tipicamente masculinos e você dando aula ali sempre. Como é que você se sentia?

R - Bom eu posso te relatar como é que eu me senti naquele tempo. Eu fui a primeira professora do Centro Tecnológico, fui a primeira mulher a dar aula no Centro Tecnológico. Na graduação eu entrei na sala de aula e obtive o maior respeito, eu nunca abri a boca e que uma, outra pessoa se cumpriu na sala de aula. Eu entrava em sala e eu era tão diferente de todos os outros que davam aula pra eles, eu era tão segura do que eu dizia, eu era tão precisa em perceber os anseios deles, eu conheço um engenheiro, eu sabia o que, que era. Eu sabia o que, que a escola tinha pra dar e eu sabia o que... sabia que eles ficavam em expectativa e eu dava aula no 5º ano. Então no 5º ano quando eu entrava na sala, eu tenho amigos lá até hoje, eu não os reconheço, mas eles não se esquecem de mim até hoje. A minha relação com eles foi extraordinariamente positiva na graduação. Como o meu marido também era professor, eles entenderam que eu tinha entrado pela janela. E que eu ia dar aula pra eles porque eu era mulher de professor, eu era a única mulher do programa de pós-graduação. Com o professor (...) foi meu aluno e com (...) meu marido, eu fundei o Departamento de Engenharia Industrial, Departamento de Engenharia Industrial e veio se chamar depois de Departamento de Engenharia de Produção e depois veio se chamar Engenharia de Produção e Sistemas. E que depois veio a se chamar meios de Produção Civil, Mecânica, Elétricas e de qualquer maneira o departamento se chama, os cursos se chamam assim, a gente chama de Departamento de Engenharia de produção... Por outro lado, na graduação, na pós-graduação eram todos alunos, todos homogeneamente, todos engenheiros mecânicos praticamente todos egressos daquela escola exceto um ou outro que veio do Rio Grande do Sul. Todos com mais ou menos a mesma faixa etária e todos ou tinham sido colegas do meu marido ou tinham sido alunos dele e todos ou conheciam e achavam que eu estava lá por ser mulher dele. Primeiro dia de aula eu entrei pra lecionar administração, administração de empresas e planejamento industrial, porque a minha especialização na pós-graduação era planejamento lá no mestrado da Fundação Getúlio Vargas, Planejamento de modo geral, concentração de... .., planejamento estratégico, governo, política, formação de política, então planejamento de empresas e... Com a CEPAL, aquele curso que eu tinha feito ainda acadêmica, eu tinha elaboração e análise do projeto de indústrias. Então... integradora. Quando eu entrei no primeiro dia de aula, para lecionar administração de empresas, na pós-graduação em Engenharia eram 13 alunos numa sala pequena, da tira de sol tórida, sabe, 30 cadeiras... O Centro Tecnológico é diferente, então o quadro não era o mesmo, era verde, o primeiro quadro verde da universidade, era do Centro Sócio-Econômico. De uma sala a outra, de fundo outra sala, e eu subindo as escadas, ... boa tarde, são a turma de administração. Sim senhora. Entrei. Com licença. Boa tarde. Eu sou (...) e vou ensinar a vocês a disciplina não me lembro que código tinha, Administração de Empresas. E quando eu estava de costas para o quadro, de frente pra eles, entrou um aluno retardatário, cujo nome esqueci, graças a Deus. Entrou e quando me viu escrevendo no quadro e viu o meu nome, e eles, ... tinha assim (...), aí (...) Eu era (...) eles não sabiam se era a (...), ou o (...), nunca passou pela cabeça deles que fosse uma mulher. Podia ser dois homens. Ele entrou, sentou e disse assim: "É mulher! Mas com um descaso... Eu estava escrevendo no quadro, larguei o giz ... e virou, fui a frente, olhei pra ele nesse movimento assim.

P - Você fez esse giro de 360º lentamente?

R - Eu olhei pra ele, eu disse: Qual é a pergunta? Não, não, eu estou perguntando sim. O professor é mulher. Aí eu fui lá e fiz esse movimento. Eu estou bem lembrada, pode acreditar. Alguma dúvida?

P - E qual foi a reação dele?

R - Ficou infundado, a turma caiu de pau encima dele. Eu disse sou mulher e os senhores não passam de uns guris que pensam que são homens, que pensam que são profissionais, porque tem o título de Engenheiros mecânicos e eu vou pedir que façam a seguinte gentileza: lavem da sua cabeça quando tiverem nas minhas aulas tudo o que diz respeito a programação mental de dois mais dois igual a quatro, que vocês vem fazendo até hoje e que a maquininha pode fazer por vocês. Acho até que com vontade, por outro lado deixem fora a sua caixa de ferramentas e deixem fora a caixa de graxa e deixem fora o seu macacão sujo. Aqui vocês vão aprender a lidar com gente e a primeira pessoa com quem vocês vão aprender a lidar é comigo. Em administração se fala gente, como eles tinham um prazo pra confirmar matrícula ou pra cancelar matrícula eu não fiz questão de colocar todas as unidades, o método, o livro pra começar a ... imagine, eles só respeitavam naquela época quem lesse em inglês, eles não liam, mas o professor tinham que dar texto em inglês para eles não lerem, o livro tinha que ser um livro-texto em inglês bem grosso e não tinha nada que prestasse em português, mas como eu vim pra cá, eu já vim com um calhamaço de, antes de vim pra cá eu pesquisei em todas as bibliotecas do Rio de Janeiro pra ver o que, que tinha, já fiz encomenda e disse até que o livro-texto chegue eu vou falar pra vocês, ou dar aula de ... vocês vão me ouvir e eu vou dar a introdução da matéria. Daqui por diante, quando o livro chegar, nós definiremos leitura tal, e leitura. Cada quadro de leitura o livro era especial, porque tinha teoria e tinha casos práticos pra resolver e pelo método do seminário nós aprenderemos a administração pelo caminho da prática dos casos. E espero que todos leiam bem. Espero que todos leiam bem. O livro especial. Tu tens uma idéia do livrinho que eu adotei, é adotado até hoje, nenhum professor, nenhum PhD... Quinze dias de aula, eu dei aula e dei textos em português e dei livros em português e ninguém leu, ninguém leu porque não tinha saco, negócio de engenheiro era número, administração era conversa fiada. Não havia quem tivesse saco, o que é querida, eu terminei o curso não com treze eu terminei com vinte e três alunos. Número considerável naquele semestre, não era qualquer professor... o que importa é o seguinte eu vivi no Centro Tecnológico a melhor experiência do magistério da minha vida. Nas condições mais adversas.

P - O que, que mais te perturbava nesse ambiente de trabalho?

R - O que mais me perturbava era o preconceito contra uma mulherzinha que era casada com outro professor e que quebrava a rotina daquele Centro Tecnológico porque num palavrão eles podiam a continuar a dizer. E eu fiz logo ver que podia continuar dizendo palavrão que não me inferia os ouvidos, porque palavrão pra mim é fome, é miséria, é prostituição. Palavrão pra mim é outro sentido. E também eu constrangia porque eles podiam dizer piadas, afinal das contas eu contava piadas melhor do que eles e tudo bem. Na verdade o Centro Tecnológico só foi frustrante pra mim numa coisa, na hora de fazer a promoção dos professores, quando veio a classificação. Todos os professores que eram únicos responsáveis por uma disciplina, foram só classificados como titulares, exceto dois. Um por desafeto, eu por ser mulher.

P - Que ano isso?

R - 1970.

P - Em pleno ano de 70!

R - O argumento foi de que eu não tinha defendido a minha tese de mestrado, um argumento formal. Mas todos os outros professores que embora não tenham defendido a sua tese tiveram, foram responsáveis e depois pesou aí uma transição, o fato que eu iria para o Centro Sócio-Econômico e então eu poderia ser classificada como ... nessa piada porque... então eu amarguei o resto da minha vida, 8 anos como auxiliar de ensino e mais um concurso pra assistente que eu tive que entrar na justiça pra ser reconhecidos os meus direitos e agora estou de novo só na justiça e... do Estado, eu estou com a minha carreira, hoje, sabe, a cada ano eu poderia ser titular desde 1970.

P - E o que, que te gratificava mais nessa turma de pós-graduação?

R - A avidez. A avidez por compreender os processos administrativos fundamentais.

P - E eles demonstravam?

R - E eles demonstravam. Porque eu fiz... com muita clareza, pelo fato de serem formados de nível universitário nesse país, eles iam ser formados pra isso eu não, preparados ou não, treinados ou não, eles iam ser dirigentes. E na condição de dirigentes de obra, dirigentes de fábrica, gerentes de não sei o que, eles tinham que saber administrar, além de saber a solução técnica e deixava claro também que administrar envolve três elementos de processos muito claros e muito distintos e muito, muito, muito importante entrelaçados nesse estilo. Um que diz respeito a personalidade da criatura e ao seu

talento pra conviver harmoniosamente. E esse elenco de habilidades sociais que tem haver com a sua herança, de ser um ser humano único, que pensa, que sente, que reage, que se emociona, que vive. Se a pessoa que é honesta, é verdadeiro, que é camuflado, enfim, um jeito de ser. Um jeito de ser, em relação com os outros, que nós estamos investigando, que é a habilidade a competência social.

P - Você acha que isso é um período que as mulheres dominam? Não. Não dominam. Essa competência social, essa habilidade social. Por quê será?

R - Ela não domina porque as mulheres não conseguem separar afetividade doméstica e a manifestação de um estilo doméstico de relacionamento como a afetividade no ambiente de trabalho.

P - Na sua maneira de entender, que diferencia essa atividade doméstica e a atividade do trabalho?

R - A afetividade doméstica tu estás ... sem programação, tu queres falar com teu marido e com teu filho vai depender dele estar disponível ou não. E tu vais contar pro teu filho.

FITA 5A - ADVOGADA

P - Quando tu estás em casa, mesmo no teu trabalho, mesmo ocupada num trabalho qualquer determinado, tu estás fazendo um pão, estás arrumando uma cama, estás fazendo..., redigindo uma carta, estás produzindo uma bibliografia de qualquer coisa, está sobre uma postura sobre encomenda, um bordado, um tricô, um crochê, preparando um jantar para o teu amigo, qualquer, as coisas fluem espontaneamente no seu relacionamento com as pessoas, elas não são programadas, a não ser, mesmo que tu tenhas uma agendinha, puxa tenho que falar isso com fulano, isso com fulano, tem que dar o recado pra A, tem que dar recado pra B, tem determinada coisa e tal, ainda assim as coisas fluem espontaneamente e a programação se existe, ela passa mais pela necessidade de garantir que as comunicações não sejam perdidas.

R - Mas se estão num ambiente de trabalho, num sistema impositivo de administração que predomina um todo modelo burocrático que é universal, muitas comunidades, a maior das situações de trabalho, principalmente aqui entre nós, as coisas são programadas não por quem faz, geralmente elas são programadas de cima para baixo, de departamentos externos, aqueles em que... e a área de discricionariedade, ou seja assim, o campo que sobra pra ti, pra tu exercer as opções de uso do tempo, de pensamento sobre o que está fazendo e de conversa dentro do tempo de trabalho é programado. Tu deverias conversar sobre o teu trabalho, o mínimo, sobre qualquer coisa que não é o teu trabalho, tu tens que produzir uma determinada carga de produto, qualquer que seja ele, tu tens cronogramas a serem cumpridos, tu tens clientes esperando, tu tens gente esperando, tu tens tudo cronogramado com clareza ou sem clareza, organizadamente ou não organizadamente, deliberadamente ou não deliberadamente, de modo geral há um pelo menos, pelo menos em termos de expectativas. Qualquer dúvida de pessoas dentro de um ambiente de trabalho independentemente de sexo, idade ou posição hierárquica, tem cada qual suportamente uma missão a cumprir. E uma missão que correspondeu também a objetivos não importa com claros, ou obscuramente eles são definidos. Supõe-se que há a convergência das tarefas para determinados objetivos que devem convergir por sua vez para determinados prazos. Então isso faz com que o comportamento, digamos assim, profissional dentro de um ambiente operacional de trabalho, não permita, não permita o afloramento nem da emoção, nem da imaginação, nem do raciocínio, nem da conversação, nem da troca de afeto que poderia fluir o que normalmente flui em família. E fazer com que haja essa tentativa de transferir os comportamentos afetivos domésticos para o ambiente de trabalho, no mínimo geram distorções do tipo fofoca, conversa mole, atraso no trabalho, interferência mútua no trabalho e na vida de casal, né, e em contrapartida geram conflitos por tudo aquilo que ocupando com afetividade doméstica, deixou de ser feito, com um relacionamento que embora afetuoso tem que ser contido.

P - E porque, que as mulheres não tem essa?

R - Eu não estou falando de todas as mulheres, eu estou de mulheres com, eu estou falando de mulheres mesmo de nível universitário. O comportamento familiar, digamos assim, os padrões der família são muito intimamente, muito intrinsecamente presentes na mulher.

Eu estou falando de mulher de modo geral, das mulheres que eu conheci, as mulheres com quem eu convivo.

P - Do seu cotidiano?

R - Do meu cotidiano. É extremamente difícil, tem pessoas que trabalham agora comigo, mas quando eram pessoas da minha empresa.... As pessoas que trabalham na minha empresa são todas.... Por-

que é uma dispersão há. Há à prazos a serem cumpridos, a contratos a serem realizados, a serviços que tem que estar prontos, o trabalho de um depende do outro, há uma interdependência, à urgências, a valores em jogo, à grandes importâncias em jogo, uma distração, um, sabe, são vitais para certos negócios e esse clima de família, esse clima de família no ambiente errado, acaba dando errado. Então não vai trabalhar longe porque está com cólica, mas se esquece de avisar porque todo mundo acha..., quer dizer a família dela sabe que se ela ficar doente, se ela está menstruada, certamente ela vai estar com cólica. Então ninguém nem vai botar a mão, nem vão falar com ela pra não provocar. Agora a empresa não tem nada a ver se ela está com cólica. Ela tem obrigação de avisar que razões de ordem de saúde, infelizmente não pode estar presente, pede que seja composto o trabalho não sei se é da melhor maneira possível e que ela vai recuperar quando voltar, tem que ser assim. Agora fulano não veio, porque está assim, fulano não veio porque está assado, porque está com dor de barriga no filho, porque não sei o que, não sei aonde, porque o marido traiu, porque. Sabe, de repente está em crise existencial, aí é claro que quanto mais frouxo o ambiente de trabalho, quanto menor o controle, mais presentes se faz esse comportamento, mais é estimulado, mais é exercitado esse tipo de comportamento, eu acho. Então eu acho que pra uma mulher no Brasil ser profissional é muito duro. Porque ele não substituiu as atividades tradicionais por atividades profissionais modernas. Ela acumulou, e em tendo acumulado ela é esbanjada, ela é explorada, ela é esgotada... Ela pode ser médica, ficar de plantão uma noite inteira, chegar em casa no dia seguinte ela vai ter que dar conta dos filhos, vai ter de... para o filho, vai ter que cozinhar, vai ter que ir a feira, vai ter que ir ao supermercado, vai ter que terminar o almoço e ainda vai ter que pagar a conta ao banco, porque apesar do marido também ser médico, ele entende que ir pagar a conta não é problema dele, é problema dela.

P - Você tem o seu lado doméstico também, como é que você consegue fazer tudo?

R - Eu não consigo fazer tudo. Eu consigo fazer mais, eu sou de fazer mais onde é mais necessário.

P - Mas você tem o tempo do doméstico aqui dentro?

R - Primeiro eu organizo a minha vida com os filhos, eu organizo a minha vida com os filhos. Eu tenho uma lavadeira que trabalha pra mim há 24 anos. Uma coisa interessante que acontece comigo, eu sou fiel aos meus empregados, e eles me são fiéis. Eu acho que isso tem a ver com capacidade de... do ser humano. Eu não estou interessada no trabalho dele, eu estou interessada no trabalho deles, porque são eles que fazem... Então eu estou interessada nesse...

P - Você poderia repetir?

R - Claro que sim. Cada um deles me interessa como um ser humano igual, realmente, realmente igual. E eu me preocupo com eles, e eu os vejo exatamente igual a trabalhadores que eu também sou. Não me vejo mais, nem melhor, não importa, eu me vejo mais responsável só. Tem uma lavadeira que lava pra mim 24 anos, então eu já não conto mais se a roupa vai ali, já não me preocupo se falta alguma coisa, sabe que nunca faltou nada, e se faltava... porque o que ela me faz é de uma impecabilidade, é de uma qualidade que eu faço um esforço assim, pra pagar mais o dobro do que ela ganha de qualquer outro, de qualquer outro patrão-cliente. Tenho uma empregada doméstica que não é minha empregada, é minha irmã, e está comigo a 17 anos, fez agora no dia 27 de janeiro. Acho que nos criamos a minha filhinha..., ela ama a minha filha, minha filha ama como mãe-filho e é como chama um triângulo amoroso. Ela é minha irmã e sem ela eu não teria... muitos problemas que eu enfrentei, muitos, muitos.

P - Você desenvolveu o seu lado profissional desde muito cedo, então você se vê nessa qualidade que você apontou pra maioria das mulheres que foram pro lado profissional esse acúmulo; você se vê assim?

R - Sim. Eu vejo esse acúmulo, mas como eu te disse: eu resolvo, eu administro esse acúmulo.

P - Como é que é administrar?

R - Administrar significa, administrar significa programar, dividir no tempo, administrar significa dividir no tempo, dividir entre as pessoas. Uma outra, eu nunca me considerei a única responsável pela administração da minha casa nem pelo cuidado da minha casa, todos moram na casa, todos são responsáveis, na medida de suas capacidades, claro, mas minha filhinha tinha quatro anos, não podia lavar roupa, mas ela podia enxugar a louça, todos trabalham na minha casa, todos, todos ajudam cada vez mais, eu faço uma comida, meu marido não admite que eu lave a louça, ele lava. Bem primeiro, eu não me considero responsável sozinha pela casa, esse é o primeiro conceito fundamental. Eu acho também não seja função da empregada fazer a limpeza da empregada, fazer a arrumação a empregada, a empregada

fazer o trabalho. Eu entendo que a casa é minha e que a primeira responsável pela arrumação, pela limpeza sou eu, mas não a única, acho que todas as pessoas que se beneficiam da casa, inclusive os hóspedes e até principalmente. Eu tenho uma regra, ninguém trabalha, ninguém come, se não trabalhar. Na minha casa quem não trabalha, não come, então não importa se é hóspede ou se é meu filho, se é meu marido, todos, todos, todos participam de toda a vida da casa. Quando eu... quando eu era pequenininha não. Mas cada um na medida de suas possibilidades, se eu faço um bolo e a minha filha pequenininha ela me ajuda a partir o ovo, tudo que ela pode fazer, tudo que ela pode fazer, se o meu filho não podia me ajudar a fazer a comida porque era perigoso ele podia lavar a batata, se descascar batata podia cortar o dedinho, ele pode ir lavando, ele acha outra coisa. Então mantinha os meus filhos a minha roda, mantinha ocupados, todo mundo participando, acabava sendo um evento agora, não era sempre, não foi fácil, muitos anos se acreditou que só mulher é que devia fazer, mas como eu tive dois filhos, graças a Deus antes de ter a menina, também isso ajuda. Durante algum tempo os guris entenderam que a coisa era da menina, mas ela também já reagiu, já botou todo mundo nos eixos de novo, Eu tinha até, por exemplo, na praia um calendário, hoje é dia de fulano lavar louça do café, fulano lavar louça do almoço, lavar louça do jantar. Depois espontaneamente eles mesmos lavam, não precisa mais. Cada um arruma a sua cama, entenda, se tem ou se estou com ministério, eu não costumo dizer completo, estou com faxineira, estou com empregada em casa, eu posso liberá-los. E eles mesmos se liberam... Mas todos trabalham, todos ajudam e isso faz com que seja leve o fato, todos sugerem, todos propõem uma comida diferente, cada um se interessa, um, por exemplo, um rapaz vai na casa de um amigo e aprende a fazer uma vitamina diferente, um suco diferente, abacaxi com melância, sei lá. Ele é o primeiro a chegar em casa e querer a fazer abacaxi com melância e servir pra todo mundo, preparar o lanche, percebe.

Então isso ao mesmo tempo que faz com que todos aprendam o sobreviver porque afinal de contas alimentar-se, alimentar-se é sobrevivência, então alimentar-se é uma coisa que todos deveriam saber preparar, todos deveriam saber preparar alimentos, não é à toa que o movimento de escoteiros está aí salvando a vida de muitos homens. Por outro lado, Há coisas que eles não conseguem fazer tão bem, mas vão aprender. Primeiro o macarrão que me fizeram, virou, virou sola de sapato o macarrão, ficaram esperando que a água do macarrão acabasse. É claro que virou uma pasta, grudou no fundo, virou um nojo, mas o segundo foi melhor, então claro que tem um folclore de todas as primeiras experiências. Mas eu aprendi com, com um judeu, um provérbio judeu que neu costumo repetir: Erro é o início da experiência. E a experiência é o princípio da sabedoria. Então esta de dizer que não sabe porque é uma bela, comportabilíssima maneira de viver, que aqui em casa não pega. Então sempre tem um que leva a roupa pra lavadeira ou traz, sempre tem um que vai ao supermercado, como o..., sempre tem um que vai comprar o leite ou o pão e sempre tem um que serve a mesa, sempre tem outro que tira a mesa, sempre, sempre. É claro que enquanto a empregada está próxima todo mundo deixa por conta dela e tudo bem. Mas quando a empregada viaja e quando a empregada fica doente, quando a empregada grávida, quando a empregada não vem, e por aí vai.

P - Então você não tem condições de se ver como a primeira doméstica da casa?

R - Não, eu sou.

P - Você se vê?

R - Eu me vejo como aquela que centraliza, que coordena, que pensa o conjunto, que distribui as cartas, por isso eu... de administrar.

P - Então você vê também que é semelhante essa sua maneira, de você se vê como administradora do lar?

R - Exatamente isso. Eu nunca qualifiquei nenhuma mulher quando eu descrevo sobre elas, eu sou, como se diz, consultora de investimentos, eu projeto empresas, eu planejo negócios e uma das funções que eu exerço como advogada é o de fazer contratos, e dos quais contratos sociais de constituição de novas empresas, acabo de fazer uma essa semana para o meu filho. Foi registrado ontem, ele hoje está muito... com o trabalho que ele tomou um mês e pesquisa, e eu redigi depois de muita pesquisa, um contrato único, um modelo único de contrato feito pra eles sobre medida. Então, era dois homens, mas eu vou qualificar, há muito tempo eu conheço... e o professor (...) que foi o meu professor de Direito Administrativo e que durante algum tempo foi presidente da junta comercial do Estado, quando eu redigi o primeiro contrato, aliás era um estatuto de uma S/A. O primeiro estatuto de uma Sociedade Anônima porque haviam mulheres que eram apenas domésticas, que entravam como acionistas, porque eram casadas com acionistas, eu invés de dizer: do lar ou doméstica, ou de prendas domésticas que eu achava assim

um horror e acho, eu escrevi administradora do lar. E tu precisas ver, o escândalo, mas o professor (...) telefonou pra mim, porque ele sabia que eu era..., eu era ex-sócia, aí ele me telefonou, ele fez..., pela qualidade do estatuto contra a junta comercial do Estado numa ata e que foi aprovado o estatuto bem como (...). Um horror pela qualidade do estatuto e a partir daí, a partir daí sempre fazia contratos e que precisavam reconhecer firmas, eu mandava para os cartórios as pessoas que iam fazer o registro da sua firma e já preenchia o cartão dizendo: a administradora do lar. E essa expressão hoje está cunhada e faz parte, faz parte da rotina, não fui eu quem inventei, eu apenas apliquei.

P - E você vê alguma semelhança entre você administradora do lar e você administradora do teu trabalho lá na empresa?

R - Eu vejo identidade total entre eles. Pra mim é tão normal como respirar, é tão normal, é, a tradição pra mim é tão normal como respirar. Programar um churrasco com alunos na minha casa ou em Canasvieiras, não é diferente, não é diferente e programas a instalação de uma nova indústria. A natureza das informações com as quais eu tenho que tratar é exatamente a mesma, a natureza. Pelo qual pode ser que operacionalmente seja diferente da indústria, e essa... elaboração e análise de projetos de empresa. Eu preciso saber antes de tudo, porque existe mercado, que existe clientela para o meu produto. Você vai programar um churrasco, você precisa quantas pessoas vão estar no churrasco. Se eu vou identificar uma clientela, eu tenho que identificar a clientela para um produto ou serviço qualquer, eu tenho que fazer como um processo de aproximações excessivas, uma definição de um perfil de um produto que é simultaneamente aquilo que eu pergunto: se a minha clientela quer e que em função das respostas intelectualmente que a minha clientela quer, passa ser produto eleito como hipótese inicial... Bom, ao perguntar para a minha clientela, que são os meus colegas, os meus alunos, ou quem vai pro meu churrasco, que tipo de carne eles querem, o que que eles querem comer, eu estou fazendo uma pesquisa para definir o produto que vai ser servido na mesa.

P - Que vai ser consumido?

R - Que vai ser consumido. A partir disto eu passo a pensar nos instrumentos da profissão, qual é a tecnologia que vai ser adotada? Onde vai ser? Por exemplo: tem tecnologia que vai ser adotada... lugar e no espaço. Vai ser uma churrascaria em casa ou num ambiente qualquer, num Clube, ou na casa de algum deles e tal. Nos espetos, eu tenho que pensar no instrumental da produção, eu tenho que pensar na faca de cortar carne, nos espetos, não sei o que, se eu for jogar numa fábrica, eu tenho que pensar nas máquinas e nos equipamentos, nos materiais acabados. Por outro lado eu vou precisar de complementos ao meu churrasco, eu vou precisar de saladas, de farofa, de farinha, de pão, de sei lá o que, de incrementos, de uma fruta pra sobremesa onde uma sobremesa qualquer e um café que seria servido depois. Numa empresa eu tenho que pensar nas matérias-primas, nos materiais secundários, na embalagem, na campanha publicitária, eu tenho que pensar no algo mais. O material vai ser localizado e tenho que pensar, de que maneira vai ser feita a distribuição, eu vou servir, como no caso do churrasco, eu vou servir o churrasco em lasquinhas e todo mundo em redor da grelha e vai passar um garfo que vai na boca de todo mundo ou eu vou distribuir na mesa, todo mundo sentado, vão precisar de garfo, faca, prato, copo, guardanapo, etc. Então em função das opções que vem a sere feitas sucessivamente não chegam a delimitar um projeto, que é um protótipo de uma concepção do meu churrasco. E vou partir para uma etapa dois que seria a organização ou a implementação. E vou comprar a carne, e vou comprar a bebida, e vou comprar a salada, a sobremesa, a vinha, enfim, os incrementos pra complementar o meu churrasco, mas ainda vai faltar alguma coisa, quem serão os agentes da produção? Quanto aos empregados, quanto administradores, quantos técnicos e de que natureza em que tempo? Tem que ser treinado? Não tem que ser treinado? Já estão treinado? Estão no mercado? Tem que ser reputados? Quando serão reputados? Qual é o cronograma? Se eu vou fazer um churrasco na minha casa eu tenho que saber quem vai assar? E por trás de tudo isso uma variável financeira, denominada comum de todas as grandezas, as grandezas morais. Quanto custa? Quanto custa um terreno com uma fábrica, as máquinas, os equipamentos, as construções, a equipe inicial, o treinamento da equipe, a montagem das máquinas, a matéria-prima pra testar, a matéria-prima pra fazer a primeira leva, o dinheiro pro capital de giro inicial, quanto dá tudo isso? Se chama de investimento total. No meu churrasco eu preciso saber quanto vai custar tantos ingredientes para aquele número de pessoas. Primeiro para a clientela, total de ingredientes necessários, um custo unitário e você evolui final todos os itens. Com margens pra mais ou pra menos, então pra mim, sabe, é muito mais operacionalizar as coisas, colocando as tuas competências no cotidiano, na tua vida plena, na tua, sabe, o trabalho tem que ser vida, tem que ser uma experiência de tal modo in-

tegrada que não haja, que não haja discrepância, não seja estanque. Agora sou mãe, daqui a pouco sou funcionária, daqui a pouco sou engenheira, não, eu acho que a pessoa é uma, ela é uma, o que ela achasse é que pode ser diferente.

P - Você acha que a maioria das mulheres que trabalham, como profissionais de formação superior, pensam dessa maneira?

R - Não. Não sabem porque elas são divididas. Elas estão muito divididas.

P - E o que, que você acha que faz com que tão poucas não sejam divididas?

R - A consciência de que, primeiro às oportunidades, as oportunidades para que essa integração aconteça, se eu não tivesse tão alerta pras oportunidades como eu estou, eu não estaria alerta para identificar nessa mulher que está comigo há 17 anos, na primeira vez que eu vi, a serva fiel, amantíssimo e irmã. Estar alerta para as coisas, a maioria das profissionais, pensam na empregada como uma maquininha que ela contrata que entra em hora certa, sai em hora certa e pra quem ela com um microzinho no burroquinho do caixa. Não se lembra que ela também é mulher, e que deve ter um bidê no banheiro dela, não se lembra que ela é mulher também menstrua, também tem cólica, também tem dias de tensão, também tem dias de stress, também tem dias de sensibilidade extrema, se ela está nos dias de sensibilidade extrema, nem engrassa como se engrassasse nos outros dias, e se não suporta, manda embora e por aí vai. Sabe, eu acho que tem que estar alerta pras oportunidades, primeiro, saber, então escolher a equipe, saber se organizar, eu não sou uma modelo não, mas eu vivo buscando isso e ir em busca deliberada, conscientemente, então a oportunidade ou pelo menos a capacidade de estar alerta as possibilidades, sabe. E o outro grande motivo que eu vejo é a incapacidade que as pessoas tem de mudar o que incomoda. A falta de coragem, de coragem de cernimentos, de deliberação pra mudar onde incomoda, se tem um emprego e que estão infelizes, diabo, vou embora. Isso se o emprego fosse... não ser um emprego fastio tanto de trabalho que é de consultoria e planejamento.

P - Existem quantas mulhewres trabalhando nisso aqui em Florianópolis? Vamos pensar aqui. Eu acho que além de você, tem mais alguém será?

R - Talvez haja pessoas de Departamentos de Engenharia de Produção, Centro Tecnológico.

P - Mas é um campo tipicamente masculino, isso que eu quero dizer?

R - Não. Não, é um campo eclético, não é um campo eclético. Porque quando tu faz um exercício de planejamento qualquer, o que importa é a competência em determinado tipo de conhecimento. Então as equipes são mobilizadas de acordo com sua, com o exponencial de competência em determinada coisa, por exemplo, se eu vou fazer uma inauguração, tiver elaborando um projeto de implantação de uma indústria de alumínio ou uma indústria de beneficiamento de óleos vegetais, como projeto de pesquisa no duro, tu começa daquilo que é rígido, daquilo que é dado. Quem quer o teu trabalho? O negócio é o seguinte, e quanto dinheiro ele dispõe? ou quanto ele está disposto a alocar ao empreendimento? Que competências ele tem? Que expectativas ele tem? Que gastos? Que referências? Que projeto de vida pessoal ele tem? E dentro desse projeto de vida pessoal o que ele tem? Tu vai por aproximações, você tira, ... sempre, porque planejamento não coisa é coisa entomatizada, o planejamento acontece, acontece, ele acontece, ele evolui, ele cresce. E ele diz: eu quero uma fábrica de óleos vegetais, porquê? Porque a minha cidade vai ser a maior pdotudora de óleo de soja no ano de 1993. Tu tens um dado, um volume qualquer de produção de soja, que poderá ser vendido como grão, mas também poderá ser vendido, permanecer na cidade para ser objeto de uma indústria de beneficiamento de óleo. E pode servir numa outra indústria de produção de derivados desse óleo, uma indústria de fábrica de ração, e pra outra indústria que vamos fazer o desenvolvimento integrado de uma determinada região e vou fazer com que o valor agregado a esse grão de soja com diferentes etapas de processamento industrial, seja muito maior do que, e o dinheiro que volta a cidade, que retoma é muito maior do que um simples método de cultivo do grão. Você está entendendo, aí eu sou economista. Entendeu. Aí tu vais pesquisar e vais saber quem é que mais entende de cultura de soja em Santa Catarina e eu vou buscar. Quem mais entende de beneficiamento de óleos vegetais em Santa Catgarina? eu vou buscar. Quais entende de comercialização, de estocagem, de beneficiamento, de embalagem, de distribuição, e aí tu vais consultar essas pessoas, que vais compor uma equipe de cada uma delas você vai escolher o conhecimento básico e tu vais ter um relato, um relato, um (...) com gente que tem que dizer e que são, são de outra boa equipe, os melhores e cada um de seus fragmentos... E de repente estaremos todos sentados numa mesa e todos diremos para os nossos clientes: não vale a pena fazer a fábrica. Valerá apenas fazer a fábrica se houver condições de aumentar a produção de soja num raio de 300 quilômetros em torno da sua cidade para um volume X, porque o

volume de investimento é necessário para se colocar uma fábrica é na ordem de X milhões de dólares. O que permitirá gerar para ser pago.

* * *

P - Com relação a esse seu campo de trabalho que eu estava perguntando era o seguinte: Se é o campo uma área de trabalho onde existem muitas mulheres atuando?

R - Não. São poucas. Um trabalho que eu faço habitualmente é planejamento de... E nesse ano na pós-graduação, diversos cursos de especialização e mestrado e na graduação o ensino, graduação é mais... Mas o que acontece é o seguinte: independentemente disso, eu sou empresária, até recentemente eu tinha um escritório de consultoria, só que eu tive uma úlcera gástrica que quase me matou. Aí o meu médico me disse: o Meus Deus (...). porque nós tínhamos uma empresa em Tubarão, que se chamava (...) que é um dos projetos nossos e pequenas condições. Vendemos e temos agora uma empresa só de engenharia, temos uma outra que é a empreiteira de mão-de-obra que se chama (...) e temos uma que se chama (...) que é uma empresa... Então eu tenho um bocado de serviços pra me divertir, estás entendendo.

P - Pois é, mas a maioria das duas colegas, elas não tem essa energia, esse pique de trabalho, nem esse bloco? Não o que eu queria te perguntar mesmo, que você disse que é um campo de trabalho que você mesma admite que existem poucas mulheres atuando nele, o que você acha que pesa nessa pouca escolha do campo por parte das mulheres?

R - Primeiro que planejamento lida com coisa abstratas, a maioria não gosta de lidar com a profissão.

P - Mulher não gosta?

R - Não. A maioria não gosta de lidar com, a maioria das pessoas.

P - Ah! Das pessoas!

R - É verdade as pessoas. A mulher é que só liga para... por exemplo, um caso é a liberdade. A maioria das pessoas tendem a se ocupar coisas que são concretas, que são tangíveis, que são palpáveis. Por outro lado, o planejamento lida com o futuro, o futuro é cheio de incertezas, envolve um esforço maior que a imaginação, deixando a imaginação no caso sociológico. Eu tenho que imaginar muitas coisas. Algumas é o que se chama construção de cenários. A gente parte de algumas coisas concretas pra chegar a outras deduções e conceber uma idéia de mundo diferente que nem sempre é visível para a maioria dos mortais. Então lidar com planejamento requer um perfil diferente de personalidade que não é comum. Primeiro, interesse pelo abstrato, segundo, um gosto, não é interesse, heim! gosto é mais do que interesse, gosto pelo que é novo, pode ser melhor, sabe. Fascinação pelo que é diferente, fora do usual, fora do rotineiro, fora de tudo que já está feito. E finalmente esse componente de futuro, esse componente de futuro que pra tantas pessoas é visto com medo, com resignação e do qual a maioria dos mortais foge, porque todo mundo gosta muito de que as coisas permaneçam exatamente como tem sido, porque elas são tão inseguras que se as coisas não tiverem todas como tem sido, elas vão se sentir perdidas e não vão saber pra onde ir. Eu acho que lidar, eu sou assim individualmente, eu sou assim, se eu ficar algum tempo sem aprender coisas novas, eu adoço, eu entristeço. Eu levei muito tempo pra entender isto, mas eu, por exemplo, hoje a noite vou, te convido a uma exposição de artes no BADESC, na feira do BADESC que está fazendo 15 anos de conversão e comemora com uma exposição de artistas plásticos, os melhores artistas plásticos de Florianópolis, com 15 quadros de cada um se eu não me engano. É uma exposição que eu estou muito curiosa pra ver, depois eu começo a me sentir cansada, mulher é frequente cansar, eu sinto uma necessidade orgânica, orgânica de ver a obra de arte. Porque a obra de arte me reconcilia para a harmonia, me acalma, me faz ver através da forma, da cor, da corodenação dos elementos, o novo arranjo, por um milagre da criação, e esse milagre da criação do novo realmente me renova as forças. Eu sou assim. Então eu acho que planejar é uma maneira de profissionalizar, de ganhar dinheiro ou de não perder dinheiro, com as situações de crise, de alta tensão, de auto-atenção nos últimos anos que eu tenho trabalhado nas minhas empresas, é auto-atenção, realmente na hora que eu comecei a ler essas coisas: recomendo pra ti... talvez tenha aí alguma coisa que... como fundamento teórico, isso daqui é uma tese de doutorado?

P - É. N sugestões para uma vida mais saudável como tu diz.

R - Claro. Claro... de todo prazer que a civilização (...).

P - Claro, na realidade era mais isso daí. Você parece uma pessoa perfeitamente integrada no teu ambiente de trabalho, nos ambientes de trabalho, ... no teu ambiente de trabalho doméstico não é diferente, também se sente uma pessoa integrada nos dois mundos, você se vê, você como uma pessoa in-

tegrada? Eu gosto, eu gosto. Como é que é. Ninguém...

R - Ninguém me impediu de chegar e fazer, chegar em algum lugar pra fazer qualquer coisa, se não porque eu não pudesse. Quando as pessoas me impedem, por um caminho, eu sempre descubro um jeito, uma terceira, porque se eu quero realmente alguma coisa é como se um campo de forças concêntricas se formassem. É como se com todas as adversidades, com todas as dificuldades, se eu desejo, que se eu quero de verdade, eu posso ficar tranquila.